



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

BRASÍLIA-DF

2017



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

BRASÍLIA-DF

2017

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. VISÃO GERAL	8
1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.	8
1.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO	9
1.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	10
1.4. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	15
1.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.	18
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	20
2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	20
2.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	29
2.3. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS	36
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	40
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	45
3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	45
3.2. AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS	48
3.3. GESTÃO DE RISCOS E OS CONTROLES INTERNOS	49
3.4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DOS COLEGIADOS	51
3.5. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	54
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	56
4.1. GESTÃO DE PESSOAS	56
4.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	66
4.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	76
4.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	81
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	82
5.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO	82
5.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	83
5.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	83
5.4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	83
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	83
6.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	83
6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	84
6.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	84
6.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	90
6.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS	114
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	131
7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU E DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	131
7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	133
7.3. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES (ART. 5º DA LEI 8.666/93)	133
7.4. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	133
7.5. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	133
8. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES	136
8.1. PARECER E RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA	136
8.2. PARECER DE COLEGIADO	142

8.3.RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	144
8.4 RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE	145
8.5..DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	146

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

CCIEEx – Centro de Controle Interno do Exército
MTFCGU – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Cmdo Ex – Comando do Exército
DN – Decisão Normativa
IN – Instrução Normativa
RG – Relatório de Gestão
RP – Restos a Pagar
TCU – Tribunal de Contas da União
UGE – Unidade Gestora Executora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UGR – Unidade Gestora Responsável
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas
DBR – Declaração de Bens e Rendas
UO – Unidade Orçamentária
UGR – Unidade Gestora Responsável
UGE – Unidade Gestora Executora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
FE - Fábrica Estrela
FMCE - Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica
FI - Fábrica de Itajubá
FPV - Fábrica Presidente Vargas
FJF - Fábrica de Juiz de Fora
TED - Termos de Execução Descentralizada
BID - Base Industrial de Defesa
PRODE - produtos de defesa e segurança
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNI - Confederação Nacional da Indústria
BSC - *Balanced Scorecard*
DCT/EB - Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército
PND - Política Nacional de Defesa
END - Estratégica Nacional de Defesa
LBDN - Livro Branco da Defesa Nacional
PBM - Plano Brasil Maior –
PNID - Política Nacional da Indústria de Defesa
TQC - Controle da Qualidade Total
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
DRE - Demonstração de Resultado do Exercício
AEP - Ações Estratégicas Prioritárias
PAS - Planos de Ação Setoriais
PAOp - Planos de Ação Operacionais
ROL - Receita Operacional Líquida
SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
DBR - Declaração de Bens e Rendas
CGTIC - Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação

LISTA DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1	Segmentação de Mercado	11
Figura 2	Nova IMBEL	21
Figura 3	Sequência do Planejamento Estratégico	23
Figura 4	Cronograma da Ações Estratégicas Prioritárias	27
Figura 5	Consolidação dos Indicadores de Desempenho IMBEL 2016	41
Quadro 1	Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	9
Quadro 2	Portfólio dos Produtos IMBEL	11
Quadro 3	Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	16
Quadro 4	Macroprocessos Finalísticos	18
Quadro 5	Demonstração da Vinculação do Plano da UJ com sua Competências	28
Quadro 6	Ações de Responsabilidade da unidade – OFSS	29
Quadro 7	Despesas por Modalidade de Contratação	37
Quadro 8	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	38
Quadro 9	Indicadores de Desempenho	44
Quadro 10	Informações sobre Dirigentes e Colegiados	46
Quadro 11	Punições Administrativas Aplicadas	49
Quadro 12	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	53
Quadro 13	Síntese da Remuneração dos Administradores	53
Quadro 14	Prazos e Cronograma Físico e Financeiro para Pagamento de cada Produto	54
Quadro 15	Cronograma de Execução dos Trabalhos de Auditoria Externa	55
Quadro 16	Força de Trabalho	56
Quadro 17	Distribuição da Lotação Efetiva	56
Quadro 18	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	56
Quadro 19	Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade	58
Quadro 20	Custos do Pessoal	59
Quadro 21	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos	62
Quadro 22	Composição do Quadro de Estagiários	65
Quadro 23	Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis da União	66
Quadro 24	Cessão de espaço físico em imóvel da União	67
Quadro 25	Principais Sistemas de Informações	76
Quadro 26	Quantitativo de Pessoal que compõem a Força de Trabalho de TI	80
Quadro 27	Aspectos da Gestão Ambiental	81
Quadro 28	Comparativo de determinações e recomendações	131
Quadro 29	Cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	131
Quadro 30	Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	132
Quadro 31	Despesas com Publicidade	133

APRESENTAÇÃO

A Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, constituída de acordo com a Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, é uma empresa pública dependente com personalidade jurídica de direito privado, que fabrica produtos de defesa e de segurança e é vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército.

Desde 2008, ocasião em que tornou-se uma empresa pública dependente do Tesouro Nacional, a IMBEL vem se recuperando financeiramente e logrando melhores condições de atuar na área de defesa como empresa estratégica de suma importância para o País.

Sua condição de empresa pública dependente com personalidade jurídica de direito privado, que recebe e aplica recursos do orçamento federal, a obriga a seguir a legislação do Direito Público e do Direito Privado e, como consequência, a apresentar suas demonstrações contábeis em conformidade com as Leis 4.320/64 e 6.404/76.

Assim, o presente relatório visa atender à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), no sentido de apresentar a gestão dos recursos recebidos no Exercício de 2016.

Estruturado em 08 (oito) capítulos, este relatório fornece informações relativas ao Planejamento Estratégico da empresa, à Estrutura de Governança, à Execução Orçamentária e Financeira dos recursos recebidos, a Gestão Ambiental, dos Recursos Humanos, da Tecnologia da Informação e do Patrimônio, assim como informações relativas à atuação da Auditoria Interna.

Em 2016, foram realizadas parcerias para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos de defesa (PRODE) de interesse das Forças Armadas, formalizadas por intermédio de Termos de Execução Descentralizada (TED), e outras atividades importantes destacadas a seguir:

a. TED SISFRON: em parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, foi encerrado nesse ano e teve por objetivo incrementar e adequar a infraestrutura da FMCE/IMBEL para desenvolver, produzir e realizar o controle de qualidade de equipamento e sistemas para atender as demandas do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON. Os objetivos da parceria foram plenamente atingidos;

b. TED FINEP e TED RONDON, em execução e trata-se de parcerias integrantes do Programa INOVA AERODEFESA, em que participam o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército (DCT/EB), com a finalidade de elaborar as especificações técnicas do equipamento rádio multibanda TRC 1222, desenvolver os protótipos mecânico-conceituais e finais das versões portátil e veicular do rádio, desenvolver os protótipos conceitual e final da bateria e desenvolver os protótipos conceituais e finais dos módulos de radiofrequência das versões portátil e veicular. Tem previsão de encerramento em 2018;

c. TED GÊNESIS: em execução e trata-se de parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, com o objetivo de desenvolver, integrar e adquirir equipamentos para o Sistema de Controle e Direção de Tiro da Artilharia de Campanha do Exército - Sistema Gênesis, de modo a fornecer equipamentos para emprego operacional por Grupos de Artilharia. Tem previsão de encerramento em 2018;

d. TED GUARANI: em execução e trata-se de parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, para incrementar a infraestrutura de desenvolvimento, produção e controle de qualidade da Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica de modo a integrar o Sistema de Comando e Controle (C2) da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Guarani, e validar a instalação dos equipamentos de C2 em 188 (cento e oitenta e oito) viaturas. Tem previsão de encerramento em 2018;

e. utilização do Sistema Gênesis, desenvolvido pela FMCE/IMBEL, em exercícios de tiro real de artilharia, conduzido pela Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército, no Campo de

Instrução da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende-RJ e no Campo de Instrução de Gericinó, no Rio de Janeiro-RJ;

f. realização de contrato de Licença de Uso da Marca IMBEL e dos Desenhos Industriais dos Sistemas de Abrigos Temporários IMBEL - SATi com duas empresas nacionais, firmado na sede da FIESP, no qual a IMBEL licenciou aquelas empresas a fabricarem e comercializarem os citados produtos. Os Sistemas de Abrigos Temporários são integrados pelas Linhas de Campanha, Humanitária e Defesa Civil, compostas por oito produtos diferenciados e de qualidade comprovada, cujas características e especificações estão disponíveis na página da empresa na internet <www.imbel.gov.br>. A iniciativa visou disponibilizar ao mercado interno e externo produtos de defesa e segurança customizáveis e topicalizados, e certificados no Centro de Avaliação do Exército. O licenciamento de produção e comercialização em tela materializa a decisão estratégica de construir um novo modelo de negócio para a IMBEL, com foco no fornecimento de soluções de defesa e segurança com elevado conteúdo tecnológico, mantendo a empresa apta a atender a mobilização industrial e a fomentar a indústria nacional de defesa;

g. continuidade da preparação inicial para execução do Planejamento Estratégico IMBEL para o decênio 2017 - 2026 (PEI 17-26), cujo principal objetivo é a construção da NOVA IMBEL, que deverá atuar segundo um novo modelo de negócio pautado pela operacionalização de três unidades organizacionais, coordenadas por uma unidade gestora, permitindo que a organização se transforme de empresa industrial em empresa industrial e gerencial. Cabe ressaltar que o projeto PEI 17-26 conta com a efetiva participação dos Diretores, Assessores-Chefes, Chefes de UP e de colaboradores pertencentes a todos os níveis gerenciais da empresa;

h. elaboração de documentação referente ao Planejamento Estratégico da empresa para 2017, alinhado com o executado em 2016. Os documentos orientadores são a Diretriz nº 03 – Planejamento Estratégico da NOVA IMBEL do Diretor-Presidente, e os Planos de Ação Corporativo, Setoriais e Operacionais para 2017, visando à mobilização dos diversos setores da organização para execução da fase de preparação da transformação;

i. resultados positivos na área de Gestão, conforme medido com indicadores de desempenho previstos no Plano de Ação Corporativo 2016;

j. aperfeiçoamento da estrutura organizacional, em especial na Sede, nas áreas administrativa e de Recursos Humanos, tornando-a mais ágil e apta a cumprir as novas imposições decorrentes das ações estratégicas;

k. revisão, reestruturação e normatização da precificação dos produtos da Empresa;

l. encaminhamento de novos produtos: Carabina 7,62 IA2, Pistola .40 GC MD4, e Pistola Tática Compacta .380 com armação em polímero, produzidos pela Fábrica de Itajubá, para avaliação no Centro de Avaliação do Exército (CAEx);

m. centralização e reestruturação do Mercado Interno, com substancial mudança na sistemática de trabalho, que resultou em aumento considerável do faturamento desse segmento, além de redução total dos atrasos nas entregas de armas; e

n. assinatura do contrato de fornecimento de Nitrocelulose à CBC, caracterizando o retorno da planta de NC à sua vocação estratégica (contrato de 150.000 Kg /ano a ser executado em 2017).



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. VISÃO GERAL

A IMBEL é a mais antiga indústria de material bélico do País e, por sua tradição e capacitação técnica, situa-se entre os principais produtores e fornecedores de material de emprego militar e de segurança do Brasil e da América Latina. A IMBEL integra a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira, sendo instituída como empresa estratégica de defesa a partir de 2013, conforme estabelecido na Portaria nº 3.228 do Ministério da Defesa, respaldada pela Lei nº 12.598/12.

A Empresa é constituída de uma Sede, localizada em Brasília/DF, e de 5 (cinco) Unidades de Produção (UP), assim distribuídas no território nacional:

- Fábrica Presidente Vargas (FPV), em Piquete/SP, que produz propelentes de base dupla e simples e explosivos;
- Fábrica da Estrela (FE), em Magé/RJ, que produz explosivos, acessórios de detonação e pirotécnicos;
- Fábrica de Itajubá (FI), em Itajubá/MG, que produz armas leves (fuzis, pistolas e carabinas) e cutelaria;
- Fábrica de Juiz de Fora (FJF), em Juiz de Fora/MG, que produz munições de grosso calibre, Motor Foguete e Cabeça de Guerra para foguetes de 70 mm; e
- Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE), no Rio de Janeiro/RJ, que desenvolve e produz sistemas operacionais computadorizados e equipamentos rádio e seus acessórios.

1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1.1.1. Finalidade

A IMBEL desenvolve suas atividades na fabricação de produtos de defesa e de segurança, com a observância das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal e das diretrizes fixadas pelo Ministério da Defesa.

De acordo com o seu Estatuto Social, a IMBEL tem as seguintes atividades relacionadas com a sua finalidade:

I - promover a indústria militar de defesa brasileira e atividades correlatas, abrangendo a construção e a manutenção da infraestrutura de defesa, bem como a logística, a pesquisa e o desenvolvimento;

II - gerenciar projetos de interesse do Exército Brasileiro;

III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de produtos de defesa;

IV - promover e executar atividades ligadas à obtenção, manutenção, proteção ou expansão dos conhecimentos e competências essenciais para cumprimento tanto dos seus objetivos, quanto das exigências de mobilização do País; e

V - promover e executar atividades que permitam manter infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização do País.

1.1.2. Competência Institucional

O Brasil tem como um objetivo estratégico manter em território nacional uma base industrial de defesa operante, com capacidade para abastecer as Forças Armadas brasileiras, garantindo a soberania nacional, em tempos de paz ou de guerra.

As competências institucionais relacionadas às atribuições definidas em lei, no Estatuto Social e no Regimento Interno da IMBEL, são:

I - colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira;

II - promover, com base na iniciativa privada, a implantação e desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse do Exército; e

III - administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e bens outros cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional.

1.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

Quadro 1 Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975. Autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa pública denominada Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e dá outras providências. Decreto nº 5.338 de 12 de janeiro de 2005. Aprova o Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e dá outras providências.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre as sociedades por ações. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências; e Lei nº 11.735, de 10 de julho de 2008. Conversão da Medida Provisória nº 424, de 2008. Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
Resolução nº 06/2008-CA/IMBEL. Aprova a Relação de matérias-primas e insumos utilizados pela IMBEL na fabricação de produtos de defesa que podem ser adquiridos com dispensa de licitação. Resolução nº 14/2014- CA/IMBEL. Aprova o Regimento Interno da IMBEL.

1.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

a. Caracterização e comportamento do mercado de atuação:

Inicialmente, torna-se oportuno recordar que a **IMBEL, EMPRESA ESTRATÉGICA DE DEFESA**, constituída nos termos da Lei nº 6.227 de 14 de julho de 1975, é uma empresa pública dependente, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército, com a missão de produzir e comercializar produtos de defesa (PRODE) e segurança para clientes institucionais, especialmente, Forças Armadas, Forças de Segurança e clientes privados.

A IMBEL tem sua sede instalada em Brasília/DF e suas Unidades de Produção (UP) articuladas nas cidades de Itajubá/MG, Juiz de Fora/MG, Piquete/SP, Magé/RJ e Rio de Janeiro/RJ, as quais fabricam e comercializam produtos de defesa e segurança: fuzis, pistolas e carabinas; munições de grosso calibre; pólvoras e explosivos de uso militar e civil; sistemas e equipamentos de comunicações e eletrônica; e sistemas de abrigos temporários de campanha, que podem ser utilizados para fins humanitários e de defesa civil.

Assim, a IMBEL disponibiliza Produtos Estratégicos de Defesa observando o viés estratégico, logístico, de mobilização e mercadológico, tendo como pilares básicos as suas peculiaridades de ser uma Empresa Estratégica de Defesa e empresa pública dependente, o que lhe impõem servidões legais, estatutárias e regimentais que limitam a sua capacidade, em especial a orçamentário-financeira, de prover produtos de defesa com a tempestividade devida e necessária aos interesses dos mercados-alvo.

O mercado de PRODE no qual a IMBEL atua, pode ser segmentado em: interno, constituído pelos mercados de defesa, de segurança e privado; e o mercado externo. Os citados mercados têm como clientes-alvos os seguintes:

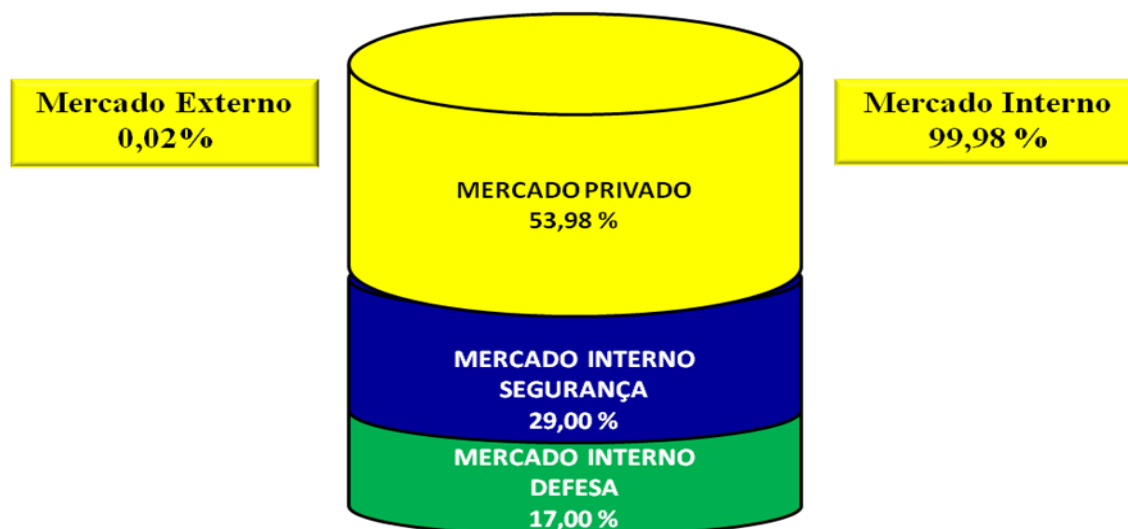
Defesa: focando as Forças Armadas, conforme mencionado no Art. 142 da Constituição Federal;

Segurança: focando os órgãos de segurança pública, conforme mencionado no Art. 144 da Constituição Federal;

Privado: visando os demais públicos da sociedade brasileira. Este mercado sofre as restrições legais constantes do Decreto de nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, que estabelece regras para a fiscalização de produtos controlados.

Externo: trata de clientes no exterior, sejam institucionais ou privados. A figura a seguir apresenta a atual segmentação de mercado:

Figura 1 Segmentação de Mercado



b. Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada:

Quadro 2 Portfólio de Produtos IMBEL

PORTFÓLIO DE PRODUTOS IMBEL			
Unidade de Produção	PRODE	FORNECEDORES	
		Nacional	Estrangeiro
Fábrica de Itajubá	- Fuzis e carabinas ⁽¹⁾	- IMBEL Fornecedor das Forças Armadas	- Amplo elenco de fabricantes internacionais
	- Pistolas ⁽¹⁾	- TAURUS	- GLOCK, CZ e SIG-SAUER
Fábrica de Juiz de Fora	- Munição de grosso calibre ⁽¹⁾	- IMBEL Fornecedor das Forças Armadas - A EMGEPRON fornece também Mun Art 105mm	- Amplo elenco de fabricantes internacionais
Fábrica Presidente Vargas	- Trotil (TNT), propelentes, pólvoras de base dupla, nitrocelulose de guerra ⁽¹⁾	- IMBEL Fornecedor das Forças Armadas - A Nitroquímica fornece ao mercado privado a nitrocelulose civil.	- Amplo elenco de fabricantes internacionais
	- Sistemas de abrigos temporários de alto desempenho	- IMBEL - SANSUY - VRB	- Amplo elenco de fabricantes internacionais, em especial ARPA, UTILIS e WEATHERHAVEN.
Fábrica da Estrela	- Explosivos, pólvoras e acessórios. ⁽¹⁾	- IMBEL Fornecedor das Forças Armadas - Pólvoras - amplo elenco de fornecedores nacionais	- Amplo elenco de fabricantes internacionais

Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica	- Sistemas e equipamentos de comunicações e eletrônica	- IMBEL Fabricante de produtos exclusivos para o Comando do Exército	- Amplo elenco de fabricantes internacionais
--	--	---	--

(1) Produtos controlados pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando do Exército (R-105).

c. Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

Para contextualizar os produtos e serviços ofertados pela IMBEL em relação ao ambiente em que atua é necessário realizar uma avaliação sintética do ambiente, particularmente em que área de defesa e segurança a empresa encontra-se inserida.

Assim, no que tange ao ambiente político-legal a implementação de iniciativas pioneiras como a Política Nacional de Defesa – PND, a Estratégica Nacional de Defesa – END, o Livro Branco da Defesa Nacional – LBDN, o Plano Brasil Maior – PBM, a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID e os Planos de Transformação das Forças Armadas, com seus objetivos de reestruturação e de fortalecimento da Base Industrial de Defesa, que inclui os segmentos científico, tecnológico, industrial e de logística, e colocou o tema defesa e segurança na agenda político-econômica nacional.

O ambiente sociocultural nacional e internacional, em consequência das últimas ameaças emergentes e assimétricas, caracterizadas pelo terrorismo, narcotráfico, crime organizado, entre outras, tornou-se mais permeável a iniciativas de fortalecimento da área de defesa e segurança.

O ambiente tecnológico e econômico apresenta-se como promissor para o desenvolvimento da BID, fruto de seu preparo, desenvolvimento, e acesso às informações tecnológicas de qualidade, que possibilita articulá-lo de forma ótima a projetos de pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, capacitação industrial, e engenharia.

Neste contexto, a IMBEL ver-se-á credenciada a aproveitar de forma proficiente as oportunidades abertas pelas novas tendências de mercado, tendo sua estrutura fabril recuperada e modernizada, com consequente aumento do portfólio de produtos e de suas capacidades produtivas, devidamente adequadas à legislação ambiental, mantendo a produção continuada de material de emprego militar e uma firme atuação na pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos inovadores.

Destarte, pode-se inferir que as expectativas em relação às tendências de mercado são extremamente favoráveis ao fortalecimento da Base Científica, Tecnológica, Industrial e Logística Nacional de Defesa no próximo decênio.

d. Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

A regulamentação do setor de defesa brasileiro, com o advento da PND, END e LBDN motivou a entrada de grandes empresas nesse segmento econômico elevando o nível da competição e acirrando a busca por empresas nacionais tradicionais do campo da defesa e segurança para parcerias.

As aquisições, fusões e *joint ventures*, a primeira vista interessantes para reduzir o *gap* tecnológico existente na Base Industrial de Defesa, devem ser tratadas com muito cuidado, tendo em vista a possibilidade de perda do mercado nacional e regional e a descaracterização das empresas nacionais, com sério risco ao patrimônio nacional.

No cenário apresentado de oportunidades inéditas, a IMBEL sofre ameaça de uma concorrência considerável e crescente devido às suas características e possibilidades advindas da condição de Empresa Pública Dependente, o que faz com que as iniciativas esbarrem no excessivo detalhamento dos processos de investimentos governamentais e de reação tardia para atender às demandas crescentes do segmento de defesa e segurança.

Numa tentativa de superar as citadas ameaças e ainda, atender às servidões impostas na Estratégia Nacional de Defesa – *"componente estatal da indústria de material de defesa terá que atuar, portanto, no teto, e não no piso tecnológico"* – e no Planejamento Estratégico do Exército 2016/2019, a Diretoria da empresa priorizou a implantação de um novo modelo híbrido industrial e gerencial, com o objetivo de aproveitar as oportunidades emergentes.

e. Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

Em 2016, a produção da indústria brasileira registrou uma queda de 6,6%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e uma perda de 12,1% no faturamento real da indústria, de acordo com informações publicadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A IMBEL, no mesmo ano, registrou um incremento de 86% em seu faturamento, possibilitando assim atingir o inédito valor de R\$ 129,14 milhões.

O referido desempenho foi puxado pelas vendas ao mercado de Segurança, integrado pelos órgãos relacionados no Art. 144 da Constituição Federal, que tiveram um aumento superior a 10 %, e pelo segmento Privado, que teve um incremento acima de 25 %, em relação ao ano de 2015.

f. Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

O mercado interno de defesa depende fundamentalmente do orçamento do Ministério da Defesa e da parcela desse orçamento alocado ao desenvolvimento e aquisição de produtos e serviços de defesa (PRODE). A disponibilidade de orçamento cria as condições favoráveis à IMBEL para disponibilizar PRODE ajustados às demandas e capacidades financeiras dos clientes institucionais.

Foram identificados como riscos de mercado: a redução do orçamento tanto da IMBEL, fornecedora de PRODE, quanto dos clientes institucionais; a concorrência estrangeira que disponibiliza PRODE com preço mais competitivo que os nacionais; as vulnerabilidades macroeconômicas, como câmbio desfavorável, e dificuldades logísticas, oriundas de uma infraestrutura deficiente; e falta de capacitação, cultura e tradição em exportação de PRODE. Todos estes riscos resultam em custos, juros e seguros elevados, e faz com que os fabricantes de PRODE busquem novas estratégias para mitigá-los.

Dentro das estratégias visualizadas existe a possibilidade de incrementar a oferta de PRODE ao mercado externo, que por sua vez apresenta consideráveis barreiras políticas, tecnológicas, de infraestrutura e econômicas.

O mercado externo de PRODE é restritivo à inserção das empresas brasileiras. Por isso, deve-se buscar junto a outros agentes de Governo e da Base Industrial de Defesa medidas viabilizadoras, como a promoção de exportações, com a criação de mecanismos, regras e normas governamentais que incrementem a exportação de PRODE e orientem os órgãos públicos vinculados ao mercado externo para participar e contribuir na conquista de clientela estrangeira para produtos nacionais.

Ainda existe a possibilidade de se celebrar acordos bilaterais incentivando as vendas de governo a governo, atendendo aqueles países desejosos de comprar produtos de defesa do Brasil, e permitir oferecer “garantias de Estado”, por meio de um sistema facilitador; visitas de Estado, nas quais as empresas de defesa e segurança sejam convidadas a integrar comitivas oficiais do Governo brasileiro, tanto de visita como de recepção de comitivas estrangeiras; competitividade de mercado, com progressiva redução do custo Brasil incidente nos produtos; adoção de sistemas eficientes de inteligência competitiva, proteção nas disputas comerciais, e apoio ao produto exportado. Visando o aperfeiçoamento nas negociações Governo a Governo a Portaria nº 333 do Ministério da Defesa, de 11 de maio de 2016, autorizou o Comando do Exército a atuar, por intermédio da IMBEL, como

interveniente técnico em contratações de Empresas Estratégicas de Defesa de outros países, cujo objeto seja a exportação de produtos de defesa, podendo firmar os respectivos instrumentos em conjunto ou individualmente.

g. Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

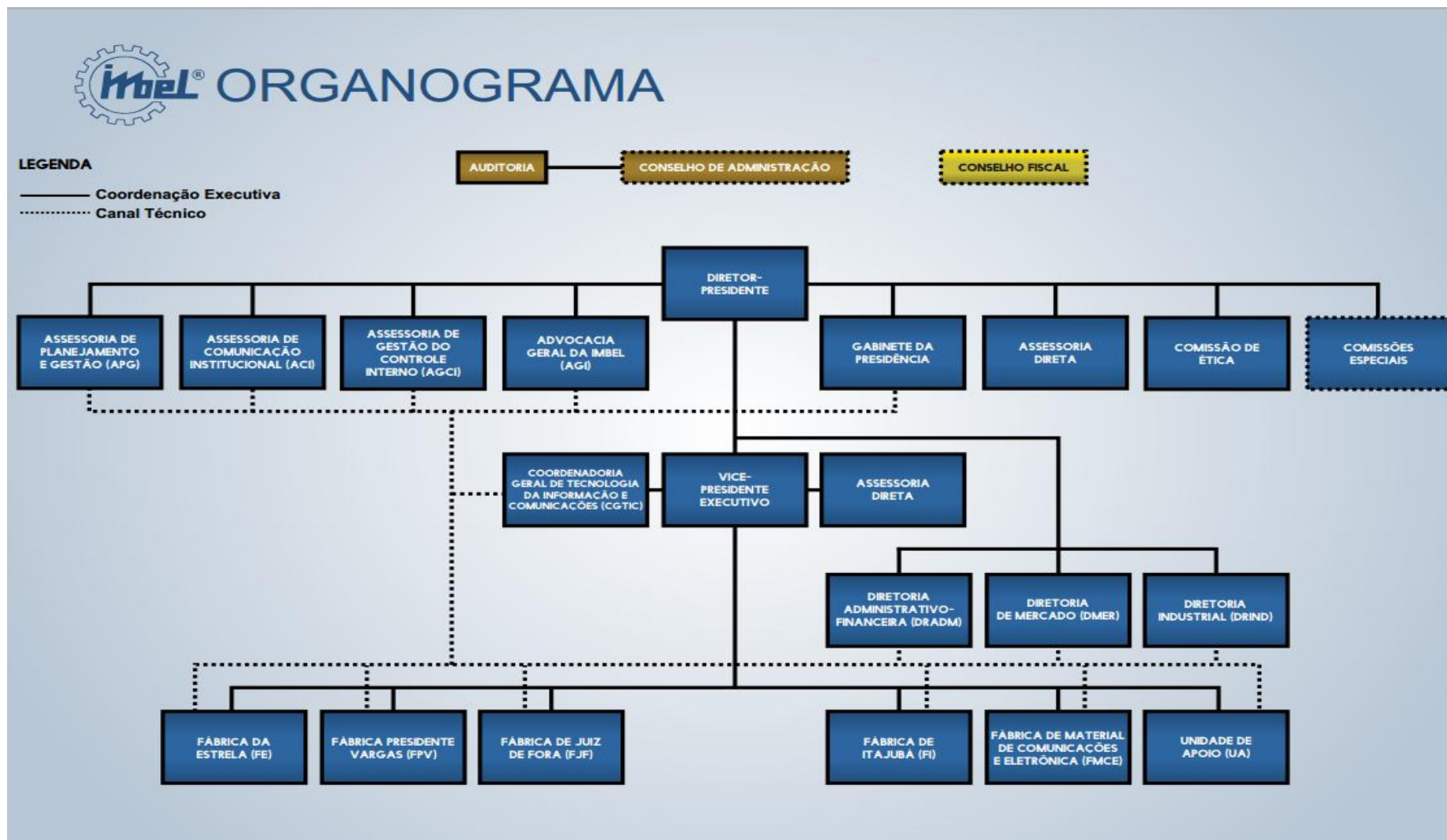
Nos últimos exercícios ocorreram importantes mudanças no ambiente político-legal, fruto da implementação de iniciativas pioneiras, como a Política Nacional de Defesa – PND, a Estratégica Nacional de Defesa – END, o Livro Branco da Defesa Nacional – LBDN, o Plano Brasil Maior – PBM, a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID e os Planos de Transformação das Forças Armadas com seus objetivos de reestruturar e fortalecer a Base Científica, Tecnológica, Industrial e Logística Nacional de Defesa – BID.

O ambiente sociocultural nacional e internacional também foi objeto de transformações, em consequência do acirramento das ameaças emergentes e assimétricas, caracterizadas pelo terrorismo, narcotráfico, crime organizado, entre outras, o que tornou mais permeável a vetores de iniciativas de fortalecimento da área da defesa e segurança.

O mesmo ocorreu com o ambiente tecnológico e econômico, fruto de seu preparo, desenvolvimento, e acesso à informações tecnológicas de qualidade, o qual passou a ficar mais articulado para absorver projetos de pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, capacitação industrial, e engenharia, sinalizando um favorecimento ao desenvolvimento da BID.

A conjuntura econômica latino-americana e brasileira indicam recessão das economias nacionais e com permanência dessa situação nos próximos anos. O cenário mais provável para o Exército até 2030, elaborado pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército, indica o agravamento da problemática de segurança pública brasileira, o agravamento das tensões sociais, e uma provável redução no orçamento para a Força Terrestre.

1.4. ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Quadro 3 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Sinclair James Mayer	Presidente do Conselho	01/01 - 31/12
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Celso José Tiago	Conselheiro	01/01 - 31/12
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Nelson Leitão Paes	Conselheiro	01/01 - 31/12
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	César Augusto Nardi de Souza	Conselheiro	01/01 - 05/01
Conselho de Administração(*)	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Cláudio Duarte de Moraes	Conselheiro	02/08 - 31/12
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Elvira Mariane Schulz	Conselheira	01/01 - 31/12
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Luciano de Paiva Albuquerque	Conselheiro	01/01 - 31/12
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da IMBEL.	Expedito Alves de Lima	Presidente do Conselho	01/01 - 31/12
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da IMBEL.	Edson Pierobon	Conselheiro	01/01 - 31/12
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da IMBEL.	Bruno Ramos Mangualde	Conselheiro	01/01 - 27/04
		Renato da Motta Andrade Neto	(Representante do Ministério da Fazenda/STN)	27/04 - 31/12
Auditoria Interna	Auditoria e Fiscalização.	Cezar Freitas Lopes	Auditor Chefe	01/01 - 30/09
		Gabriella Urbietta Bermudez		30/09 - 31/12
Presidência	Presidir e coordenar os trabalhos da Diretoria, dirigindo e controlando as atividades estratégicas da IMBEL.	Celso José Tiago	Diretor-Presidente	01/01 - 31/12
Vice-Presidência	Coordenar os trabalhos das UP, da CGTIC e da Assessoria direta do Vice-Presidente, coordenar e monitorar a gestão da empresa, otimizando os trabalhos desenvolvidos pelas diretorias.	Américo Paysan Valdetaro Filho	Vice-Presidente Executivo	01/01 - 31/12
Diretoria Administrativo-Financeira	Planejar, coordenar e controlar os trabalhos relativos às áreas administrativa, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos.	José Galaôr Ribeiro Junior	Diretor Administrativo-Financeiro	01/01 - 31/12
Diretoria Industrial	Planejar e coordenar a pesquisa e o desenvolvimento dos	Álvaro Pereira da Silva	Diretor Industrial	01/01 - 31/12

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	produtos, a produção, a inovação, e os projetos técnicos e de gestão industrial.			
Diretoria de Mercado	Planejar, organizar e dirigir as relações de mercado, as atividades de vendas e marketing dos produtos da empresa.	Newton Raulino de Souza Filho	Diretor de Mercado	01/01 - 31/12
Assessoria de Planejamento e Gestão	Elaborar e propor o planejamento estratégico corporativo, coordenar os planos estratégicos e de ações setoriais e operacionais, monitorar os projetos corporativos e setoriais e o orçamento de investimentos, e monitorar processos e indicadores corporativos e setoriais.	José Irismar Cabral Junior	Chefe da APG	01/01 - 31/12
Assessoria de Comunicação Institucional	Coordenar os programas e projetos relacionados com a comunicação interna e externa, receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informações referentes a procedimentos e ações da Direção e empregados da empresa e acompanhar os assuntos do interesse da empresa.	Marcelo Muniz Costa	Chefe da ACI	01/01 - 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico – pólvoras e explosivos.	Antônio Eleazar de Moraes	Chefe da Fábrica Presidente Vargas - FPV	01/01- 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico - munições de grosso calibre.	Luiz Jorge Tavares Cruz	Chefe da Fábrica de Juiz de Fora - FJF	01/01 – 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico – sistemas computadorizados e equipamentos rádio.	Claudio Nossar Paranhos Junior	Chefe da Fábrica de Material de Comunicação e Eletrônica - FMCE	01/01 - 16/12
		Carlos Ernesto Miranda Aversa		16/12 - 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico – armas leves.	Délcio Monteiro Sapper	Chefe da Fábrica de Itajubá - FI	01/01 - 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico – explosivos e acessórios de detonação.	George da Silva Divério	Chefe da Fábrica Estrela - FE	01/01 - 31/12

(*) Houve uma lacuna no período do representante do Ministério da Defesa.

1.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Quadro 4 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gerir o portfólio de produtos e serviços	- Avaliação de desempenho de vendas; - Identificação de melhorias nos produtos e serviços; - Identificação da necessidade de novos produtos e serviços.	Diretoria da IMBEL	Diretoria de Mercado
Descrição Engloba as atividades relacionadas à avaliação da performance de venda de produtos e serviços e ao controle do ciclo de vida dos produtos, tais como introdução de novo produto na praça, manutenção das vendas e ações de retirada e substituição do produto no fim do ciclo de vida. Engloba também a identificação de novos requisitos de clientes.			

Macroprocessos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Desenvolver novos negócios	Pólvoras, explosivos e insumos químicos para o emprego em equipamentos militares; munições de grosso calibre; equipamentos de comunicações, simuladores e sistemas eletrônicos de aplicação militar; armamento leve; e sistemas de abrigos temporários.	Forças Armadas, órgãos de Segurança Pública e demais órgãos envolvidos na implementação de políticas de segurança pública em todas as esferas de governo e também clientes do segmento privado.	Diretoria Industrial Diretoria de Mercado Unidades de Produção
Descrição Engloba as atividades relacionadas à proposta de desenvolvimento de novos produtos; coordenação de atividades necessárias para a melhoria de processos industriais e elaboração de novos processos para novos produtos; além do fomento necessário aos estudos, pesquisas e desenvolvimento tecnológico de projetos de novos produtos.			

Macroprocessos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Marketing e venda de produtos e serviços	- Geração de receita; - Geração de direitos e deveres para a empresa e clientes; - Dados de contato para o relacionamento; - Dados para o controle de qualidade.	Forças Armadas, órgãos de Segurança Pública e demais órgãos envolvidos na implementação de políticas de segurança pública em todas as esferas de governo e também clientes do segmento privado.	Diretoria de Mercado
Descrição Engloba as atividades relacionadas à comercialização e venda; gestão de contratos; atendimento à clientes.			

Macroprocessos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Planejar a produção	Estabelecimento de parâmetros e metas de produção; estabelecimento de especificações para controle da qualidade; dados para o planejamento de inventário e processo de suprimento.	Seções de planejamento e controle de produção e de engenharia de processos das Unidades de Produção.	Diretoria Industrial Seções de engenharia e de garantia da qualidade das Unidades de Produção
Descrição Envolve as atividades relacionadas à gestão da demanda e definição de metas de produção, à comunicação de especificações de qualidade e atualização do sistema de garantia da qualidade; planejamento do suprimento e elaboração de partes requisitórias para aquisição de insumos.			

Macroprocessos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Produção	Armas leves, munição pesada, explosivos diversos, equipamentos de comunicações e eletrônica.	Forças Armadas, órgãos de Segurança Pública e demais órgãos envolvidos na implementação de políticas de segurança pública em todas as esferas de governo e também clientes do segmento privado.	Diretoria Industrial Unidades de Produção
Descrição Envolve as atividades relacionadas à fabricação dos produtos constantes do portfólio de produtos da IMBEL.			

Macroprocessos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gerir logística de saída.	Entrega de armas leves, munição de grosso calibre, explosivos diversos, equipamentos e sistemas de comunicações e eletrônica.	Forças Armadas, órgãos de Segurança Pública e demais órgãos envolvidos na implementação de políticas de segurança pública em todas as esferas de governo e também clientes do segmento privado.	Diretoria de Mercado Diretoria Administrativo-Financeira Unidades de Produção

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

a. Introdução:

Em julho de 2014, após análise detalhada da situação da empresa, foi expedida pelo Diretor-Presidente a Diretriz nº 01 – *para o Planejamento Estratégico e Aperfeiçoamento da Gestão da IMBEL*, que possibilitou o delineamento de novos passos e procedimentos com vistas ao cumprimento, com mais eficiência e eficácia, das missões impostas à IMBEL, desde a sua criação em 1975.

Contando com o apoio de consultores da Fundação Getulio Vargas, de fevereiro a dezembro de 2015, os gestores da IMBEL (diretores, chefes, assessores e gerentes) puderam identificar e entender melhor os pontos fortes e os pontos fracos existentes no ambiente interno da empresa e as oportunidades e ameaças percebidas no ambiente externo à IMBEL.

Essa tomada de consciência da situação então vivenciada pela IMBEL levou à revisão dos elementos estratégicos (missão, visão, valores e princípios) e ao estabelecimento de novos objetivos estratégicos para orientar a transformação da empresa na NOVA IMBEL, mudança organizacional impactante que vai ao encontro das expectativas tanto dos seus próprios integrantes quanto dos *stakeholders* externos.

Muito mais do que mera questão conceitual, a “nova” IMBEL demanda mudança da mentalidade e comportamento proativo das pessoas que integram a empresa, a fim de que os grandes desafios à frente possam ser vencidos e as atribuições da organização sejam bem cumpridas, no contexto da Base Industrial de Defesa. Nas atividades diárias, a nova postura dos integrantes da empresa vem sendo traduzida em atitudes voltadas para intensificar a colaboração e parcerias, o compartilhamento de conhecimentos, a busca da inovação e a maior integração de todos os setores da empresa. Assim, a crença na força da união e o compromisso de cada empregado com a melhoria do desempenho profissional próprio possibilitam uma mudança cultural na IMBEL, com foco no crescimento das pessoas que a constituem e na conquista das metas globais da empresa.

A piora da conjuntura econômico-social-política brasileira vivenciada no primeiro semestre de 2016 foi além das expectativas do final de 2015, o que levou à revisão e atualização da Diretriz nº 03 – *Planejamento Estratégico da NOVA IMBEL*, expedida originalmente em 2015.

Em face do cenário restritivo pelo qual passou o orçamento da IMBEL em 2016, e que deverá repetir-se nos anos subsequentes, considera-se que o Planejamento Estratégico da Nova IMBEL necessita estar atualizado para bem orientar sua implementação. Permanece necessário acompanhar o ambiente externo à empresa, para identificar as ameaças e oportunidades (novas ou já existentes), bem como continua importante a identificação de pontos fortes e outros aspectos do âmbito interno da IMBEL que necessitam ser aperfeiçoados, para que se promovam as ações necessárias à implementação de mudanças que levem a IMBEL a ser vista, no futuro, como empresa de excelência no desenvolvimento, fabricação e fornecimento de soluções de defesa e segurança.

Para que a NOVA IMBEL se torne realidade, todos os seus integrantes — do diretor ao agente de apoio operacional — precisam estar bem preparados em termos técnicos, morais e psicológicos, para enfrentar as barreiras que certamente surgirão no longo caminho a ser percorrido até 2026.

b. Contextualização

Iniciado em dezembro de 2014, o projeto desenvolvido para elaboração e implementação do "Planejamento Estratégico da IMBEL para o período 2017-2026" (PEI 17-26) contribuiu para definir linhas gerais de um novo modelo de negócio para a empresa. Em 2016 iniciou-se a preparação para inserir a empresa no novo modelo apresentado no projeto. Esse modelo possibilitou entender que a IMBEL necessita conciliar três áreas distintas da própria estrutura: uma orientada para a fabricação de soluções (produtos e serviços) de defesa e segurança; outra que prioriza o

atendimento aos clientes, customizando soluções de defesa e segurança; e uma terceira vocacionada para o desenvolvimento de soluções inovadoras de elevado conteúdo tecnológico agregado. Entende-se que esses três setores necessitam ser dirigidos sob coordenação de uma unidade de gestão corporativa, que direcionará cada unidade organizacional, otimizando recursos e poupando esforços desnecessários que não contribuam de modo eficiente para os resultados esperados.

Essas áreas organizacionais receberam a denominação de DIREÇÃO E GESTÃO (baseada nas atribuições do Diretor-Presidente, Vice-Presidente Executivo, Diretoria Administrativo-Financeira, Gabinete e Assessorias da Presidência); INDÚSTRIA (com origem nas atuais Diretoria Industrial e Unidades de Produção); SOLUÇÕES EM MERCADO (originada da atual Diretoria de Mercado) e INOVAÇÃO (proposta para ser criada).

Figura 2 Nova IMBEL



A revisão do planejamento estratégico revisitou os fundamentos da organização, consubstanciados em seus documentos básicos: lei de criação e estatuto social, bem como ouviu, identificou e qualificou expectativas e anseios de decisores internos e externos à empresa.

Como resultado, após várias rodadas de discussão e estudos, foram redefinidas a missão e a visão de futuro da IMBEL, além de atualizados e contextualizados os valores e princípios organizacionais que devem ser atendidos e priorizados por seus integrantes.

Da análise do ambiente organizacional e empregando a metodologia de gestão e medição do desempenho denominada *Balanced Scorecard* (BSC), adotou-se um mapa estratégico único para toda a empresa, relacionando as unidades organizacionais com objetivos em cada perspectiva interna e externa, para, em etapa posterior, serem definidas as iniciativas e os projetos que deverão ser priorizados e desenvolvidos na forma de planos de ação, para tornar a NOVA IMBEL realidade. A fim de gerenciar o sistema de planejamento estratégico com embasamento científico, adotou-se o método PDCA (ciclo de Deming ou ciclo de Shewhart) para orientar o planejamento e a execução das ações transformadoras. Ainda, princípios e técnicas de Controle da Qualidade Total (TQC), sistema empregado em empresas industriais de referência mundial, foram adaptados e permitiram operacionalizar o planejamento estratégico na IMBEL. A simplicidade da metodologia escolhida não implica necessariamente em facilidade para sua implementação e execução, considerando a complexidade estrutural própria da empresa e do processo de aprendizagem continuada que será necessário doravante.

Dessa forma, a Diretriz do Diretor-Presidente para o Planejamento Estratégico define e prioriza as ações estratégicas a serem incorporadas e desdobradas nos planos de ação decorrentes, para, numa primeira fase, preparar a IMBEL e, em etapa posterior, executar a transformação da empresa na almejada NOVA IMBEL.

c. Elementos Estratégicos

O trabalho de revisão da estratégia revisitou os elementos estratégicos em vigor, atualizando-os à nova realidade. Esses direcionadores estratégicos serviram de ponto de partida para os passos seguintes do trabalho de revisão.

Assim, foram definidos como elementos estratégicos da IMBEL:

Missão:

“Fornecer soluções de defesa e segurança com elevado conteúdo tecnológico, mantendo-se apta a atender à mobilização industrial e a fomentar a indústria nacional de defesa.”

Visão:

“Ser reconhecida no mercado nacional e internacional como uma empresa de excelência no desenvolvimento, fabricação e fornecimento de soluções de defesa e segurança.”

Valores:

Comprometimento - Criatividade - Eficiência - Foco no cliente - Integridade - Segurança - Sustentabilidade - Valorização das pessoas.

d. Metas e Indicadores Estratégicos

Durante o Projeto PEI 17-26, foram propostos metas e indicadores estratégicos para permitir à Diretoria monitorar e controlar o desenvolvimento das atividades em execução, possibilitando intervenções oportunas e correções de rumo, sempre que se fizerem necessárias.

Os indicadores estratégicos serão revisados anualmente, na etapa de atualização do planejamento estratégico da IMBEL, buscando-se aperfeiçoamento desses medidores e adequação dos mesmos às metas definidas pelas estratégias da alta administração.

Considerando que, num primeiro momento, a IMBEL deve aumentar a receita operacional e reduzir gastos (custos e despesas), e tomando por base a Demonstração de Resultado do Exercício do ano anterior (DRE) corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para receitas e para gastos (custos e despesas), ficou definido que os planos de ação corporativos deverão apresentar indicadores que permitam, anualmente, a medição dos resultados e do desempenho da empresa, tendo como foco as seguintes metas:

- aumentar a receita operacional líquida em 10% a.a.;
- reduzir a relação custos dos produtos e dos serviços vendidos/receita operacional líquida em 10% a.a.; e
- reduzir as despesas (administrativas, comerciais, tributárias, financeiras e diversas) em 5 % a.a.

As metas definidas inicialmente para o triênio 2016-2018 foram revisadas para adequação à conjuntura e fases estabelecidas para a transformação pretendida. Estima-se que serão necessários pelo menos quatro anos – até 2020 – para que se obtenham as pretendidas condições de sustentabilidade econômico-financeira na empresa.

Se as metas propostas forem atingidas, a IMBEL terá segurança financeira para passar à situação de empresa pública não dependente em 2021. Entretanto, deve-se considerar o peso da conta “receita orçamentária” da DRE anual, para dar prosseguimento à intenção estratégica.

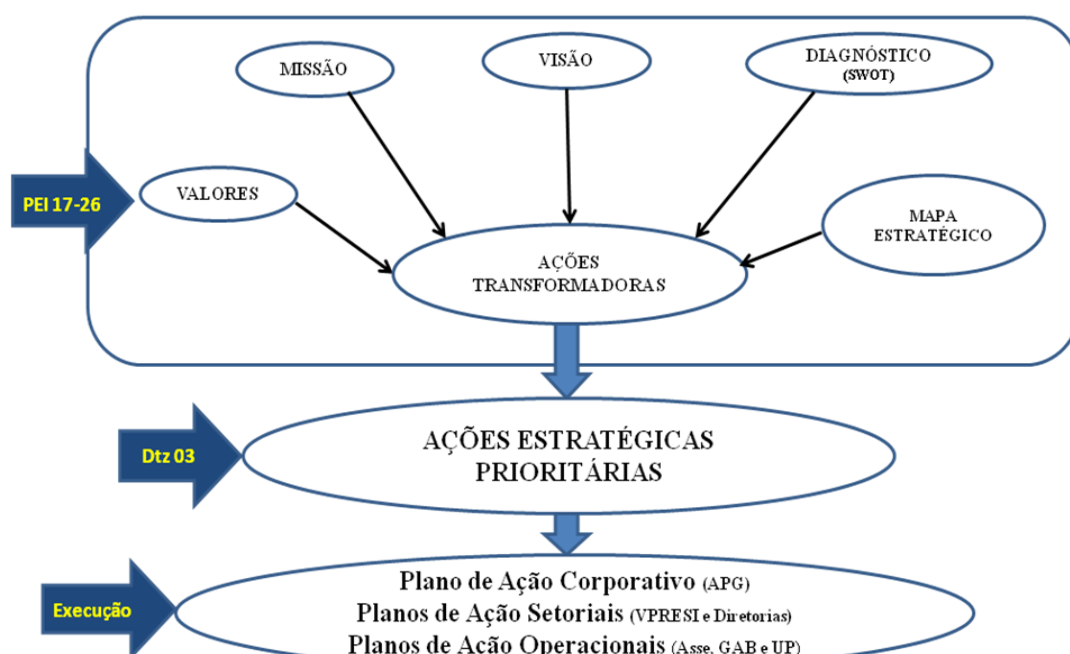
Com base nos indicadores estratégicos, cada setor da empresa vem levantando indicadores próprios (setoriais) que permitem aos gestores (principalmente Diretores e Chefes de UP/GAB) medir os resultados de seus interesses, priorizando aqueles direcionados para a estratégia empresarial.

O número de indicadores adequado a cada área é variável e depende da capacidade de medição disponível no setor. Cabe ao gestor setorial (Diretor ou Chefe) fazer uso dos indicadores obtidos para amparar seus planejamentos ou a execução das ações necessárias para alcançar os resultados pretendidos.

2.1.1. Plano Estratégico, Tático e Operacional

Nos planos de ação anuais (corporativo, setoriais e operacionais) são estabelecidos a cronologia e os demais elementos (incluindo metas e indicadores) necessários para a medição e acompanhamento dos resultados, possibilitando as intervenções e correções de rumo em prol da transformação que se busca para a IMBEL. Todos os planos anuais têm sua origem no Planejamento Estratégico da IMBEL (PEI 17-26), e atendem à Diretriz do Diretor-Presidente.

Figura 3 Sequência do Planejamento Estratégico



2.1.2. Principais Objetivos Estratégicos estabelecidos para o exercício

a. Objetivos Estratégicos (OE)

O Mapa Estratégico da empresa estabelece os seguintes objetivos a serem perseguidos pela IMBEL:

- OE 1.1 - Alcançar sustentabilidade financeira.
- OE 1.2 - Contribuir para o fortalecimento da infraestrutura industrial de defesa.
- OE 2.1 - Entregar produtos e soluções em conformidade contratual.
- OE 2.2 - Alcançar participação relevante e sustentável de mercado.
- OE 2.3 - Alcançar excelência no processo de transferência de tecnologia.
- OE 3.1 - Alcançar estrutura operacional de baixo custo e alta qualidade.
- OE 3.2 - Alcançar excelência no relacionamento com clientes.
- OE 3.3 - Alcançar excelência nos processos de desenvolvimento de soluções inovadoras.
- OE 4.1 - Garantir sistemas de informações gerenciais.
- OE 4.2 - Garantir modelo de negócio apropriado para a Missão.
- OE 4.3 - Contribuir para a capacidade de mobilização industrial.

- OE 4.4 - Garantir domínio de competências essenciais.

b. Ações Transformadoras

Para que sejam alcançados os objetivos estratégicos definidos para a empresa em seu planejamento estratégico, é necessária a implementação de algumas ações prioritárias, na forma de projetos ou atividades. A transformação da empresa impõe que essas iniciativas se tornem realidade para que a organização atinja o patamar desejado. As ações transformadoras em execução são:

- AT 1 - Definir o papel da IMBEL na mobilização.
- AT 2 - Aumentar a eficiência e eficácia operacional e administrativa.
- AT 3 - Modernizar o parque industrial.
- AT 4 - Desenvolver parcerias estratégicas.
- AT 5 - Aprimorar o relacionamento com o cliente.
- AT 6 - Gerenciar projetos complexos.
- AT 7 - Gerir as competências essenciais.
- AT 8 - Implantar a infraestrutura de PD&I.
- AT 9 - Implantar o processo de transferência tecnológica.
- AT 10 - Aprimorar o relacionamento institucional.
- AT 11 - Captar recursos extraorçamentários.

2.1.3. Estratégias adotadas para atingir os Objetivos Estratégicos e tratamento dos riscos envolvidos

A implantação da NOVA IMBEL ocorrerá em duas fases: (1) preparação da transformação e (2) transformação propriamente dita.

A condição de empresa pública dependente se evidencia como obstáculo a ser transposto para que a NOVA IMBEL seja implementada e possa operar com eficiência e eficácia, pois muitas das condições inerentes à atividade empresarial deixam de ser possíveis à IMBEL na condição atual, de integrante do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social da União. Como exemplo, não é permitido à empresa adquirir empréstimos bancários para investir em oportunidades de mercado ou participar de parcerias empresariais. Por outro lado, o fato de ter a garantia de seus passivos cobertos por consideráveis recursos da União, desde 2008, permitiu que a IMBEL reduzisse continuamente a sua dívida com órgãos federais, estaduais e municipais e, também, investisse recursos na recuperação e modernização das plantas de produção. A extinção da dívida, por meio do seu pagamento integral, deverá ocorrer em 2018.

Entretanto, para aumentar receita, desenvolver novas tecnologias e produzir novos produtos e serviços, a IMBEL necessita assumir riscos de mercado impedidos hoje por sua condição de empresa pública dependente.

Assim, para que seja possível a transformação em discussão, a empresa necessita tornar-se não dependente. Contudo, esse importante passo deve ser dado num ambiente de segurança financeira e jurídica, a fim de se evitar retrocessos e outros entraves que impeçam ou retardem o principal objetivo do PEI 17-26, a transformação da IMBEL, do modelo industrial para o modelo industrial e gerencial.

A preparação da transformação ocorrerá em duas subfases, a primeira, em 2016 e 2017, destinada a aprofundar estudos e implementar ações já passíveis de serem executadas e a segunda subfase, prevista para o triênio 2018-2020, com a finalidade de sedimentar e dar continuidade aos trabalhos de preparação para a implantação da NOVA IMBEL.

Foi realizada a avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício 2016, com a respectiva forma de mitigá-los, usando as seguintes estratégias:

- a. Restrição orçamentária/financeira.
 - Reunião de Diretoria para adequação dos limites de empenho.
- b. Redução da demanda de produtos de defesa.
 - Redimensionamento da meta de produção.
- c. Restrições/limitações no sistema produtivo.
 - Redimensionamento do projeto de modernização.
- d. Problemas relativos à força de trabalho.
 - Aprovação do SEST/MP das demandas dos funcionários.

Outras ferramentas consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foram:

- a. Reuniões de Diretoria;
- b. Reuniões do Conselho de Administração;
- c. Reuniões Orçamentárias;
- d. Seminário de Produção;
- e. Reuniões dos Agentes da Administração;
- f. Reuniões Industriais e de P&D;
- g. Reuniões de Acompanhamento de Projetos;
- h. Reuniões e visitas de Segurança do Trabalho, Qualidade e Meio Ambiente;
- i. Auditorias internas de Segurança do Trabalho e Qualidade;
- j. Participação em Feiras e Simpósios;
- k. Informativos internos da IMBEL;
- l. Intranet Corporativa; e
- m. Relatórios Gerenciais.

2.1.4. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A implementação do Planejamento Estratégico na IMBEL tem por instrumento seus planos de ação anuais. Os Planos de Ação Corporativo, Setoriais e Operacionais referentes ao ano de 2016 definiram as Ações Estratégicas Prioritárias (AEP), e a forma de executá-las, tendo como metas diminuir o déficit orçamentário e incrementar a produtividade da empresa, gerando a base sólida para a transformação. As ações adotadas foram:

AEP 1 - Implantar o Programa de estruturação da NOVA IMBEL: esse programa contém estudos de viabilidade, definição, elaboração e condução de ações, projetos e outras iniciativas necessárias à construção do novo modelo de negócio definido para a empresa no PEI 17-26, de modo a permitir o estabelecimento e o funcionamento harmônico das quatro unidades organizacionais – DIREÇÃO E GESTÃO, INDÚSTRIA, SOLUÇÕES EM MERCADO e INOVAÇÃO.

AEP 2 - Negociar a obtenção de recursos financeiros para a manutenção da capacidade estratégica: objetiva calcular, em valores atualizados, o custo desse serviço em termos de pessoal, infraestrutura fabril e atualização tecnológica necessários para que a IMBEL possa responder com eficiência, eficácia e efetividade à Nação em caso de mobilização. Inclui a realização de gestões junto ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército para que esses importantes stakeholders realizem o pagamento (receita) por esse serviço, mediante inclusão no Plano Plurianual (PPA), bem como as aquisições necessárias à manutenção desta capacidade estratégica voltada à mobilização industrial.

AEP 3 - Estabelecer processos para alienação de ativos não operacionais desnecessários: após estudo detalhado e avaliação do patrimônio, iniciou-se a venda dos ativos, principalmente imóveis, que não estejam direcionados às atividades operacionais das unidades organizacionais, preservando aqueles localizados em áreas de segurança. Deve-se ainda garantir que os recursos obtidos com essas operações sejam, de fato, revertidos para aplicação nas atividades da própria

IMBEL, principalmente na automatização das plantas, medidas de segurança e saúde do trabalho, e segurança ambiental.

AEP 4 - Prosseguir no aperfeiçoamento da gestão da empresa: utilizando-se dos resultados do PEI 17-26 e de outras ações gerenciais da empresa, iniciou-se o aperfeiçoamento da gestão de pessoas e dos processos internos com vistas à revisão e redução dos custos e despesas (p. ex., a definição de critérios claros e objetivos para pagamento do adicional de periculosidade nas plantas de produção), elevar as receitas, melhorar a qualidade dos produtos e serviços, e melhorar a segurança patrimonial. Estas ações devem ser priorizadas por todos os gestores em todos os níveis.

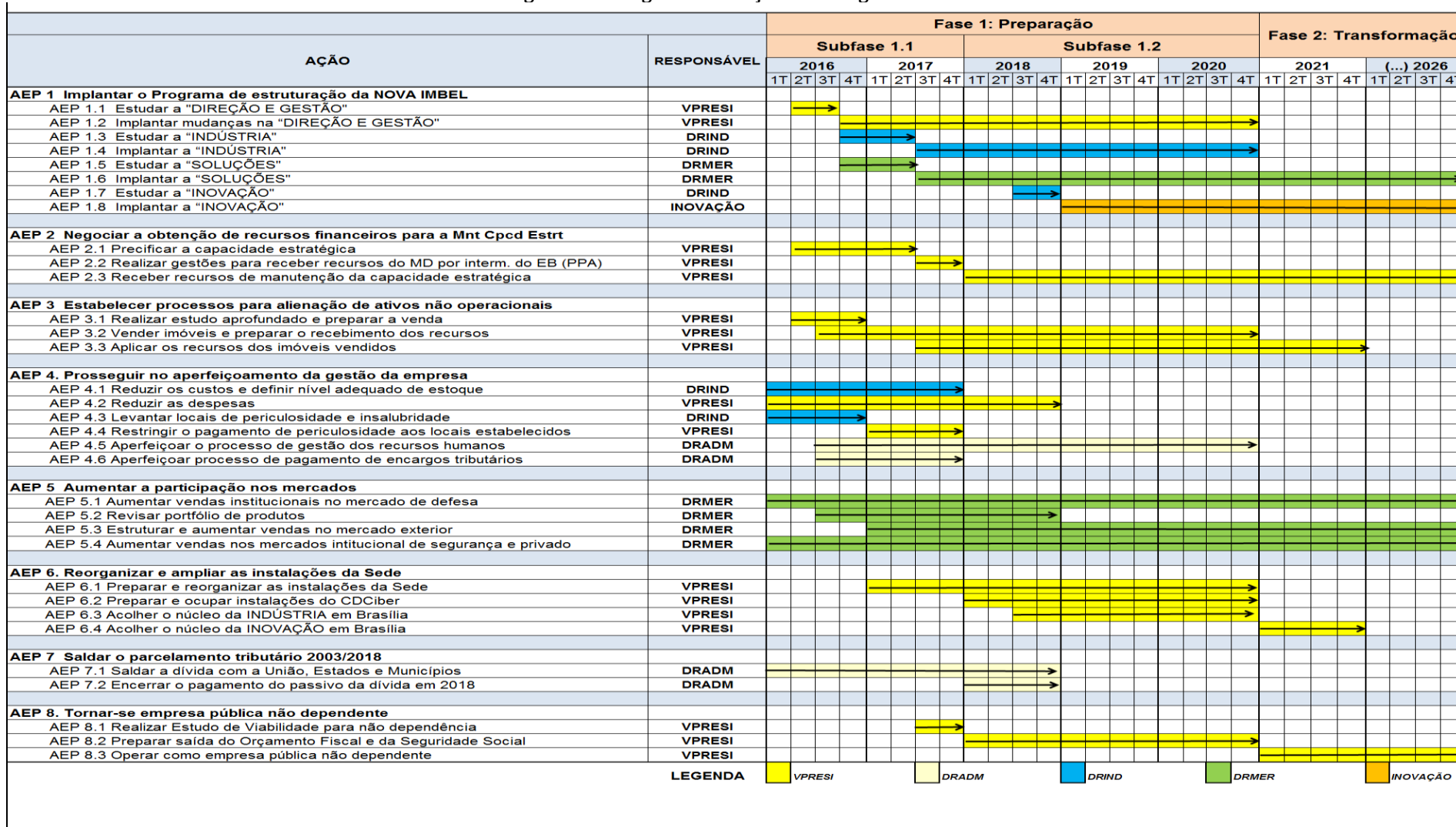
AEP 5 - Aumentar a participação nos mercados: buscar participação relevante e sustentável nos mercados internos e externos, atualizando o portfólio de produtos e serviços (soluções) de defesa e segurança, com órgãos do EB, das outras Forças Armadas, órgãos de Segurança Pública e outros atores do mercado.

AEP 6 - Reorganizar e ampliar as instalações da Sede: para viabilizar o modelo de negócio da NOVA IMBEL, há necessidade de instalações físicas que comportem, na Sede, os órgãos da unidade organizacional DIREÇÃO E GESTÃO, a unidade organizacional SOLUÇÕES EM MERCADO e, quando possível, a unidade organizacional INDÚSTRIA. Com a proximidade física, se pretende aumentar a sinergia entre esses órgãos, sendo mantidos afastados da Sede, apenas, os setores cujas relações custo x benefício não sejam favoráveis. A IMBEL planeja ocupar as atuais instalações do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), assim que houver disponibilidade dessas áreas. A localização e organização da unidade organizacional INOVAÇÃO serão definidas em estudo de viabilidade a ser realizado para aprofundar a criação.

AEP 7 - Saldar o parcelamento tributário 2003/2018: conforme já vem sendo realizado desde 2008, prosseguir no pagamento de dívidas negociadas com os órgãos federais, estaduais e municipais, concluindo o pagamento deste passivo em 2018, de acordo com o planejado. A Diretoria deve cuidar para que não ocorram atrasos nos pagamentos de dívidas tributárias.

AEP 8 - Tornar-se empresa pública não dependente: após aprofundado estudo de viabilidade e condução de processo decisório efetivo sob a responsabilidade dos órgãos de administração superior da IMBEL, será buscado o retorno à condição de empresa não dependente junto aos órgãos competentes, após atingir estabilidade financeira e alcançar eficiência nas ações de gestão. Esta ação é crucial para a transformação, pois a liberdade orçamentária necessária à implantação da NOVA IMBEL só será possível com a saída da IMBEL dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, embora continue, como empresa pública, apta a receber recursos para investimentos do Orçamento da União.

Figura 4 Cronograma das Ações Estratégicas Prioritárias



2.1.5. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

Os Planos de Ação Setoriais de 2016 (nível tático), afetos às Diretorias, foram monitorados no ano de 2016 por intermédio de relatórios trimestrais, encaminhados pelos Diretores ao Vice-Presidente Executivo da empresa, conforme previsto no Plano de Ação Corporativo 2016. Após o recebimento, os relatórios foram analisados em reuniões de Diretoria, quando foram definidas as intervenções julgadas necessárias.

De maneira similar, os Planos de Ação Operacionais de 2016 (nível operacional), afetos às Unidades de Produção, foram monitorados também por relatórios trimestrais, e analisados em reunião de Diretoria. Segundo a metodologia adotada, correções são introduzidas, se necessário, atendendo a determinações da Diretoria.

Trimestralmente, as ações previstas nesses Planos foram acompanhadas pela Assessoria de Planejamento e Gestão, e os resultados informados à Direção da empresa.

A sistemática de desdobramento da Diretriz do Diretor-Presidente da IMBEL em Plano de Ação Corporativo, Planos de Ação Setoriais (PAS) e Planos de Ação Operacionais (PAOp) foi realizada em caráter experimental e seus acertos e falhas serviram de lições aprendidas para a elaboração do PAC, dos PAS e PAOp para 2017.

2.1.6. Demonstração da Vinculação do Plano da unidade com as Competências Constitucionais, Legais ou Normativas e com o PPA

Quadro 5 Demonstração da vinculação do plano da UJ com suas competências

Competência institucional	Objetivos Estratégicos
I - colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira.	OE 2.3 Alcançar excelência no processo de transferência de tecnologia. OE 3.3 Alcançar excelência nos processos de desenvolvimento de soluções inovadoras.
II - promover, com base na iniciativa privada, a implantação e desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse do Exército.	OE 1.2 - Contribuir para o fortalecimento da infraestrutura industrial de defesa.
III - administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e bens outros cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional.	OE 1.1 - Alcançar sustentabilidade financeira. OE 2.1 - Entregar produtos e soluções em conformidade contratual. OE 2.2 - Alcançar participação relevante e sustentável de mercado. OE 3.1 - Alcançar estrutura operacional de baixo custo e alta qualidade. OE 4.2 - Garantir modelo de negócio apropriado para a Missão
IV - promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com a sua finalidade.	OE 3.2 - Alcançar excelência no relacionamento com clientes. OE 4.1 - Garantir sistemas de informações gerenciais. OE 4.3 - Contribuir para a capacidade de mobilização industrial. OE 4.4 - Garantir domínio de competências essenciais.

2.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.2.1. Relação dos objetivos do PPA que estiveram em 2016 na responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Ao longo do ano de 2016, a IMBEL realizou investimentos de recursos públicos em suas linhas de produção, e em máquinas e equipamentos para a readequação e modernização das linhas de produção das suas fábricas. Dessa forma, vem colaborando com o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial de defesa, na busca de uma maior autonomia tecnológica e produtiva, apoiando o Comando do Exército no Objetivo 1124 do Programa 2058 do PPA 2016-2019 – *Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional*, e na meta 04GT - *Implantar 33% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG)*.

2.2.1.2. Iniciativas vinculadas ao Objetivo de responsabilidade da unidade.

Não se aplica à IMBEL

2.2.2. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual

2.2.2.1. Ações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

Quadro 6 – Ações de Responsabilidade da unidade – OFSS

Identificação da Ação						
Código	4528		Tipo: Atividade			
Título	Produção de Material de Emprego Militar					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional					
Programa	Defesa Nacional		Código: 2058		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
65.330.776,00	78.280.755,00	78.280.742,34	63.897.215,90	63.895.605,74	1.610,16	14.383.526,44
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
META PRODUÇÃO		HOMEM/HORA (*)	645.260		669.600	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
18.630.319,59	15.696.783,44	904.437,86	META PRODUÇÃO			

(*)A IMBEL emprega diferentes unidades de medida (peça, kg, m, m2, litro) e adota como meta física as horas aplicadas na fabricação (mão de obra direta) de cada produto, necessárias à obtenção dos itens que propiciarão o atingimento das metas de faturamento e de atendimento aos seus clientes.

No ano de 2016, foram aplicados 669.600 homens-hora e foram produzidos, entre outros produtos acabados ou semiacabados:

- 8.970 fuzis/carabinas
- 7.260 pistolas
- 1.300 facas de campanha
- 4.126 tiros de artilharia
- 443 transceptores TPP 1400
- 358.250 kg de trotil
- 115.250 kg de nitrocelulose
- 1.650 kg de pólvoras químicas
- 1.623 grãos propelentes
- 1.238.000 m de cordel detonante
- 252.350 pç de booster (reforçador)
- 33.650 kg de emulsão explosiva

Esta empresa consultará o Estado Maior do Exército - EME sobre a possibilidade de troca da unidade de medida que consta na LOA, de unidade para homem-hora.

Identificação da Ação						
Código	0Z00			Tipo: Atividade		
Título	Reserva de Contingência - Financeira					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					
Programa	Reserva de Contingência	Código: 0999		Tipo: Reserva de Contingência		
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.513.723,00	29.513.723,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Não se aplica			

Identificação da Ação		
Código	20TP	Tipo: Atividade
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União	
Iniciativa	Não se aplica	

Objetivo	Não se aplica						Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa						Código: 2108		Tipo:				
Unidade Orçamentária	52221												
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras												
Lei Orçamentária 2016													
Execução Orçamentária e Financeira													
Dotação					Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016						
Inicial		Final		Empenhada		Liquidada		Paga		Processados		Não Processados	
78.650.057,00		81.918.060,00		81.918.060,00		77.938.683,92		77.282.280,26		656.403,66		3.979.376,08	
Execução Física													
Descrição da meta					Unidade de medida		Montante						
							Previsto		Reprogramado		Realizado		
Não se aplica													
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores													
Execução Orçamentária e Financeira						Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2016		Valor Liquidado		Valor Cancelado		Descrição da Meta			Unidade de medida		Realizada		
206.998,25		119.913,70		12.551,84		Não se aplica							

Identificação da Ação						
Código	2000			Tipo: Atividade		
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica		Código:			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33.451.653,00	35.404.363,90	35.404.136,09	31.018.673,72	31.015.206,29	3.467,43	4.385.462,37
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

4.071.237,08	3.783.153,90	79.550,94	Não se aplica		
--------------	--------------	-----------	---------------	--	--

Identificação da Ação						
Código	2012				Tipo: Atividade	
Título	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.453.245,00	12.953.245,00	12.953.245,00	11.904.716,55	11.022.039,76	882.676,79	1.048.528,45
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
435.388,93	435.263,53	125,40	Não se aplica			

Identificação da Ação						
Código		2004Tipo: Atividade				
Título		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes				
Iniciativa		Não se aplica				
Objetivo		Não se aplicaCódigo:				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da DefesaCódigo: 2108Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		52221				
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

11.772.000,00	1.672.000,00	1.672.000,00	1.347.370,97	1.347.370,97	0	324.629,03
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
625.249,24	602.209,50	20.595,24	Não se aplica			

Identificação da Ação										
Código	2011 Tipo: Atividade									
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares									
Iniciativa	Não se aplica									
Objetivo	Não se aplica Código:									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade									
Unidade Orçamentária	52221									
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária 2016										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016				
Inicial	Final	Empenhada		Liquidada		Paga		Processados	Não Processados	
1.560.000,00	1.560.000,00	1.560.000,00		1.147.978,09		1.147.978,09		0	412.021,91	
Execução Física										
Descrição da meta				Unidade de medida		Montante				
						Previsto		Reprogramado		Realizado
Não se aplica										
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas						
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado		Valor Cancelado		Descrição da Meta			Unidade de medida		Realizada
274.921,41	274.818,90		102,51		Não se aplica					

Identificação da Ação		
Código	2010	Tipo: Atividade
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	
Iniciativa	Não se aplica	
Objetivo	Não se aplica	Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	52221	

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
31.904,76	0	0	Não se aplica		

2.2.2.2. Ações/Subtítulos - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

Não se aplica à IMBEL

2.2.2.3. Ações não Previstas na LOA – Restos a Pagar não Processados (OFSS)

Não se aplica à IMBEL

2.2.2.4. Ações – Orçamento de Investimentos - OI

Não se aplica à Imbel por estar no Orçamento Fiscal e Seguridade Social.

2.2.2.5. Resultados Alcançados – Análise Situacional

a) Execução das metas: A Ação Finalística 4528 - Produção de Material de Emprego Militar alcançou 100% da meta proposta. Está estipulada em 645.260horas/homem de produção de bens nas filiais da IMBEL. Entretanto, foram realizadas 669.600horas/homem. A execução desta ação está inserida nas principais despesas da empresa como insumos de produção, manutenção das oficinas, pagamentos de impostos sobre faturamento como ICMS (MG, SP e RJ), IPI, IR e outros. Além de investimentos na modernização e inovação de plantas fabris.

A Ação Meio 2000 - Administração, sem meta física, foi suficiente para atendimento das necessidades vegetativas da IMBEL.

b) Fatores intervenientes: Na Ação Finalística 4528 - Produção Material de Emprego Militar, a meta prevista foi alcançada. Entretanto, na Unidade de Produção de Juiz de Fora ocorreu um período de interrupção da produção em virtude da explosão do paiol nº 1. De maneira geral, ocorreram atrasos nos processos licitatórios devido às restrições na quantidade e qualidade de fornecedores que atendessem aos requisitos para material de emprego militar.

c) Restos a pagar: No presente exercício houve um aumento aproximado de 18,31% de inscrição em Restos a pagar não processados. Foram inscritos, no exercício 2016, R\$ 22.494.220,69 e no exercício 2017 o montante de R\$ 26.613.524,37. Este aumento se deve aos créditos recebidos na segunda quinzena de dezembro de 2016, a singularidade e complexidade das matérias primas adquiridas para a produção, bem como, materiais e equipamentos importados com processos aquisitivos de prazos de entrega longos e as dificuldades de cumprimento de prazo na entrega de material por parte dos fornecedores.

d) Ações Prioritárias na LDO: A Empresa não possui ações prioritárias na LDO.

2.3. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS**2.3.1. Realização da Despesa****2.3.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação****Quadro 7 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação (valores em R\$ 1,00)**

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação	27.550.042,65	41.676.061,16	26.666.043,26	40.441.039,38
a) Convite	162.602,11	146.865,32	162.602,11	146.020,17
b) Tomada de Preços	661.908,95	725.209,20	661.908,95	721.759,20
c) Concorrência	303.316,73	681.187,26	303.316,73	681.187,26

Unidade Orçamentária:		Código UO:	UGO:	
d) Pregão	26.422.214,86	40.122.799,38	25.538.215,47	38.892.072,75
2. Contratações Diretas	20.812.309,43	25.165.638,24	20.808.554,44	24.947.284,30
g) Dispensa	13.175.805,00	13.173.410,37	13.172.050,01	13.095.008,26
h) Inexigibilidade	7.636.504,43	11.992.227,87	7.636.504,43	11.852.276,04
3. Regime de Execução Especial	140.534,44	418.566,89	140.534,44	418.566,89
i) Suprimento de Fundos	140.534,44	418.566,89	140.534,44	418.566,89
4. Pagamento de Pessoal	78.228.725,03	80.353.613,08	77.572.321,37	79.696.492,95
j) Pagamento em Folha	77.938.683,92	79.916.695,75	77.282.280,26	79.259.575,62
k) Diárias	290.041,11	436.917,33	290.041,11	436.917,33
5. Outros	67.887.636,50	43.106.003,25	67.887.636,50	42.912.717,48
6. Total (1+2+3+4+5)	194.619.248,05	190.719.882,62	193.075.090,01	188.386.222,07

Fonte: SIAFI

2.3.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 8- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – TOTAL (R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária:			Código UO:		UGO:			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1 - Despesas de Pessoal	85.207.723,08	83.227.471,47	81.228.347,00	83.090.473,22	3.979.376,08	136.998,25	80.571.943,34	82.326.827,25
11 - Vencimentos e Salários	39.578.292,49	33.561.505,87	36.766.470,05	33.496.469,13	2.811.822,44	65.036,74	36.623.292,87	33.378.939,01
13 - Contribuições Previdenciárias – INSS	15.950.289,08	16.670.326,50	15.812.757,44	16.670.326,50	137.531,64	0,00	15.812.757,44	16.670.326,50
11 - Férias - Abono Constitucional	7.375.000,00	9.610.370,97	6.969.500,09	9.610.370,97	405.499,91	0,00	6.969.500,09	9.610.370,97
11 - Adicional de periculosidade	5.250.000,00	5.050.138,13	5.154.475,40	5.050.138,13	95.524,60	0,00	5.154.475,40	5.050.138,13
Demais elementos do grupo	17.054.141,51	18.335.130,00	16.525.144,02	18.263.168,49	528.997,49	71.961,51	16.011.917,54	17.617.052,64
3 - Outras Despesas Correntes	126.206.460,23	113.673.101,05	109.318.001,35	96.630.586,91	16.888.458,88	16.843.035,08	108.430.900,17	95.061.406,08
47-Imposto s/ Circ. de Mercad. e Serviços - ICMS	23.563.595,51	13.612.981,00	20.509.011,31	11.794.679,45	3.054.584,20	1.818.301,55	20.509.011,31	11.794.679,45
47-REFIS	15.973.677,01	11.276.622,77	15.951.918,83	11.276.622,77	21.758,18	0,00	15.951.918,83	11.276.622,77
39-Programa de Alimentação do Trabalhador	12.959.241,62	13.376.942,64	11.903.797,35	12.938.917,07	1.055.444,27	438.025,57	11.021.120,56	11.943.481,35
30 - Material para produção industrial	11.156.805,11	14.402.909,84	8.169.141,80	10.519.354,47	2.987.663,31	3.883.555,37	8.169.141,80	10.323.829,97
47-Imposto de Renda	7.539.204,85	7.697.950,33	7.530.057,13	5.838.100,84	9.147,72	1.859.849,49	7.530.057,13	5.838.100,84
47-Imposto sobre produtos industrializados - IPI	6.866.651,49	2.193.288,87	5.269.695,26	1.855.244,41	1.596.956,23	338.044,46	5.269.695,26	1.855.244,41
47-COFINS	4.376.224,97	1.312.596,17	4.376.224,97	1.312.596,17	0,00	0,00	4.376.224,97	1.312.596,17
47-Contribuição Social s/Lucro	3.388.815,05	3.416.176,51	3.388.815,05	3.416.176,51	0,00	0,00	3.388.815,05	3.416.176,51
39-Serviços de Energia Elétrica	3.094.656,13	2.892.452,10	2.906.852,83	2.732.917,72	187.803,30	159.534,38	2.905.242,67	2.732.917,72
39-Limpeza e Conservação	2.416.494,86	2.667.896,02	2.192.949,80	2.477.587,36	223.545,06	190.308,66	2.192.949,80	2.474.102,36
39-Manutenção e	2.251.333,17	1.559.700,28	476.721,70	731.054,87	1.774.611,47	828.645,41	476.721,70	704.697,96

conservação de bens imóveis								
30-Gêneros de alimentação	1.823.664,90	2.227.539,20	1.547.893,84	1.703.256,13	275.771,06	524.283,07	1.546.571,24	1.697.449,46
39-Comissões e corretagens	1.716.986,72	986.147,28	1.708.232,66	956.529,86	8.754,06	29.617,42	1.708.232,66	951.706,60
30-Gas e Outros Materiais Engarrafados	1.716.480,73	3.263.173,78	1.092.282,94	3.046.530,96	624.197,79	216.642,82	1.092.282,94	3.040.381,41
30-Explosivos e Munições	1.564.620,30	3.263.173,78	1.564.620,30	2.609.120,32	0,00	454.574,70	1.564.620,30	2.609.120,32
Demais elementos do grupo	25.798.007,81	29.523.550,48	20.729.785,58	23.421.898	5.068.222,23	6.101.652,18	20.728.293,95	23.090.298,78
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4 – Investimentos	9.818.589,11	8.231.958,47	4.072.899,70	4.081.183,97	5.745.689,41	4.150.774,50	4.072.246,50	4.076.447,61
39-Serviços Técnicos Profissionais	2.679.905,00	415.836,71	839.905,00	10.536,71	1.840.000,00	405.300,00	839.905,00	8.948,55
52-Máq, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.868.850,00	1.082.994,96	136.541,00	337.021,95	1.732.309,00	745.973,01	136.541,00	337.021,95
52-Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	1.256.175,71	3.737.739,56	308.938,48	1.939.477,21	947.237,23	1.798.262,35	308.938,48	1.939.477,21
52-Equipamentos de Processamento de Dados	978.091,61	509.602,50	744.370,61	372.454,27	233.721,00	137.148,23	744.370,61	372.454,27
39-Manutenção e Conserv. de Bens Imoveis	742.672,01	457.411,84	396.827,61	53.400,00	345.844,40	404.011,84	396.827,61	53.400,00
39-Aquisição de software	361.747,77	342.785,09	361.747,77	342.785,09	0,00	0,00	361.747,77	342.785,09
Demais elementos do grupo	1.931.147,01	1.685.587,81	1.284.569,23	1.025.508,74	646.577,78	660.079,07	1.283.916,03	1.022.360,54

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.3.1.3. Análise Crítica da Realização da Despesa

a. Alterações significativas ocorridas no exercício:

A maior alteração ocorrida na LOA 2016, em comparação com a LOA 2015, foi a redução de 27% nas despesas discricionárias. Este fato contribuiu para a diminuição de aquisição de material de produção. Além disso, ocorreu uma queda nos investimentos atingindo uma redução de 37%. Quanto às despesas obrigatórias, ocorreu um aumento significativo de 56%, tendo como fator principal o cumprimento de sentenças judiciais.

b. Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

A contratação direta teve uma queda de 17,30% em relação ao ano anterior.

O Maior vulto das contratações diretas (dispensa) está concentrado nos insumos de alta complexidade tecnológica e de defesa nacional, enquadrados no item XXVIII do Art. 24 da Lei nº 8.666/93 e na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural, enquadrados no item XXII do Art. 24 da Lei 8.666/93. Além destes, outros fatores contribuem para a adoção de contratações via dispensa e inexigibilidade como mercado extremamente restrito de insumos e serviços relacionados à atividade fim, maquinários e equipamentos complexos, específicos e de alto valor agregado, cujos fornecedores são exclusivos.

c. Contingenciamento no exercício:

Não houve contingenciamento no exercício

d. Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

Os eventos positivos identificados foram a possibilidade de atender aos pedidos da área de defesa e o atendimento básico da vida vegetativa da Empresa. Os negativos foram a liberação tardia de crédito acarretando dificuldade de entrega pelos fornecedores devido a alta complexidade das aquisições, ocasionando o consequente aumento da inscrição em RP; as aquisições de insumos abaixo da necessidade; a diminuição dos pedidos de compras pelo principal cliente, o Comando do Exército; e a queda no investimento das plantas produtivas.

e. Outras Informações:

O cenário macroeconômico prevê a continuação da crise para os próximos exercícios, o que influencia negativamente nos investimentos e na aquisição de insumos de produção, dificultando o ciclo de recuperação da empresa estratégica de defesa.

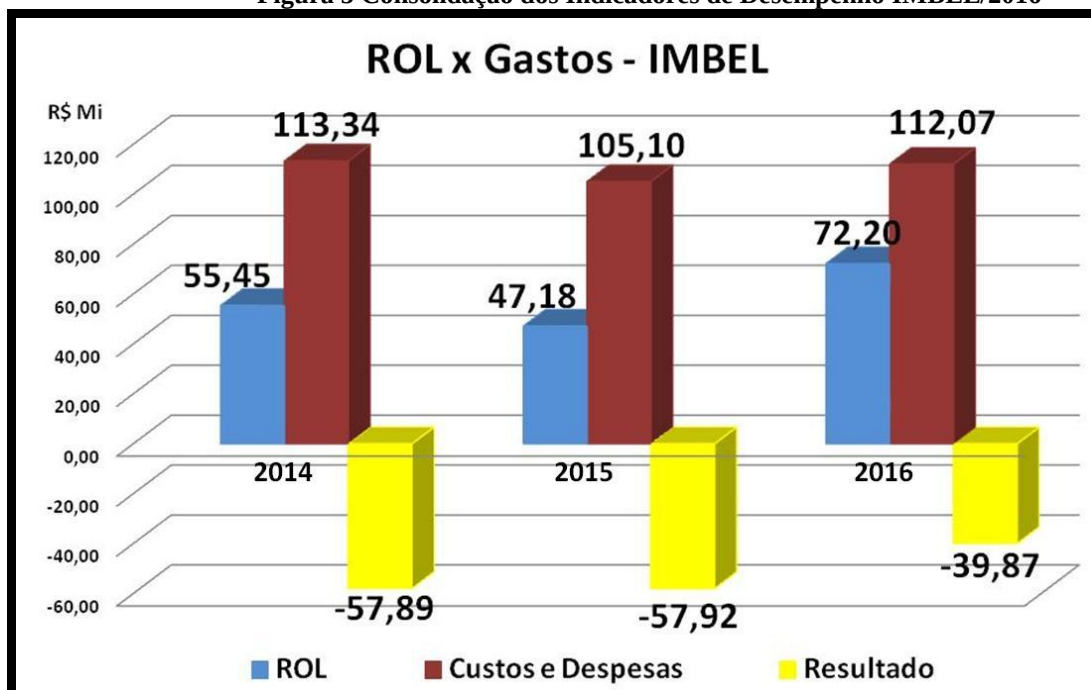
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2016 foram priorizados os indicadores relacionados à Receita Operacional Líquida (ROL) da empresa; à relação custos dos produtos e dos serviços vendidos/receita operacional líquida; e referentes às despesas de maior impacto nos resultados (gastos administrativos, comerciais, tributários, financeiros e diversos), conforme demonstrados no quadro a seguir:

2.4.1. Resultados obtidos na condução dos objetivos

Ao longo de 2016, foram monitorados os indicadores da Sede e das 05 (cinco) Unidades de Produção da IMBEL. Os resultados consolidados e corrigidos pelo IPCA são apresentados no gráfico a seguir, sendo possível compará-los com anos anteriores:

Figura 5 Consolidação dos Indicadores de Desempenho IMBEL/2016



Fonte: Datasul

2.4.1.1 Análise crítica

Indicador	Análise Crítica
Receita Operacional Líquida (ROL)	Quando se comparam os dados de 2016 com os de 2015 desse indicador, após corrigidos pelo IPCA, observa-se um crescimento de 41,40%. Considerando que a meta a ser atingida era de 10%, o resultado positivo foi impactado por ações da Diretoria de Mercado, pelo(a): • ampliação das ações de marketing para oferta de Produtos Controlados pelo Exército (PCE), em especial na realização de missões comerciais junto aos clientes-alvos e na participação de eventos de divulgação e fortalecimento da marca e dos produtos, o que impediu maior queda no setor de defesa e aumentou vendas no setor de segurança; • reestruturação da força de vendas da IMBEL, com centralização de processos, gerenciamento efetivo das atividades e fortalecimento do quadro de representantes que atuam nos mercados de segurança e privado; • formação e manutenção de estoques estratégicos de PCE, possibilitando a redução significativa do ciclo pedido-pagamento; • ajuste de preços dos produtos vendidos e redução dos custos de produção, que implicaram em margens de venda mais favoráveis à empresa; • adoção de ações efetivas para estabelecer o setor de inteligência de mercado, atendendo com prontidão às demandas gerenciais da DRMER; e • inserção proativa de produtos químicos no mercado privado, possibilitando a criação e aproveitamento de novas oportunidades de negócios.

Custos dos Produtos e dos Serviços Vendidos (CPV/ROL)	Esse indicador é resultado da relação entre o CPV e a ROL, demonstrando se os custos estão aumentando ou diminuindo em relação à receita obtida no período analisado. O valor da relação CPV/ROL em 2016 foi de 60,87% e o valor do CPV/ROL de 2015 foi de 76,90%. Dessa forma, constata-se que houve um decréscimo de 20,85% desse indicador no período, sendo que a meta prevista era de decréscimo de 10%. A análise dos resultados obtidos permitiu concluir que o indicador foi impactado pelas seguintes ações da Diretoria Industrial e das Unidades de Produção: • execução de projetos de redução de custos; • <i>não inclusão</i>, na apuração de custos, dos valores para pagamento do percentual de aumento relativo ao dissídio 2015/2016, que ainda se encontram em discussão no judiciário; e • redução dos gastos com energia elétrica, em virtude da redução da utilização de equipamentos da produção em horários de pico.
Despesas (gastos administrativos, comerciais, tributários, financeiros, e diversos) (D)	Esse indicador expõe o resultado das ações gerenciais que impactam os gastos da empresa independente de seu nível de produção, mas que interferem nas margens de lucro nas vendas de seus produtos e serviços. Em 2016, as despesas foram de R\$ 69.140.683,26 e em 2015 foram de 75.982.232,57, indicando que o índice (corrigido pelo IPCA) reduziu-se em 9%, superando a meta que previa um decréscimo de 5%. O resultado do período pode ser creditado aos seguintes fatores: • aperfeiçoamento do processo de pagamento de encargos tributários; • redução de 6% nos pagamentos de horas extraordinárias; • redução de R\$ 9.217.849,47 com despesas do plano de saúde (assistência à saúde complementar), consequência da alteração da modalidade de coparticipação (de 6,5% do salário do funcionário para 50% do valor do plano), e com a contratação de outra operadora; • redução em 95% no número de beneficiários do seguro de vida, motivada pela definição da prioridade somente para vigilantes e estagiários; • redução de 32% no pagamento de diárias e passagens; • redução de R\$ 400.319,05 nos gastos com ticket refeição para os funcionários da Sede; • redução de 29% nos gastos de manutenção e conservação de imóveis (R\$ 1.381.665,71), provocada pela venda de bens não operacionais nas Fábricas FPV, FJF e FI; • redução de 7% em gastos com serviços de terceiros em virtude de revisões de contratos com prestadoras de serviços, visando à economicidade; • redução de 42% com telefonia móvel, em virtude da redução de usuários na empresa e revisão de contratos com operadoras; • redução de 30% com telefonia fixa, pelo bloqueio de ramais para ligações externas; • implantação do módulo MRI no Datasul, que possibilitou uma recuperação de R\$ 650.000,00 em impostos sobre compra de máquinas e equipamentos utilizados na produção industrial; e • quitação dos parcelamentos do ICMS/SP e ICMS/MG, que proporcionou uma redução nas provisões de juros de longo prazo.

Consolidação dos Indicadores de Desempenho IMBEL/2016

A análise dos resultados mensurados dos indicadores estratégicos elencados pelo Planejamento Estratégico para o ano de 2016 demonstra redução da ROL em 2015, ano de redução de aquisições pelo Exército Brasileiro, e crescimento acentuado em 2016, fruto das ações proativas para aumentar vendas nos mercados de segurança e privado. Ao mesmo tempo, os Gastos (Custos e Despesas) da IMBEL confirmam a tendência decrescente da série histórica corrigida pelo IPCA, no período 2014-2016, demonstrando acerto das ações gerenciais adotadas para reduzir desperdícios.

As evidências são de que há acerto nas ações gerenciais adotadas pela Diretoria e de que a eficiência da máquina organizacional está melhor, com tendência positiva, conforme demonstram os resultados (diferença entre ROL e Gastos) ao longo do triênio 2014-2016.

Os indicadores adotados são eficazes, como comprovam o monitoramento e controle.

2.4.2. Informações sobre Indicadores de Desempenho

Quadro 9 – Indicadores de Desempenho

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL					
Denominação	Índice de Referência (1)	Índice Previsto	Índice Observado (2)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo (3)
Receita Operacional Líquida (ROL)	R\$ 52.245.161,65	Aumentar 10%	R\$ 73.875.322,24 (aumento de 41,40%)	Mensal	$ROL = [(ROL_t - ROL_{t-1}) / ROL_{t-1}] * 100$
Custo dos Produtos e dos Serviços Vendidos (relação CPV / ROL)	76,89%	Reduzir 10%	60,87% (redução de 20,85%)	Mensal	$CPV/ROL = \{[(CPV/ROL)_t - (CPV/ROL)_{t-1}] / (CPV/ROL)_{t-1}\} * 100$
Despesas administrativas, comerciais, tributárias, financeiras e diversas (D) Receitas financeiras e diversas	R\$ 76.522.659,21	Reduzir 5%	R\$ 69.632.449,14 (redução de 9%)	Mensal	$D = [(Dt - Dt-1) / Dt-1] * 100$

Fonte: Datasul

(1) Medição de 2015 (corrigido pelo IPCA até março de 2017)

(2) Medição de 2016 (corrigido pelo IPCA até março de 2017)

(3) Legenda t = período acumulado no ano A

t - 1 = igual período acumulado no ano A - 1

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da IMBEL é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria, constituída de Diretor-Presidente, Vice-Presidente Executivo, Diretoria Administrativo-Financeira, Diretoria de Mercado e Diretoria Industrial, Assessorias da Presidência voltadas para o Planejamento e Gestão, a Comunicação Institucional, a Gestão do Controle Interno, além da Advocacia Geral da IMBEL, do Gabinete da Presidência e das cinco Unidades de Produção da Empresa. A Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações trabalha subordinada à Vice-Presidência Executiva. A unidade de auditoria interna atua vinculada diretamente ao Conselho de Administração da IMBEL.

Para orientar as ações de governança a Empresa estabeleceu documentos normativos que regulam as atividades desenvolvidas, destacando-se o estatuto social, o regimento interno, regulamentos, o planejamento estratégico, instruções normativas, planos de ação, ordens de serviço entre outros.

Anualmente, a Empresa contrata, para a realização de trabalhos de avaliação da sua prestação de contas e assuntos correlatos, empresa especializada na realização de auditoria independente, visando, também, cumprir o estabelecido na legislação específica.

3.1.1. Atendimento à Lei das Estatais

No ano de 2016, a IMBEL concluiu seu Planejamento Estratégico para o período de 2017 a 2026, cumprindo um dos prazos estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016. Também iniciou estudos para adequar sua estrutura às demandas da referida Lei.

Assim, entre os principais estudos e ações empreendidas, foi instituída comissão para revisão do Estatuto Social da IMBEL, cujo trabalho ainda não foi concluído, em razão, principalmente, da regulamentação da Lei nº 13.303 só ter sido formalizada com a edição do Decreto nº 8.945, em 27 de dezembro de 2016, o que gerou certa indefinição das ações a serem realizadas e dos respectivos prazos para implementação.

Embora ainda persistam indefinições e muitas dúvidas, a aprovação do novo Estatuto, com prazo estabelecido para até 30 de dezembro de 2017, regulamentará a competência da Assembleia Geral; a competência, as atribuições e a composição dos Conselhos de Administração e Fiscal; e da Diretoria, bem como os processos de escolha e exigências quanto ao perfil e aos prazos de gestão dos dirigentes e de atuação dos conselheiros fiscais, além da criação do Comitê de Auditoria e do Comitê de Elegibilidade.

Os estudos já concluídos, tendo como principal fator de decisão a absoluta carência de recursos de toda ordem, indicaram a atuação unificada da gestão de riscos e da gestão dos controles internos, com a supervisão e atuação direta do Diretor-Presidente da IMBEL, contando, para isso, com os trabalhos da Assessoria de Gestão do Controle Interno (AGCI), tudo em conformidade com a legislação pertinente, em especial o art. 22 da IN Conjunta 001-CGU/MP-2016, a Resolução CGPAR nº 18/2016, o art. 9º da Lei nº 13.303/2016, e o art. 15 do Decreto nº 8.945/2016.

Nesse sentido, foram definidas as regras e o planejamento inicial das ações a serem realizadas para adequação da estrutura da Empresa às novas demandas da legislação específica já mencionada, tendo como documentos básicos a Política de Gestão de Riscos e a Política de Controles Internos, os planos de ação e de capacitação, e as instruções normativas correspondentes, entre outros documentos a serem produzidos ou revisados em todos os níveis de atuação da IMBEL.

A IMBEL já elaborou e aprovou no âmbito da Diretoria seu Código de Conduta e Integridade, restando apenas a aprovação pelo Conselho de Administração.

3.1.2. Informações sobre dirigentes e colegiados**Quadro 10 - Informações sobre dirigentes e colegiados**

Estrutura de Governança Interna	Base Normativa	Composição	Papéis e Funcionamento	Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil
Conselho de Administração	DECRETO Nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005 alterado pelo DECRETO Nº 8.155, de 18 de dezembro de 2013 - Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	6 (seis) membros: I- um indicado pelo Comando do Exército, que presidirá o Conselho e indicará substituto entre os demais membros para suas ausências e impedimentos, excluído o Diretor-Presidente da IMBEL; II- o Diretor-Presidente da IMBEL; III- um indicado pela administração central do Ministério da Defesa; IV- um indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; V- um indicado pelo Ministério da Fazenda; VI- um representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e sua regulamentação	O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente em sessão ordinária, com a presença mínima de dois terços de seus membros. §1º O Conselho de Administração poderá reunir-se, também, em caráter extraordinário, por convocação de seu Presidente ou de dois conselheiros. §2º As deliberações do Conselho serão aprovadas por maioria simples dos votantes, tendo o seu Presidente, além do voto normal, o de qualidade. §3º Da reunião do Conselho de Administração será lavrada ata em livro próprio	Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Ministro de Estado da Defesa, após aprovação do Presidente da República, conforme o disposto no § 4º do art. 1º do Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993. O representante dos trabalhadores será escolhido dentre os empregados ativos da Imbel, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem.
Conselho Fiscal		3 (três) membros e respectivos suplentes: I - um representante do Ministério da Defesa; II - um representante do Comando do Exército; e III - um representante da Secretaria do Tesouro Nacional.	O Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente em sessão ordinária e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer dos seus membros em exercício, pelo Diretor-Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração.	Os membros do Conselho Fiscal serão designados pelo Ministro de Estado da Defesa, por indicação do Comandante do Exército e do Ministro de Estado da Fazenda, nos casos dos incisos II e III, consoante o § 4º do art. 1º do Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993.
Diretoria		No mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) diretores, demissíveis <i>ad nutum</i> .	A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer de seus membros, no mínimo quinzenalmente, com a presença de pelo menos dois de seus membros.	Nomeados pelo Presidente da República mediante proposta do Ministro da Defesa, após indicação do Comandante do Exército, sendo um Diretor-Presidente, um Vice-Presidente Executivo e até quatro diretores sem designação especial, cujas atribuições específicas serão determinadas pelo Conselho de Administração.

3.1.3. Atuação da unidade de auditoria interna

a) O Estatuto Social da IMBEL de 12 de janeiro de 2005, aprovado pelo Decreto nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005, não estabelece as atribuições específicas da Auditoria Interna – AI/IMBEL. Dentre as normas que regulam a atuação da AI encontram-se principalmente a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI, que estabelece princípios fundamentais que são aplicáveis a todos os trabalhos de auditoria pública, independentemente de sua forma ou contexto nas auditorias financeiras, operacionais e de conformidade; e o Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA. Denominam-se obrigações e responsabilidades da AI: executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa e patrimonial; propor medidas preventivas e corretivas das inconformidades obtidas; verificar a implementação das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, CCIEx e Tribunal de Contas da União – TCU; e elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN.T.

b) De acordo com as Normas Internacionais para Prática Profissional de Auditoria Interna do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA (Norma 1100), a atividade de auditoria interna deve ser independente e os auditores devem ser objetivos ao executar seu trabalho. A independência possibilita aos auditores internos emitirem julgamentos imparciais. Por sua vez, a objetividade remete a atitude clara e concisa necessária aos auditores para a execução de suas atribuições de maneira a assegurar a transparência, integridade e qualidade dos resultados de seu trabalho. Em conformidade com art. 12 parágrafo único do Estatuto Social da IMBEL, de 12 de janeiro de 2005, a AI está vinculada ao Conselho de Administração da IMBEL (CA) nos termos da legislação em vigor, caracterizando a sua independência. O escopo e a extensão dos trabalhos de auditoria são definidos no PAINT aprovado pelo CA. Posteriormente, os resultados das análises são apresentados no RAIN.T. São emitidos 12 (doze) relatórios de auditoria por ano, sendo 2 (dois) para cada Unidade de Produção - UP e SEDE. Esse fluxo e a estrutura caracterizam a observância à objetividade requerida nas normas, que é de suma importância para a devida execução das atividades de auditoria.

c) A atuação da AI está estruturada com base nas visitas programadas as UP e SEDE da IMBEL para execução das atividades contempladas no escopo de trabalho da AI, previstas no PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração da IMBEL e pelo Centro de Controle Interno do Exército – CCIEx. O período estabelecido para as duas visitas anuais a cada UP é de 01 (uma) semana. Na elaboração do cronograma foi observada a necessidade de atender prazos obrigatórios estabelecidos por entidades reguladoras ou fiscalizadoras e demais usuários externos.

d) Em atendimento a Resolução nº 15 de 24 de setembro de 2015, emitida pelo Conselho de Administração da IMBEL, a estrutura do setor passou a ser centralizada na SEDE composta pelo chefe de auditoria e três analistas. A referida Resolução aprovou proposta de reformulação da AI estabelecendo que a mesma passaria a atuar de forma concentrada e sediada em Brasília, extinguindo então a formação anterior e autorizando a contratação de profissionais concursados com um efetivo de até 05 (cinco) componentes. Em setembro de 2016, logo após a transferência física da equipe para nova instalação situada na Secretaria de Economia e Finanças – SEF, próxima a Sede da IMBEL, houve a exoneração do chefe responsável pela AI e a nomeação de nova titular da unidade, ambos os processos aprovados pelo Conselho de Administração, analisados pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e autorizados pela CGU. As escolhas dos titulares da AI, foram realizadas com base na portaria da CGU nº 915 de 24 de abril de 2014.

e) Os Relatórios emitidos pela AI são encaminhados via Memorando Interno - MI à Assessoria de Gestão do Controle Interno – AGCI, conforme previsto no Plano Anual de Controle Interno - PACI. A AGCI despacha o documento com a Presidência da IMBEL e encaminha as UP e SEDE. Já o acompanhamento das respostas e implementação das recomendações de auditoria é realizado através do módulo de Auditoria Interna do Sistema de Informação da IMBEL - SIMBEL. Os Relatórios de Providências - RP emitidos pelas UP e SEDE são encaminhados a AGCI via MI que despacha novamente com a Presidência da IMBEL, inclui no SIMBEL e envia a AI. Esse fluxo garante que a alta gerência tome conhecimento das recomendações e providências. Além de demonstrar o papel da AGCI como órgão intermediador da AI com a IMBEL.

f) Após as visitas em campo a AI envia, através de MI, o Relatório de Auditoria – RA apresentando os achados, os riscos e as recomendações para o CA, Conselho Fiscal - CF, CCIEx e Presidência da IMBEL. A AI acompanha sistematicamente as respostas sobre a implementação das recomendações no SIMBEL e através de planilhas eletrônicas. A área de auditoria aguarda a implantação do Sistema de Auditoria - SIAUDI que dará mais celeridade na comunicação entre a auditoria e a alta gestão da IMBEL. A comunicação sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da AI ocorre via RAIN, e pontualmente, via MI. Os riscos são mapeados na etapa do planejamento e direcionam o escopo das atividades de auditoria, conforme previsto no PAINT. O Comitê de Auditoria Interna – COAUD está em processo de implementação na IMBEL, observando o prazo máximo para a sua constituição até 30 de junho de 2018, em acordo com a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e o art. 64 do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

g) A estrutura operacional da área conta com dois analistas, um supervisor, um técnico administrativo e a chefe de auditoria interna. Conforme já mencionado, todo efetivo atualmente se encontra centralizado na SEDE da Empresa, após reposicionamento na estrutura do setor em 2015. De acordo com retornos recebidos do CA e Presidência da IMBEL, a referida adequação vem demonstrando ganhos operacionais à auditoria e a Empresa.

3.2.ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

3.2.1. Estrutura e atividades do sistema de correição:

a) Estrutura: Realização de sindicâncias administrativas para apuração de infrações graves, inclusive para amparar demissões por justa causa (Art. 38, Regulamento de Pessoal). Apuração de infrações leves e médias com aplicação de penalidades de advertência e suspensão, mediante procedimento simplificado.

Cada Unidade de Produção da IMBEL e sua SEDE, por meio de seus Chefes, possuem autonomia para aplicação de Ações Disciplinares e de Correição, utilizando-se para as apurações necessárias a instauração de processos administrativos cabíveis a cada situação. Após apuração, dentro dos mecanismos legais (Estatuto, Regulamento de Pessoal da IMBEL e demais regulamentos cabíveis), são adotadas soluções para cada processo.

Além disso, a IMBEL está sujeita à fiscalização da Auditoria Interna, Auditoria Externa, Auditoria do CCIEx, Auditoria do TCU e do art. 71, inciso II da Constituição Federal

b) Abrangência: Servidores Civis

c) Atividades: As atividades de correição variam de acordo com a penalidade, podendo ser apuradas utilizando a Ficha de Apuração de Transgressão Disciplinar, e se for o caso, por

Sindicância.

3.2.2. Base normativa que regulamenta a atividade de correição:

A atividade de correição é realizada com base no Regulamento de Pessoal e Regulamento de Sindicância da IMBEL.

3.2.3. Competências e responsabilidades

Diretores, Chefes de UP e Chefe de Gabinete

3.2.4. Principais resultados observados em relação à atividade de correição.

a) Punições administrativas aplicadas.

Quadro 11 - Punições administrativas aplicadas

PUNIÇÕES	2015	2016	TOTAL
Demissão	13	15	28
Cassação	0	0	0
Destituição	0	0	0
TOTAL EXPULSIVAS	13	15	28
Suspensão	84	81	165
Advertência	123	133	256
TOTAL NÃO EXPULSIVAS	207	214	421
TOTAL GERAL	220	229	449

b) Principais causas das punições aplicadas (Art. 117, da Lei nº 8.112/90).

Não é o caso da IMBEL. Empresa regida pela CLT.

3.2.5. Informações quanto ao cumprimento da Portaria nº 1.043/2007-CGU

O Sistema de correição da IMBEL é descentralizado em sua execução. As Unidades de Produção e o Gabinete da Presidência têm o poder de apuração de quaisquer indícios de fatos desabonadores por parte dos empregados e da consequente punição, caso seja necessária. Os procedimentos administrativos seguem o modelo de sindicância interna da Empresa (Regulamento de Sindicância, aprovado pela Portaria 307-PRESI, de 8 de dezembro de 2014) e é dado, neste momento, ao empregado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Apesar do sistema de correição ser descentralizado nas Unidades de Produção, a IMBEL/SEDE mantém o controle dos procedimentos de correição instaurados em suas unidades fabris por meio do Departamento de Recursos Humanos, além disso, acompanha os processos disciplinares desde a instauração da portaria, até a solução da sindicância e aplicação das penalidades, caso isso se faça necessário. Contudo, os processos ainda não foram cadastrados no Sistema CGU-PAD. A Empresa está em fase de treinamento para devida implantação dos processos no sistema para o ano de 2017.

3.3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Até 2016, a IMBEL possuía uma estrutura de controles internos amparada em Instruções Normativas que orientavam as ações atinentes ao Sistema de Controle Interno da Empresa e ao trâmite dos documentos com os órgãos de controle e no Plano de Controle Interno, editado anualmente. A Gestão de Riscos, por sua vez, não era formalizada em documentos orientadores de

acordo com metodologia padronizada, e estava baseada somente em poucas normas que ainda orientam as atividades industriais da Empresa, voltadas objetivamente somente para os riscos operacionais.

Em 2014, foi iniciado na Empresa um novo Planejamento Estratégico para o período de 2017 a 2026, que visa transformar a IMBEL de empresa predominantemente industrial em empresa industrial e gerencial, conformando novas unidades organizacionais denominadas DIREÇÃO E GESTÃO (baseada nas atribuições do Diretor-Presidente, Vice-Presidente Executivo, Diretoria Administrativo-Financeira, Gabinete da Presidência e Assessorias); INDÚSTRIA (originada da atual Diretoria Industrial e das Unidades de Produção); SOLUÇÕES EM MERCADO (originada da atual Diretoria de Mercado) e INOVAÇÃO (a ser criada).

O advento de legislação específica voltada para a atuação preventiva no combate aos ilícitos, à fraude e à corrupção, em especial as leis e normas editadas a partir de 2013, como a Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção; a Lei nº 12.527/2011, chamada de Lei de Acesso à Informação; a IN Conjunta 001-CGU/MP-2016; as Resoluções da CGPAR que tratam da Governança Corporativa, das Competências do Conselho de Administração, das Políticas de Gestão de Riscos e de Conformidade e Controles Internos, e do Programa de Integridade; a Lei 13.303/2016, conhecida como Lei das Estatais; e o Decreto nº 8.945/2016 que a regulamenta, representam importante avanço ao prever a responsabilização objetiva, no âmbito civil e administrativo.

Nesse sentido, as políticas, planos de ação, instruções normativas e demais documentos normativos e reguladores da Empresa, que se encontram em fase de revisão, devem estar em conformidade com a nova legislação pertinente, e visam instituir padrões adequados de governança corporativa, de controles internos e de gestão de riscos como apoio para a consecução dos objetivos estratégicos da IMBEL, visando orientar e servir de guia para as atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos da Empresa.

A estrutura da Empresa, que deve ser adaptada para esse novo tempo, é composta por análise do ambiente interno; fixação dos objetivos, identificação dos riscos, avaliação dos riscos, respostas aos riscos, atividades de controles internos, informação, comunicação e monitoramento, conforme estabelecido na Política de Gestão de Riscos, cuja elaboração foi iniciada em 2016 e se encontra em fase de aprovação pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles, o qual foi criado por ato do Diretor-Presidente da IMBEL já no corrente ano. Após a aprovação do referido Comitê, a Política de Gestão de Riscos será submetida à aprovação do Conselho de Administração da Empresa.

O processo de implantação da gestão dos riscos na IMBEL foi planejado de modo a atender à legislação que ampara o tema, em especial à Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001/16, a Lei nº 13.303/16 e o Decreto nº 8.945/16.

Assim, a Assessoria de Gestão do Controle Interno foi adaptada para atender às novas demandas e atribuições como órgão de supervisão dos controles internos e da gestão de riscos de uma estatal dependente e, no corrente ano, passou a ser denominada Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos (AGCIR).

Concebido em 2016, em conformidade com o art. 23 da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001/16, o Comitê de Governança, Riscos e Controles foi criado, já em 2017, como órgão deliberativo e permanente, que tem a finalidade de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos no âmbito da IMBEL, de forma a propiciar a eficiente gestão dos recursos, a proteção e a valorização do patrimônio e da imagem da Empresa.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles tem a seguinte composição: Diretor-Presidente; Vice-Presidente Executivo; Demais Diretores; Chefes de Unidades de Produção; e Chefe do Gabinete da Presidência. O Comitê será apoiado pela AGCIR.

No contexto da IMBEL o risco fabril é tratado de acordo a ABNT NBR ISO 9001:2015, que está voltada para a qualidade como uma decisão estratégica e busca promover o desempenho de forma global. Nesse sentido, o risco fabril é tratado por um eficaz sistema de gestão da qualidade, baseado em ações preventivas para eliminar não conformidades potenciais, atuar na solução de não conformidades que ocorram e ações para prevenir recorrências. Para atender aos requisitos da norma, são planejadas e implementadas ações para abordar os riscos e oportunidades, estabelecendo-se a base para o aumento da eficácia do sistema de gestão da qualidade. Finalmente, é feita a análise dos resultados, averiguando-se se a situação apresentada está de acordo com os padrões pretendidos.

Em 2016, as atividades de controle interno estavam amparadas no Plano Anual de Controle Interno, na Instrução Normativa que trata do Sistema de Controle Interno da IMBEL e na Instrução Normativa que orienta o trâmite de documentos e informações com os órgãos de controle. A documentação será atualizada para adequar-se à nova legislação pertinente, de modo a contemplar a Gestão de Riscos como forma de atuação preventiva que evite o comprometimento dos objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico da Empresa.

Com estudos iniciados em 2016, encontra-se em fase de elaboração a Política de Controle Interno da IMBEL, a qual tem por finalidade assegurar que os atos de gestão estejam em conformidade com a legislação aplicável e orientar a realização das atividades de controle, por intermédio de planos de ação, métodos, procedimentos e indicadores.

Caberá a cada gestor a responsabilidade pelos controles internos e a gestão dos riscos inerentes à sua atividade.

Nesse contexto, a adaptação da estrutura da Empresa permitirá que as atividades e posturas que cada empregado sejam observadas de forma a não ocorrerem falhas nos trabalhos sob sua responsabilidade. A conduta pessoal deve ser ilibada e pautada pela seriedade e pela responsabilidade no desempenho das atribuições, repulsa a qualquer constrangimento gerado pela hierarquia organizacional, a conferência exaustiva de dados e informações, e a observação do ambiente de trabalho, de modo a evitar comportamentos antinaturais, posturas inadequadas frente aos atos administrativos, sonegação de informações e práticas irregulares, tudo em conformidade com o Código de Ética da IMBEL.

As técnicas adotadas para o desenvolvimento dos trabalhos referentes aos controles internos e gestão de riscos compreendem o exame documental, verificação "in loco", conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliação e análise de contas contábeis, teste substantivo e amostragem não probabilística, tudo em estrita observância à legislação pertinente, conferindo confiabilidade às informações produzidas.

A AGCIR conta com informações adicionais para gerenciar suas atividades, que confrontadas resultam em um trabalho eficaz, realizando rotineiramente consultas ao SIAFI, SIASG, SICON, Compras Net, e emprega os sistemas corporativos, como o DATASUL, o SIMBEL e o PROTWEB. O Módulo de Controle Interno do SIMBEL é usado efetivamente para o gerenciamento de todas as atividades atinentes ao controle interno administrativo.

Observa-se, portanto, que a estrutura do Sistema de Controle Interno da IMBEL, embora esteja em fase de adaptação à nova legislação pertinente, é empregada efetivamente para aperfeiçoar a gestão da Empresa, mitigar os riscos e garantir, com segurança razoável, a confiabilidade das informações financeiras produzidas, a obediência às leis e regulamentos, contribuindo para a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas.

3.4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

1) Base normativa da remuneração

A política de remuneração dos membros da diretoria da IMBEL é regulada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). De acordo com o art. 6º do Anexo I do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, a aprovação da remuneração dos administradores e conselheiros depende de prévia manifestação da SEST. Por outro lado, o § 6º do art. 17 do Decreto Lei nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005 (Estatuto Social da IMBEL), estabelece que os salários e demais vantagens dos diretores serão fixados pelo Ministro de Estado da Defesa, por proposta do Comandante do Exército, observada a legislação pertinente.

2) Objetivos da política ou prática de remuneração

A prática de remuneração está de acordo com o determinado pela legislação citada no item 1. Seu objetivo é manter uma equiparação da remuneração dos dirigentes da Empresa e das demais empresas controladas pela SEST/MP.

3) Composição da remuneração

Em conformidade com a legislação citada no item 1 acima, a remuneração é composta por:

- a) a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;
- b) a proporção de cada elemento na remuneração total;
- c) a metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;
- d) as razões que justificam a composição da remuneração.

4) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Atualmente, não existem indicadores que influenciam no cálculo da remuneração. Entretanto, a proposta do novo Estatuto da Empresa prevê que índices sejam atingidos.

5) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho
Atualmente, não é considerado.

6) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade
A Empresa segue as orientações da SEST/MP.

7) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos
Não é o caso da IMBEL.

8) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia
Não se aplica à IMBEL.

9) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

a) termos e condições gerais

Conselho de Administração: Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente. Especificamente para a IMBEL, o Art. 30 do Decreto nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005 estabelece a remuneração dos conselheiros em 10% da remuneração dos diretores.

b) objetivos do plano

Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente.

c) número máximo de ações abrangidas

Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente.

d) condições de aquisições de ações

Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente.

e) forma de liquidação

Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente.

f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão.

Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente.

10) Em relação à remuneração variável, comentar sobre:

a) os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.);

b) os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável;

c) os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas);

d) a descrição dos benefícios oferecidos.

Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente.

3.4.1. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro 12 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
CELSO JOSÉ TIAGO (T)	("–")	("–")	0,00	0,00
SINCLAIR JAMES MAYER (T)	("–")	("–")	2.305,30	25.358,27
CESAR AUGUSTO NARDI DE SOUZA (T)	("–")	05/01/2016	1.757,19	5.892,46
LUCIANO DE PAIVA ALBURQUERQUE (T)	("–")	("–")	2.123,09	25.477,09
ELVIRA MARIANE SCHULZ (T)	("–")	("–")	2.142,89	25.714,72
NELSON LEITÃO PAES (T)	("–")	("–")	2.182,50	26.189,98
CLAUDIO DUARTE DE MORAES	02/08/2016	("–")	2.017,17	10.089,35
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
EXPEDITO ALVES DE LIMA (T)	("–")	("–")	2.172,60	26.071,16
EDSON PIEROBON (T)	("–")	("–")	2.172,60	26.071,16
BRUNO RAMOS MANGUALDE (T)	("–")	27/04/2016	2.303,82	9.215,29
RENATO DA MOTTA ANDRADE	19/04/2016	("–")	2.017,87	16.142,96

3.4.2. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro 13 - Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015

Número de membros:		
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.444.698,71	1.302.947,36
a) salário ou pró-labore	1.444.698,71	1.302.947,36
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	1.444.698,71	1.302.947,36
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

3.4.3.Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente.

3.5. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Sistema de Contratação: Por se tratar de serviços comuns, foi realizada a modalidade de Pregão Eletrônico nº 06/2016-IMBEL.

Empresa Vencedora: CNPJ 05.152.318/0001-01 AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP.

Remuneração pelo Contrato: o valor final do Pregão ficou em R\$20.000,00, pago em 5(cinco) parcelas conforme cronograma físico financeiro abaixo, constante do Termo de Referência e Contrato:

Quadro 14 - Prazos e cronograma físico e financeiro para pagamento de cada produto

PRAZOS E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO PARA PAGAMENTO DE CADA PRODUTO				
	VALOR			
	2016	2017		
	Dez	Jan	Fev	Mar
Produto 1 – Relatório de recomendações referente à Revisão mensal, entregue até 12/12/2016.	20%			
Produto 2 - Relatório de recomendações referente a Inventário de estoque e Controle Interno, entregue até 16/01/2017		20 %		
Produto 3– Relatório de recomendações ref. Procedimentos e Normas Tributárias, entregue até 20/02/2017			20%	
Produto 4 – Relatório de recomendações final – Carta de Controle, entregue até 01/03/2017				20%
Produto 5 – Parecer sobre adequação das Demonstrações Contábeis, entregue até 01/03/2017				20%

Serviços que foram contratados e executados:

a) Cronograma de Execução dos Trabalhos conforme quadro a seguir:

Quadro 15 - Cronograma de Execução dos Trabalhos de Auditoria Externa
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA EXTERNA

Descrição das Atividades	2016		2017		
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Planejamento	x				
Revisão das informações mensais	x				
Análise dos processos e atividades de controle interno	x	x			
Avaliação do sistema contábil	x	x			
Avaliação dos procedimentos de controle interno e riscos do negócio		x			
Acompanhamento de inventário físico de estoque	x	x			
Revisão e verificação dos procedimentos e normas da área tributária		x	x		
Análise e revisão das demonstrações contábeis			x	x	x

b) De acordo com o Cronograma de Execução dos Trabalhos de Auditoria Externa foram realizadas as seguintes atividades, conforme Edital e Termo de Referência:

A realização dos trabalhos compreendem a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2016, conforme se especifica a seguir.

Exame das demonstrações contábeis e dos livros fiscais, com emissão dos respectivos pareceres, assim como a preparação de relatórios de recomendações compreendendo:

- exame das demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária brasileira, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais normas aplicáveis, e emissão do respectivo parecer quanto à adequação das demonstrações quanto a posição patrimonial e financeira;

- as demonstrações contábeis compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do fluxo de caixa, notas explicativas, relatório da administração e outras definidas em lei;

- auditoria, exame e avaliação das Demonstrações Financeiras do encerramento do exercício de 2016, que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas, análise do LALUR MENSAL, e-LALUR, SPED contábil, SPED fiscal, EFD-Contribuições, e SPED ECF em conformidade com a legislação em vigor, avaliação dos controles e critérios contábeis utilizados pela IMBEL afetos ao objeto da contratação, e outras definidas em lei, com emissão do Relatório dos Auditores Independentes, incluindo Parecer/Relatório, sobre essas demonstrações, apresentando, em caso de identificação de qualquer inconformidade, a manifestação adequada.

- revisão prévia da declaração do imposto de renda, por pessoal especializado na área tributária, referente ao ano base de 2016, assim como verificação da conformidade dos procedimentos gerais objeto do trabalho em relação às normas tributárias;

- estudo e avaliação do sistema contábil e dos controles internos, compreendendo plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela empresa na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos registros e demonstrações contábeis e de sua eficácia operacional;

- realização de análise e acompanhamento no fechamento dos balancetes mensais;

- realização de acompanhamento do inventário físico dos estoques; e

- apresentação, no curso dos trabalhos e ao final destes, de relatórios com recomendações sobre controles internos, visando o aperfeiçoamento dos controles contábeis e/ou administrativos e à regularização de qualquer ocorrência anormal detectada, ou manifestando a regularidade dos procedimentos adotados.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. GESTÃO DE PESSOAS

4.1.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal

A IMBEL concluiu o ano de 2016 com 2128 empregados celetistas dos quais 51 aprendizes e 112 servidores cedidos por outros órgãos.

4.1.1.1. Demonstração e distribuição da Força de Trabalho à disposição da UPC

Quadro 16 - Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos/Empregos Efetivos (1.1 + 1.2)	2195	2019	72	111
1.1 Diretores		5	0	0
1.2 Empregados de Carreira		2014	72	111
2. Empregado não concursado em Função Gratificada		0	0	9
3. Empregados Comissionados		58	15	11
4. Aprendizes		51	67	43
5. Total (1.1+1.2+2+3+4)	2195	2128	154	174

Fonte: Datasul

Observação I: O efetivo da Folha de Pagamento foi de 2.128 empregados, no entanto, não são computados, para fins de limite de efetivo estabelecido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, os 51 Aprendizes e os 91 Aposentados por Invalidez existentes na Empresa. Acrescentam-se, ainda, na distribuição da força de trabalho, 112 Servidores cedidos, que se encontram à disposição da IMBEL.

Quadro 17 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores (1.1+1.2)	570	1502
1.1. Empregados de Carreira	512	1502
1.2. Empregados Comissionados	58	0
2. Diretores	5	0
3. Aprendizes	21	30
4. Total (1+2+3)	596	1532

Fonte: Datasul

**Quadro 18 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas
(Situação em 31 de Dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregos em comissão	160	93	24	18
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	160	93	24	18
1.2.1. Empregado de carreira vinculado à empresa	96	35	08	07
1.2.2. Empregado de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Empregado Contratado independentemente de concurso Público (Comissionados)	64	58	16	11
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	132	78	66	64
2.1. Empregado de carreira vinculado à empresa	132	78	66	64
2.2. Empregado de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Empregado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de Empregados em Cargo e em Função (1+2)	292	171	90	82

Fonte: Datasul

Análise Crítica da Gestão de Pessoas

a) a quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da UPC:

A quantidade de empregados autorizada é de 2.195, conforme estabelecido na Portaria nº 17 de 22/12/2015, expedida pelo MPOG/DEST, publicada no DOU nº 245, seção 1. p.134, de 23/12/2015). Este total atende as necessidades atuais da empresa.

b) resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados:

A força de trabalho está bem distribuída entre área meio e área fim, no entanto, a quantidade de vagas autorizadas para cargos comissionados tem se mostrado insuficiente.

c) possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais próximos do evento aposentadoria;

A situação não tem causado impacto negativo, tendo em vista que os empregados da IMBEL ao se aposentarem não são obrigados a deixar o emprego, ou seja, podem continuar trabalhando, conforme previsto na Lei 8.213/91.

d) eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC. Os afastamentos por doença constituem o principal fator que contribui para a redução da força de trabalho.

Situação	Quantidade de empregados afastados em 2016
Afastado por Acidente de Trabalho	16
Afastado por Doença	186
Afastado por Licença Maternidade	29

e) movimentações de pessoal (ingresso e egresso) decorrentes da reestruturação dos órgãos e entidades da administração pública ocorrida no exercício

Não se aplica à IMBEL.

4.1.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

4.1.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Escolaridade

O desenvolvimento de novos paradigmas no mundo do trabalho pressiona o setor público a promover a capacitação/aperfeiçoamento e qualificação da sua força de trabalho.

Diante desse cenário, onde o mercado de trabalho é competitivo e as organizações buscam cada vez mais pessoas qualificadas para atender os seus objetivos estratégicos, percebe-se que não somente as máquinas e equipamentos tornam-se obsoletos, as habilidades e competências também, por isso a IMBEL incentiva seus empregados a agregarem novos conhecimentos. Nesse sentido, os empregados estão sempre buscando novas capacitações. A maioria da força de trabalho da IMBEL é admitida via Concurso Público, onde são requeridas as qualificações necessárias para cada cargo/emprego, de acordo com o que prevê o nosso Plano de Empregos Carreiras e Salários.

O maior desafio em relação à força de trabalho da IMBEL é o envelhecimento de seus empregados. Ajudar os trabalhadores mais velhos a manter as suas competências atualizadas e prevenir a obsolescência de competências é uma tarefa difícil e de fundamental importância para preservar a sua capacidade de trabalho.

Com a abertura do Concurso Público em 2016, a IMBEL busca renovar sua força de trabalho, admitindo empregados com multiqualificação, que envolve novos conhecimentos, habilidades e atitudes.

Quadro 19 – Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	208	623	915	268	0	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Empregados de Carreira	0	0	208	623	915	268	0	0	0	0
1.3. Empregados com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de emprego em comissão	0	0	0	0	0	61	0	0	2	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção, Chefia e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	61	0	0	2	0
3. Aprendizes	0	0	0	19	32	0	0	0	0	0
4. Totais (1+2+3)	0	0	208	642	947	329	0	0	2	0
LEGENDA (Nível de Escolaridade)										
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau, ensino médio ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado (inclui PhD, Livre Docência e Pós Doutorado); 10 - Não Classificada.										

Fonte: Datasul

4.1.1.2.2. Iniciativas para Capacitação e Treinamento dos Servidores

A cada ano a IMBEL estabelece um Plano de Capacitação dos empregados, sendo cumprido de acordo com a aprovação orçamentária anual e a disponibilidade dos recursos financeiros.

O investimento nos recursos humanos está presente na Educação Continuada, objetivando a promoção do desenvolvimento de seus empregados e assegurar a qualidade/produtividade da IMBEL.

O processo de aprendizagem contínuo dá-se pela participação dos empregados em seminários, palestras, conferências, *workshops*, cursos de curto prazo interno e externo, entre outros, visto a necessidade que os empregados têm de se atualizarem com as novas tendências de mercado, as novas metodologias de trabalho e as novas tecnologias nas áreas específicas de atuação.

4.1.1.3. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 20 - Custos do Pessoal (em R\$ 1,00)

Tipologias / Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
Membros de poder e agentes políticos (1)											
Exercício	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregados de carreira que não ocupam cargo de provimento e comissão											
Exercício	2016	31.854.043,56	0,00	2.649.649,08	5.255.928,50	1.505.557,09	1.750.636,62	0,00	0,00	0,00	45.657.462,44
	2015	30.710.890,93	0,00	3.161.428,07	10.181.926,77	0,00	0,00	1.921.904,00	0,00	0,00	45.976.149,77
Empregados de carreira que ocupam cargo de provimento e comissão (2)											
Exercício	2016	4.223.818,24	1.830.239,28	351.984,52	361.594,17	22.111,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.269.488,99
	2015	3.417.715,16	486.376,53	754.269,46	1.137.912,27	0,00	0,00	95.000,00	0,00	0,00	5.688.273,42
SEM VÍNCULO com função gratificadas (militares da ativa) (3)											
Exercício	2016	0,00	868.934,40	0,00	0,00	48.524,85	0,00	0,00	0,00	0,00	859.989,07
	2015	0,00	489.532,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489.532,74
Empregados cedidos com ônus (4)											
Exercício	2016	884.876,28	0,00	73.739,69	24.579,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	981.081,40
	2015	904.897,25	0,00	75.408,10	26.923,45	0,00	0,00	59.528,00	0,00	0,00	1.066.756,80
Empregados Livre Provimento (Chefes/Assessores) (5)											
Exercício	2016	5.356.434,24	0,00	407.214,55	773.056,77	25.355,35	0,00	0,00	0,00	0,00	7.549.126,87
	2015	2.839.336,78	0,00	405.619,54	994.902,97	0,00	0,00	56.339,00	0,00	0,00	4.296.198,29
Presidência e Diretores											
Exercício	2016	1.123.628,64	0,00	93.635,72	31.211,91	11.424,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.217.264,36
Exercício	2015	1.003.961,76	0,00	83.663,48	0,00	27.887,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.115.513,07

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul - módulo: Folha de Pagamento

Nota (1) - Não é o caso da IMBEL

Nota (2), (3) e (5) - Referente à Implantação do Plano de Empregos em Comissão da IMBEL – iniciada em Abr/2014

Nota (4) - Referente aos empregados anistiados da extinta empresa PRÓLOGO em processo da Comissão Especial Interministerial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, lotados na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL e cedidos a órgãos do poder público

4.1.1.4. Irregularidades na área de pessoal

4.1.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos é verificada durante o processo de admissão do empregado na IMBEL. Observa-se portanto que não existe a acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos na IMBEL.

4.1.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

Não ocorreu no exercício de 2016.

4.1.1.5. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O Plano de Empregos Comissionados trouxe a diminuição do risco de perda de pessoal habilitado em alguns setores da empresa. Contudo, os níveis salariais dos empregados concursados, de um modo geral, são baixos e propiciam a evasão de pessoal.

A Empresa tem dedicado especial atenção quanto ao cumprimento das normas legais de saúde e segurança no trabalho, possuindo em seu quadro de pessoal equipe técnica especializada, além de empresa terceirizada apta a produzir os documentos técnicos necessários, que, juntos, condições de trabalho e as normas específicas inerentes. Com isso, a IMBEL tem reduzido os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais, demonstrando assim preocupação com o bem-estar e a saúde dos seus empregados.

4.1.2. Contratação de pessoal de apoio e estagiários.

A contratação de estagiários é via processo seletivo, com ampla divulgação, que abrange prova escrita e oral, onde a Seção de Recursos Humanos verifica os conhecimentos e habilidades do candidato, analisando se estão de acordo com o que a Empresa espera. Finalizada a seleção, é firmado um acordo de cooperação com a Instituição de Ensino do candidato e um termo de compromisso entre a IMBEL e o candidato ou o seu responsável legal.

O Termo de Compromisso possui validade de 01 ano, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

4.1.2.1. Informações sobre contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade (Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva e locação de mão de obra)

As contratações para prestação de serviços são restritas às atividades não abrangidas pelo Plano de Empregos, Carreiras e Salários da IMBEL, como limpeza e higiene, e ocorreram na Sede da Empresa em Brasília, na Fábrica de Juiz de Fora-FJF, na Fábrica Presidente Vargas-FPV, situada em Piquete-SP, e na Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica-FMCE, no Rio de Janeiro, conforme especificado no Quadro 21 a seguir:

**Quadro 21 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos
(contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva e com locação de mão de obra)**

Unidade Contratante						
Nome: Indústria de Material Bélico do Brasil/Sede em Brasília						
UG/Gestão: 168003/16501						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços continuados de Limpeza, Asseio e Conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra, com o fornecimento de todo o material de consumo, insumos e disponibilização de todo o equipamento necessário para a execução dos serviços.	Interativa Higienização e Conservação Ltda	16/09/2015	15/09/2017	Médio	P

Fonte: SIAFI

Unidade Contratante						
Nome: Indústria de Material Bélico do Brasil / Fábrica Presidente Vargas-FPV						
UG/Gestão: 168004/16501						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Limpeza e Higiene	J. M. Ribeiro Neto Paisagismo – ME 11.569.283/0001-03	01/06/2016	31/05/2017	*	A
Observação: *O Contrato não aborda o nível de escolaridade dos funcionários contratados.						

Fonte: SIAFI

Unidade Contratante						
Nome: Indústria de Material Bélico do Brasil IMBEL / Fábrica de Juiz de Fora-FJF						
UG/Gestão: 168006/16501						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
026/2012	Serv. Limpeza e Conservação.	Total Serv. Comércio e Serviço Ltda. - CNPJ 13.334.753/0001-85	12/11/2012	11/11/2017		P - 5º TA
Observação:						

Fonte: SIAFI

Unidade Contratante						
Nome: Indústria de Material Bélico do Brasil IMBEL / Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica-FMCE						
UG/Gestão: 168007/16501						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de Serviços de Conservação e Limpeza e outros serviços gerais.	Proatividade Consultoria Empresarial e Gestão de RH LTDA (CNPJ 13732124/0001-03)	07/06/16	07/06/17	F	A
Observação: : A FMCE possui contrato de prestação de serviços apenas para atividades não abrangidas no plano de cargos, abrangendo exclusivamente a área de limpeza.						

Fonte: SIAFI

4.1.2.2. Análise Crítica

A Empresa possui contratos de prestação de serviços apenas para atividades não previstas no Plano de Empregos, Carreiras e Salários, abrangendo exclusivamente a área de limpeza. Os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado. A IMBEL vem cumprindo corretamente o contrato e é constantemente fiscalizada conforme a legislação aplicável.

Exige-se a apresentação da documentação previdenciária e trabalhista referente ao mês do faturamento, incluindo os relatórios do arquivo SEFIP/GFIP e toda a documentação referente a pagamento de salários e benefícios, o que minimiza os riscos de recolhimentos e pagamentos com erro pela empresa contratada.

Ademais, a IMBEL aperfeiçoa continuamente os procedimentos visando manter a execução dos contratos de acordo com o previsto nos instrumentos contratuais.

4.1.2.3. Contratação de Estagiários

Quadro 22 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de estagiários e Despesas com contratação					
	2014		2015		2016	
	Qtde	Vlr (R\$)	Qtde	Vlr (R\$)	Qtde	Vlr (R\$)
1. Nível superior	37	409.543	9	120.285,07	9	42.684,96
1.1 Área Fim	14		1		2	
1.2 Área Meio	23		8		7	
2. Nível Médio	10		0		0	
2.1 Área Fim	6		0		0	
2.1 Área Meio	4		0		0	
3. Total (1+2)	47		9		9	

4.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA**4.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário**

Cumprindo orientação da Diretoria, a Empresa vem realizando processos licitatórios para desfazimento dos imóveis não vinculados às atividades operacionais. As cessões de uso são realizadas mediante contrato, de acordo com a Lei 8.666/93.

4.2.1.1 Distribuição geográfica dos imóveis da União**Quadro 23 – Distribuição Geográfica dos Imóveis da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	Rio de Janeiro	524	524
	Rio de Janeiro (FMCE)	0	0
	Magé (FE)	524	524
	Minas Gerais	465	484
	Itajubá (FI)	354	357
	Juiz de Fora (FJF)	111	127
	São Paulo	551	519
	Piquete (FPV)	551	519
	Goiás	2	2
	Hidrolândia (Sede) ¹	2	2
Subtotal Brasil		1542	1529
EXTERIOR	Não há.	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1542	1529

Fonte: Unidades de Produção

¹Estes imóveis foram incluídos no sistema em 2015, embora não tenham constado no relatório anterior. Trata-se de uma área contínua no município de Hidrolândia-GO com registro em duas matrículas, incorporado ao patrimônio em dação de pagamento através de processo judicial.

4.2.1.2. Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão de espaço físico**Quadro 24 – Cessão de espaço físico em imóvel da União (resumo)**

Natureza da Receita	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Qtde de Contratos	Valores Recebidos em 2016 (R\$)	Participação na receita (%)
Locação de Bens Imóveis	Escola (FPV)	01	R\$ 57.437,60	0,044
Arrendamentos	-	-	-	-
Cessão de Uso de Bens Imóveis	02 Escolas Estaduais (FI	02	(a)	0
	Clube (FI)	01	(a)	0
	Paio Exército (FI)	01	(a)	0
	Prefeitura (1), Hospital (1), Ginásio de Esportes(1). (FPV)	03	(a)	0
	Escolas (2) , Atividade Social (1) e de Segurança (1) (FI)	04	(a)	0
	UR utilizada como DPO pela Polícia Militar do RJ. (FE)	01	(a)	0
	Prédio cedido para funcionar como Posto de Saúde da Família pela Prefeitura de Magé. (FE)	01	R\$ 74.303,04 (b)	0,058
	Prédio cedido como enfermaria e garagem do SAMU pela Prefeitura de Magé (FE)	01	R\$ 10.236,00 (b)	0,001
Cessão de Direito Real de Uso Resolúvel	Prédio cedido para funcionar como creche pela Prefeitura de Magé. (FE)	01	R\$ 47.174,52 (b)	0,037
	-	-	-	-
TOTAL		16	R\$ 189.151,16	0,146

Informações Complementares:

(a) Forma de Seleção do Cessionário: Os contratos foram realizados para atender atividades sociais, educacionais e de segurança, de caráter não oneroso.

(b) Forma de utilização dos Recursos Recebidos: com base no Código Tributário do Município de Magé, os recursos provenientes dos aluguéis devidos pela prefeitura, referentes a Permissão de Uso Remunerada, são retidos e abatidos das obrigações fiscais de IPTU da UASG junto àquela municipalidade, por meio de encontro anual de contas.

Quadro 24 – Cessão de espaço físico em imóvel da União (detalhamento)

OM RESPONSÁVEL		168004
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	990.910.785 e 990.911.588
	Endereço	Rua Gen. Pompeu Monte s/n Piquete – SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.273.628/0001-11
	Nome ou Razão Social	Atividades Educacionais Santa Rita Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Educacional
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência Nº 001/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de ensino de educação infantil e fundamental.
	Prazo da Cessão	10 anos
	Caracterização do espaço cedido	Área total de terrenos: 2.139,68 m² Área total construída: 840,04 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Manter o espaço ocupado evita invasões e conserva o imóvel.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita de aluguel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Transferência para UG 168002
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos relacionados ao imóvel são de responsabilidade da cessionária.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	990.910.728, 990.910.836 e 990.911.600
	Endereço	Rua Comendador Custódio s/n Piquete - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	47.563.325/0001-46
	Nome ou Razão Social	Prefeitura Municipal de Piquete
	Atividade ou Ramo de Atuação	Social
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de uso gratuito
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender atividades do Fundo Social de Solidariedade e da Secretaria de Desenvolvimento Social
	Prazo da Cessão	15 anos
	Caracterização do espaço cedido	Área Total de Terrenos: 4.673,56 M² Área Total Construída: 897,77 M²
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Manter o espaço ocupado evita invasões e conserva o imóvel.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão Gratuita do Imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos relacionados ao imóvel são de responsabilidade da cessionária.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	990.910.832, 990.910.806, 990.911.589, 990.910.798 e 990.910.795
	Endereço	Praça Olga Eklund S/N Piquete - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	47.563.325/0001-46
	Nome ou Razão Social	Prefeitura Municipal de Piquete
	Atividade ou Ramo de Atuação	Hospitalar

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de uso gratuito
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Realização dos atendimentos médico-hospitalares para a população de Piquete e municípios adjacentes.
	Prazo da Cessão	15 anos
	Caracterização do espaço cedido	Área total de terrenos : 9.388,45 M² Área total construída: 2.842,66 M²
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Manter o espaço ocupado evita invasões e conserva o imóvel.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos relacionados ao imóvel são de responsabilidades da cessionária.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	990.911.577 E 990.911.568
	Endereço	Praça Duque de Caxias Piquete - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	47.563.325/0001-46
	Nome ou Razão Social	Prefeitura Municipal de Piquete
	Atividade ou Ramo de Atuação	Esporte e Lazer
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de uso gratuito
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Utilização pelo poder público municipal para atividades sociais, culturais e esportivas.
	Prazo da Cessão	15 anos
	Caracterização do espaço cedido	Área total: 5.168,00 M²
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Manter o espaço ocupado evita invasões e conserva o imóvel.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos relacionados ao imóvel são de responsabilidades da cessionária.
OM RESPONSÁVEL		168005
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	990930028
	Endereço	Rua Isaltina Goulart, S/Nº , Centro, Wenceslau Braz
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.715.599/0001-05
	Nome ou Razão Social	Escola Estadual Major Lisboa da Cunha (Secretaria de Estado de Educação)
	Atividade ou Ramo de Atuação	Escola Estadual
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão de Uso nº 002/PATR/2016-IMBEL-FI
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de Unidade Escolar

	Prazo da Cessão	10 agosto de 2021
	Caracterização do espaço cedido	• Biblioteca: 47,50 m² • 1 Sala de Informática: 43,50 m² • 1 Almoxarifado: 8,03 m² • 1 Refeitório: 51,47 m² • Dispensa nº 1: 7,20 m² • Dispensa nº 2: 3,12 m² • 2 Cozinhas: 18,50 m² • 1 Sala de Supervisão: 5,70 m² • 2 Salas de Diretoria: 22,35 m² • Secretaria: 21,45 m² • 10 Salas de Aula: 309,30 m² • 1 Sala de Professores: 15,50 m² • 1 Sala de Vídeo: 21,45 m² • Área de Circulação: 80,15 m² • Hall: 174,20 m² • Laboratório: 40,00 m² • 1 Sala de “Reforço”: 15,50 m² • 6 banheiros: 44,35 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	950253
	Endereço	Vila Mestre Sebastião Ernesto Coelho, S/Nº, Imbel, Itajubá-MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.715.599/0001-05
	Nome ou Razão Social	Escola Estadual Barão do Rio Branco (Secretaria de Estado de Educação)
	Atividade ou Ramo de Atuação	Escola Estadual
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão de Uso nº 001/PATR/2016-IMBEL-FI
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de Unidade Escolar
	Prazo da Cessão	10 Agosto 2021
	Caracterização do espaço cedido	• 1 Sala de Diretoria: 8,25 m² • Sala de Professores: 6,75 m² • Biblioteca Infantil: 42,00 m² • Biblioteca Pedagógica: 42,00 m² • Biblioteca: 21,60 m² • Laboratório de Biologia: 21,60 m² • Sala Ambiente: 28,33 m² • Dispensa nº 1: 8,33 m² • Dispensa nº 2: 4,05 m² • Refeitório: 117,00 m² • Cozinha: 24,90 m²

		• Depósito: 12,15 m² • Arquivo Morto: 9,63 m² • Secretaria: 15,50 m² • Hall: 24,80 m² • Uma quadra coberta para prática de esportes com área de 597,00 m². • Palco com área de 67,32 m² • Arquibancada com área de 43,25 • Varanda: 165,60 m² • Hall da quadra: 68,15 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	950271
	Endereço	Avenida Coronel Aventino Ribeiro, 781, Itajubá-MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	17.863.770/0001-60
	Nome ou Razão Social	Clube XVI de Julho (Fábrica Atlético Futebol Clube)
	Atividade ou Ramo de Atuação	Clube Recreativo
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Comodato nº 002/PATR/2015-IMBEL-FI
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atividades de Caráter Social e Cultural
	Prazo da Cessão	06 agosto de 2020
	Caracterização do espaço cedido	• 2355 - Vestiário da Piscina - área de 137, 40 m² • 2356 - Vestiário do campo de futebol - área de 97,60 m² • 2594 - Vestiário do campo de futebol - área de 40,00 m² • 2353 - Sauna - área de 83,83 m² • 2609 - Quadra de Voleibol, descoberta - área de 500,00 m² • 2608 - Quadra de futebol de salão, descoberta - área de 1.000,00 m² • 2351 - Cômodo com área de 15,75 m² - área externa • 2595- Arquibancada do campo, coberta - área de 180,00 m² • 2352 -Arquibancada da piscina - área de 128,10 m² • 2358 - Sede social do FAFC (Clube 16 de Julho) - área de 467,70 m² • 2360 - Quadra coberta - área de 1.096,00 m². • 2357 - Banheiro próximo ao campo de futebol - área de 17,50 m² • 2608 - Quadra de esporte descoberta (quadra de tênis) - área de 1.000 m² 2604. Quadra de Areia - área de 500,00 m² • 2604 - Área de Churrasco – nº 1 área de 120,00 m² • 2604 - Área de Churrasco – nº 2 área de 116,96 m² • 2604 - Área de Churrasco – nº 3 área de 33,00 m² • 2604 - Campo de futebol - área de 7.000,00 m² • 2604 - Duas quadras de Tênis desativadas (próx. a quadra coberta - área1.296,00 m²) • 2604 - Piscina n.º 1 - área de 312,50 m² • 2604 - Piscina n.º 2 - área de 23,20 m² • 2604 - Piscina n.º 3 - área de 312,00 m² • 2604 - Casa das bombas - área de 43,20 m² • 2604 - Piscina térmica - área de 207,06 m²

		• 2604 - Secretaria 34,00 m² • 2604 - Posto Médico 9,00 m² • 2604 - Área para jogos e lanches 320,00 m² • 2604 - Varanda da Piscina Térmica 41,00 m² • 2604 - Parquinho do “Dinossau” 1250,00 m² • 2604 - Quiosque da quadra de saibro 9,00 m² • 2604 - Cozinha do Salão Social (área externa) 28,00 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	950253
	Endereço	Terreno de propriedade da Imbel acima da Vila Antônio Alves Filho.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.452/0214-45
	Nome ou Razão Social	Comando do Exército – 4ª Região Militar
	Atividade ou Ramo de Atuação	Paio
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Acordo de Cooperação EB 64033.00346-2016-06
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Armazenamento de Munições
	Prazo da Cessão	19 de novembro de 2019
	Caracterização do espaço cedido	02 (dois) paióis de munição e 01 (uma) edificação que serve de “corpo da guarda”.
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
OM RESPONSÁVEL		168008
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9909607510-9909611010-9909607518000
	Endereço	Av. Automóvel Clube, Nº 25 - Vila Inhomirim
Identificação do Cessionário	CNPJ	42.498.725/0003-63
	Nome ou Razão Social	Polícia Militar do Estado do Rio De Janeiro
	Atividade ou Ramo de Atuação	Polícia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Sem licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto da Polícia Militar/RJ
	Prazo da Cessão	24 meses
	Caracterização do espaço cedido	Construído em alvenaria, com piso de taco e cimento com vermelhão, coberto com telhas francesas, portas, janelas e basculantes de madeira, instalação elétrica e hidráulica, composto de: 1 (uma) sala de recepção 1 (uma) sala, 1 (uma) sala de rádio, 2 (dois) quartos, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) varanda, 2 (dois) quartos, 1 (um) banheiro, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) cela, 1 (um) pátio, 1 (uma) garagem, 2 (duas) áreas de circulação, área construída 165,51 m², área do terreno 1.083,75m², conforme planta Nº A1-02.062-600
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Uso não remunerado
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9909614420
	Endereço	Praça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, S/Nº - VILA Inhomirim
Identificação do Cessionário	CNPJ	29.138.351/0001-45
	Nome ou Razão Social	Município de Magé
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	Prefeitura
	Forma de Seleção do Cessionário	Sem licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto Médico
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do espaço cedido	Construído em alvenaria, com piso de madeira, cimentado e cerâmica, com forro de madeira e laje, coberto com telhas de barro tipo meia cana, esquadrias de madeira constituído de: 25 (vinte e cinco) cômodos, com porão disponível, instalação elétrica e hidráulica, área construída 394,14 M2.
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	R\$ 6.191,92
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são retidos e abatidos das obrigações fiscais junto à Prefeitura de Magé (IPTU).
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9909614420
	Endereço	Praça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, Nº 08 - Vila Inhomirim
Identificação do Cessionário	CNPJ	29.138.351/0001-45
	Nome ou Razão Social	Município de Magé
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	Prefeitura
	Forma de Seleção do Cessionário	Sem licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Setor Administrativo do Posto Médico
	Prazo da Cessão	24 meses
	Caracterização do espaço cedido	Construído em alvenaria, com piso de cerâmica, coberto com telhas francesas, portas e janelas de madeira envidraçadas, instalação elétrica e hidráulica, basculantes de ferro envidraçados, com área construída de 91,52 m², constando de (quatro) cômodos (quarto e sala). um outro cômodo (cozinha), um banheiro, área de serviço e uma garagem.
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	R\$ 853,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não há recebimento de recursos
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são retidos e abatidos das obrigações fiscais junto à Prefeitura de Magé (IPTU).
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9909607040-9909611000-9909607048000
	Endereço	Av. Automóvel Clube, Nº 28 - Vila Inhomirim
Identificação do Cessionário	CNPJ	29.138.351/0001-45
	Nome ou Razão Social	Município de Magé
Caracterização	Atividade ou Ramo de Atuação	Prefeitura
	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta

da Cessão	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Creche
	Prazo da Cessão	24 meses
	Caracterização do espaço cedido	Construído em alvenaria, com piso de taco e cerâmica, coberto com telhas francesas, portas e janelas de madeira, instalação elétrica e hidráulica, basculantes de ferro envidraçados, medindo 40 m de frente e fundos e 35 m do lado direito e esquerdo, área construída 271 m², área não construída 1129 m², com área total de 1400 m², conforme planta Nº A1-02.310-600.
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	R\$ 3.931,21
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não há recebimento de recursos
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são retidos e abatidos das obrigações fiscais junto à Prefeitura de Magé (IPTU).
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	

Análise Crítica

a) Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis:
Os imóveis cedidos/locados são mantidos pelos cessionários/locatários e os imóveis de uso das Unidades de Produção passam por constante manutenção, tendo seus registros contábeis atualizados, por meio de ordens de serviço emitidas no sistema Datasul.

Em 2016, as despesas de manutenção ficaram a cargo dos respectivos locatários das unidades funcionais.

b) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet:

Em novembro de 2015 a IMBEL iniciou o processo de incorporação dos imóveis no Sistema SPIUNet. Atualmente apenas 0,13% dos imóveis da IMBEL estão implantadas no SPIUNet.

c) Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los:

A IMBEL mantém o controle sobre seus ativos com previsão de Inventários anuais, com norma estabelecida e confecção e atualização dos Termos de Responsabilidade de todos os itens patrimoniais. A IMBEL, até a presente data não possui Normas específicas que visem a mitigação de riscos dos imóveis, tendo em vista que a Empresa está em fase de implementação da Gestão de Riscos, em conformidade com o estabelecido na Lei 13.303/16 e o Decreto 8.945/16.

e) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC:

A gestão do patrimônio da UP fica a cargo do Setor de Patrimônio vinculado à Seção de Apoio Administrativo.

f) a existência de bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização:

Na FPV existem três glebas de terra que precisam ser georreferenciadas para inclusão no SPIUNet e tem um processo de reintegração de posse das terras invadidas na FE, aguardando solução. Existem 2 glebas de terras contínuas no município de Hidrolândia referentes a um processo de Dação em Pagamento que está em fase de estudo para alienação.

g) existência de ocupação irregular de imóveis funcionais e sua representatividade frente ao todo:

Na FPV existem duas UR ocupadas por ex-funcionários. Para solução do problema foram ajuizadas ações de despejo. Na FI também existem duas Unidades Residenciais ocupadas irregularmente por dois ex-funcionários em processo de despejo na justiça.

h) outros problemas identificados na gestão dos imóveis funcionais e as providências adotadas:

A IMBEL tem imóveis residenciais não ocupados que estão deteriorando por falta de recursos para manutenção. A Empresa optou por se desfazer de tais imóveis, assim que concluir a sua regularização junto à Prefeitura local. Em 2016, a Empresa vendeu 13(treze) imóveis residenciais.

4.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Tecnologia da Informação (GTI) na IMBEL é de responsabilidade da Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação (CGTIC), que possui esta atribuição declarada no Art 31 do Regimento Interno da IMBEL, aprovado pela Resolução nº 14/2014-CA/IMBEL, de 23/10/2014. A CGTIC é subordinada diretamente ao Vice-Presidente Executivo. A CGTIC é chefiada por um Assessor-Chefe e integrada pela Divisão de Infraestrutura, Divisão de Governança de Tecnologia da Informação e Divisão de Sistemas. A CGTIC é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão de todas as atividades de TIC no âmbito da IMBEL. As Unidades de Produção possuem uma Seção de Informática que se liga à CGTIC por meio do Canal Técnico instituído para esse fim. A Divisão de Infraestrutura tem como fim precípua padronizar a infraestrutura, planejar, coordenar e supervisionar o gerenciamento de serviços de administração da rede corporativa do parque de TIC, das bases de dados corporativas e do suporte ao usuário dos recursos de TIC. Elabora, ainda, as especificações técnicas dos recursos de TIC que necessitem ser adquiridos. A Divisão de Governança de TI planeja, coordena e supervisiona o treinamento e a capacitação de recursos humanos no uso dos recursos de TI disponibilizados; elabora, propõe a adoção e dissemina normas e padrões para o uso dos recursos de TIC no âmbito da IMBEL e elabora planos de ação anuais incluindo novos projetos em implantação e os planos periódicos de manutenção e renovação dos parques tecnológicos de TIC, que venham a assegurar o alcance dos objetivos de TIC da IMBEL. A Divisão de Sistemas gerencia o desenvolvimento de sistemas de informação da IMBEL e define o processo e a arquitetura (linguagem de programação e banco de dados). A CGTIC tem ainda a responsabilidade em implantar e coordenar a política de segurança da informação da empresa.

4.3.1 Principais Sistemas de Informações

Quadro 25 - Principais Sistemas de Informações

SISTEMAS	Descrição dos objetivos do sistema	Manutenção (se própria ou terceirizada)	Despesas anuais com manutenção	Prazo para conclusão (quando sistema em desenvolvimento)
ERP - Datasul	Principal sistema de informação utilizado pela empresa é o ERP da TOTVS Datasul, versão 12.1.14. A aplicação atende as áreas de Recursos Humanos, Controladoria (Financeiro e Contabilidade); Logística; Manufatura e Tecnologia. O responsável técnico é a CGTIC e o responsável da área de negócio é o Diretor Administrativo, apoiado pelo Comitê Gestor do EMS, do qual é o presidente. O EMS é um sistema crítico para a Organização, por suportar todas as áreas de negócio.	A manutenção é realizada pela própria TOTVS, proprietária da solução contratada pela IMBEL.	R\$ 927.690,69. Computados nos gastos as despesas com Licença de uso (R\$ 602.127,06); Hospedagem na nuvem da TOTVS (R\$ 236.080,56) e Suporte (R\$ 89.483,07)	N/A
ProtWeb	O ProtWeb é um <i>software</i> que contempla o gerenciamento eletrônico de documentos na Empresa. O sistema oferece maior organização e controle dos	Solução própria utilizada na IMBEL-SEDE desde agosto de 2011, passando, nesse período,	Não	N/A

	documentos formais, garante a padronização, possibilita a tramitação eletrônica de forma ágil e acompanhamento por meio do histórico.	por manutenções evolutivas próprias, com a finalidade de atender as necessidades dos usuários. As Unidades de Produção da IMBEL passaram a utilizar a aplicação no ano de 2015.		
Simbel	O Sistema de Informações da IMBEL (SIMBEL) é um conjunto de aplicativos que tem por finalidade facilitar o acesso à informação, possibilitando o gerenciamento e o controle de atividades desenvolvidas nos mais diversos setores da Empresa. O Sistema automatiza os processos não contemplados pelo sistema corporativo (Datasul). É uma ferramenta auxiliar ao ERP Datasul/Totvs. O SIMBEL atende às necessidades da Empresa não contempladas pelo ERP da TOTVS. Está em permanente manutenção evolutiva. Novas funcionalidades estão sendo inseridas de modo a, extrair informações do ERP Datasul, disponibilizar aos gestores relatórios gerenciais em apoio às tomadas de decisão.	Desenvolvido pela CGTIC no ano de 2010, passando, nesse período, por manutenções evolutivas próprias, com a finalidade de atender às necessidades dos usuários.	Não	N/A
Pedido de Suporte	É um aplicativo para solicitação de apoio técnico de TI e serviços, abrangendo as seguintes áreas: Suporte Técnico, Sistemas, Redes, Governança e Publicação WEB. Nessa ferramenta, qualquer empregado, previamente cadastrado, pode realizar a abertura e acompanhamento de seus chamados.	Desenvolvido pela CGTIC no ano de 2015, passando, nesse período, por manutenções evolutivas próprias, com a finalidade de atender às necessidades dos usuários. As Unidades de Produção da IMBEL passarão a utilizar a aplicação no ano de 2017.	Não	N/A
Portal Rede IMBEL	É uma ferramenta que integra todos os Sistemas e Aplicações da Empresa, com autenticação única em ambiente seguro, confiável, promovendo a descentralização e organização de informações de forma coerente e padronizada.	Desenvolvido pela CGTIC no ano de 2015.	Não	N/A

GPEx	É um software para gerenciamento de projetos que abrange os três níveis de Gestão: Planejamento, Tático e Operacional. É composto de 4 módulos inter-relacionados: Gestão Estratégica (mapa estratégico, indicadores, <i>Balanced Score Card</i>, etc.), Gerenciamento de Programas, Portfólios e Projetos, Comunicação corporativa e Gestão eletrônica de documentos. Disponibiliza ferramentas de comunicação e tramitação de documentos, possibilitando a organização centralizada das informações em um único sistema.	Desenvolvido pelo Exército Brasileiro no ano de 2008.	Não	N/A
Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes: Risco 1 Escassez e/ou falta de recursos humanos capacitados para o desenvolvimento de aplicações de interesse da Empresa e para dar suporte às manutenções evolutivas e/ou corretivas nos softwares implantados. Mitigação: Capacitar demais integrantes da Divisão de Sistemas na área de desenvolvimento, de modo a prestar o suporte necessário até nova contratação de RH programador. Captar currículos nas áreas de interesse da Empresa, formando um banco de talentos, aptos a serem contratados em caso de necessidade. Planejamento prévio de contratação de empresas do ramo de desenvolvimento de sistemas de informações, ficando em condições de desencadear o processo de contratação tão logo seja necessário. Risco 2 Contingenciamento de recursos financeiros para a área de TI, dificultando contratações de serviços de desenvolvimento e de manutenção (evolutivas e corretivas). Mitigação Desenvolver aplicações utilizando-se de plataformas abertas. Utilização de linguagem de programação de baixo custo homem x hora. Risco 3 Dependência tecnológica causada por ERP implantado na Empresa. Mitigação Buscar no mercado soluções desenvolvidas em plataforma aberta. Buscar soluções menos dispendiosas e que se enquadrem no orçamento da empresa.				

4.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

A TI, pela amplitude e diversidade de sua aplicação, tem capilaridade por toda a organização. Assim, a TI deve ser empregada para potencializar as capacidades da empresa, visando o cumprimento de sua missão e o enfrentamento das mais variadas ameaças. Merece destaque as incertezas na disponibilização de recursos, considerando-se que a IMBEL é uma empresa pública dependente e que os cortes e os contingenciamentos têm sido uma constante ao longo dos anos, demandando uma maior capacidade de planejamento em prol da aplicação de recursos financeiros recebidos a fim de agregar valor efetivo à empresa. Nesse contexto, a governança de TI assume um papel importante na definição dos trabalhos que devam ser executados de modo que o direcionamento dos investimentos colaborem com o alcance dos objetivos estratégicos da empresa. A IMBEL não possui um Plano Estratégico de Tecnologia da Informação formalizado. As orientações estratégicas necessárias à elaboração do planejamento da TI na empresa constam da Diretriz 03 - Planejamento Estratégico da nova IMBEL, de dezembro de 2015.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2016-2018 foi elaborado tomando-se como base a Diretriz 03 – Planejamento Estratégico da nova IMBEL, de dezembro de 2015 e o Plano de Ação Setorial 2016, do Vice-Presidente (PAS 2016 - VPRESI. Na elaboração do PDTI procurou-se atender às Ações Estratégicas Prioritárias (AEP) 1.2.4 - Promover a interação progressiva entre as unidades de negócio, planejando e executando as ações correntes e seus desdobramentos futuros relativos à TIC – e 1.2.5 - Atualizar e manter a infraestrutura dos sistemas de informações gerenciais, tudo com a finalidade de alinhar-se com o Objetivo Estratégico 4.1 imposto pela Diretriz Estratégica 03 – Garantir os Sistemas de Informações Gerenciais. A metodologia utilizada na elaboração do PDTI foi a preconizada pelo SISP.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

A organização possui um Comitê Gestor de TI formalizado e implantado.

O Comitê é presidido pelo Vice-Presidente da Empresa e composto pelo Chefe da CGTIC; pelo Chefe da Divisão de Governança de TI, que é o secretário Executivo; pelo Assessor de Planejamento e Gestão ou representante; por um representante de cada Diretoria da IMBEL, a ser designado pelo respectivo Diretor e por um representante de TIC de cada fábrica da IMBEL (quando convocado pelo presidente do Comitê.).

No ano de 2016 foi realizada uma reunião desse Comitê Gestor que deliberou sobre a ordem de prioridade de atendimento às demandas em desenvolvimento de aplicações de interesse das Diretorias e Assessorias da Empresa.

c) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Anexo “B” ao PDTI/IMBEL 2016-2018 - Consolidação das Requisições de TIC por Unidade (SEDE e UP) contempla a capacitação do pessoal de TI.

No ano de 2016 foram realizados os seguintes treinamentos/capacitações:

- _ Pfsense / Squid (um empregado)
- _ Treinamento Configuring Advanced Windows Server 2012 Services (dois empregados)
- _ Treinamento Active Directory Services with Windows Server (dois empregados)
- _ Treinamento de VEEAM – software de backup e contingência (dois empregados)
- _ EAD CISCO CCNA 1 (um empregado)

d) Descrição de quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos de carreira de TI da unidade, servidores/empregados

efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos de carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Quadro 26 - Quantitativo de Pessoas que Compõem a Força de Trabalho de TI

DESCRIÇÃO	QTD	OBSERVAÇÃO
Servidores / empregados efetivos de carreira de TI da unidade	20	
Servidores / empregados efetivos de outras carreiras da unidade	0	
Servidores / empregados efetivos de carreira de TI de outros órgãos/entidades	5	
Servidores / empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0	
Terceirizados	0	
Estagiários	6	

e) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na UPC, com descrição da infraestrutura ou método utilizado. No ano de 2016, foi implantada nas Unidades de Produção a solução de Pedido de Suporte online. O processo encontra-se em fase de maturidade. Essa solução elevou o nível de atendimento ao usuário e possibilita aos gestores de área realizar o acompanhamento dos principais serviços de TI, gerar gráficos estatísticos e solucionar as principais ocorrências atuando nas causas e não nas consequências. Implementação da ferramenta *open source* ZABBIX, permitindo o monitoramento dos ativos de rede e seus serviços em produção. Possui enorme potencial para ser utilizada como ferramenta de apoio na implantação do processo gerenciamento de eventos. Inicialmente, está sendo utilizada na Sede/Brasília. Pretende-se estendê-la às Unidades de Produção em breve.

f) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão. No ano de 2016 foram desenvolvidas pela Divisão de Sistemas, aplicações complementares ao ERP em utilização. A aplicação denominada SIMBEL – Sistema de Informações da IMBEL – foi transformada em solução de apoio à tomada de decisão por parte dos gestores. Foram desenvolvidos módulos de interesse das Diretorias e Assessorias do Presidente. O projeto está alinhado ao OE 4.1 da Diretriz 03 do Presidente da Empresa (Garantir os Sistemas de Informações Gerenciais). Os recursos humanos empregados são do corpo de empregados da CGTIC, não sendo necessários, portanto, gastos adicionais.

g) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Dependência Tecnológica

Com a finalidade de mitigar a dependência tecnológica advinda da utilização do ERP contratado pela IMBEL (Datasul, da TOTVS), a empresa vem tomando as seguintes providências:

Economia de Recursos Financeiros

a. Utilização da ferramenta SIMBEL, desenvolvida na própria Empresa e com recursos humanos próprios para a elaboração de relatórios gerenciais, com dados extraídos do ERP da TOTVs (Datasul).

b. Capacitação técnica de funcionários da área de TIC na utilização de ferramentas disponibilizadas pela TOTVs fim elaborar relatórios (operacionais e gerenciais).

Justificativa para a manutenção do tipo de contratação atual (Empresa Terceirizada)

Para a substituição da ferramenta Datasul, da TOTVs, por uma solução própria, desenvolvida pela IMBEL, a Área de TIC não possui recursos humanos em número suficiente e

com capacitação técnica necessária para o desenvolvimento e manutenção (suporte técnico) da aplicação.

Em se contratando uma empresa terceirizada para executar a atividade de desenvolvimento, a IMBEL continuará com o mesmo *status* de dependência tecnológica.

Se, mesmo assim, a opção for desenvolver solução de ERP própria, valendo-se de empresa terceirizada, a IMBEL terá que investir em hardware para a hospedagem do banco e em recursos humanos – administrador de banco de dados e especialistas por área de negócio (recursos humanos, manufatura e logística) para prestar o suporte técnico necessário junto com a TIC e manter a Aplicação disponível 24 x 7 dias.

No entender da área técnica, a manutenção das condições atuais de contratação do ERP é economicamente mais vantajosa para a IMBEL.

4.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Quadro 27 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Seu órgão participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	x	
2.	No órgão ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3.	As contratações realizadas pelo órgão observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	O órgão possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	x	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	x	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	x	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site institucional (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	x	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado: http://www.imbel.gov.br/index.php/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	x	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados: http://www.imbel.gov.br/index.php/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls..		
Análise crítica da atuação da unidade: A empresa utiliza os mesmos eixos temáticos da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no PLS, porém não realizou o Termo de Adesão deste com o Ministério do Meio Ambiente. Algumas Unidades de Produção possuem contratos com as Prefeituras Municipais para a destinação dos resíduos recicláveis descartados, pois não houve associação ou cooperativa que atendesse ao Decreto nº 5.940/2006.			

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Existem 02 (dois) canais de comunicação institucional com a sociedade a cargo da Ouvidoria: o **SIMBEL**, sistema corporativo de gerenciamento de informações internas e externas, e o **e-SIC**, sistema eletrônico gerenciado pelo governo federal destinado ao acolhimento de dúvidas, denúncias e sugestões do cidadão. São duas ferramentas eletrônicas essenciais para obtenção de demandas do público em geral, sendo gerenciadas pela Ouvidoria da IMBEL.

Além daqueles, a IMBEL dispõe de canais eficientes de comunicação nas redes sociais, o Youtube e Facebook, interagindo de forma ágil e informal com seu público.

A Ouvidoria da IMBEL é o canal destinado a receber sugestões, informações, reclamações, elogios, denúncias ou qualquer outro tipo de demanda, sendo um eficiente canal de diálogo entre os diversos públicos de interesse (funcionários, poder público, clientes institucionais e privados, fornecedores e comunidades onde atua) e a direção da Empresa. Por ser a última instância de resolução de assuntos envolvendo os interesses dos clientes e consumidores, os assuntos recebidos pela Ouvidoria são, em muitos casos, de acordo com a sua criticidade e sensibilidade, tratados diretamente com o Diretor-Presidente. A OUVIDORIA é um instrumento de incentivo à transparência, ética, preservação ambiental e valorização dos direitos humanos.

A Ouvidoria da IMBEL incorpora um canal de comunicação com os públicos de interesse da Empresa: o Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), por intermédio do sistema anteriormente descrito. A Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação (LAI), sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamentou o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas no âmbito dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, decorrendo dessa servidão a criação do SIC.

Das informações coletadas das demandas recebidas e tratadas nos 02 (dois) canais de comunicação resultam importantes indicadores para subsidiar algumas decisões corporativas, particularmente aquelas que envolvem os clientes institucionais e privados da empresa.

5.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO

A Ouvidoria da empresa gerencia o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), atuando como canal de ligação com todos os públicos de interesse, agindo como última instância para buscar solucionar conflitos.

É importante esclarecer que a porta de entrada das manifestações relativas à assistência técnica e pós-vendas não é a Ouvidoria, mas, sim, o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), operado e gerenciado, a partir de setembro de 2014, pela Diretoria de Mercado, localizada na Sede - Brasília.

Além do contato telefônico, das mensagens eletrônicas e da presença física do demandante, outras duas importantes portas de entrada das manifestações na Ouvidoria são o sistema de informações no módulo - Ouvidoria (SIMBEL - Ouvidoria) e o **e-SIC**, destinado ao encaminhamento de demandas pelo Sistema de Informações do Cidadão. Tais funcionalidades são ferramentas eletrônicas que possibilitam controlar o recebimento, acompanhamento, solução e arquivamento dos pedidos encaminhados à Ouvidoria/SIC.

A IMBEL ainda não dispõe de equipamentos que quantifiquem e processem os contatos telefônicos externos com a Ouvidoria, o que implica excluir dos relatórios confeccionados o número de atendimentos realizados nessa modalidade. Foram iniciados estudos para dotar a empresa com uma Unidade de Resposta Audível (URA).

Bimestralmente são elaborados pela Ouvidoria e apresentados à Presidência, relatórios sintéticos sobre os atendimentos ao público nos respectivos períodos, servindo como subsídio para a tomada de decisões empresariais.

5.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A IMBEL é uma empresa estratégica de natureza fabril, não se caracterizando, portanto, como uma entidade prestadora de serviços diretos ao cidadão, mas uma fornecedora de produtos industrializados.

Independente do seu papel institucional, a IMBEL disponibiliza em seu site www.imbel.gov.br, áreas destinadas aos contatos com o público externo, seja para a apresentação de demandas pelo cidadão de uma maneira geral (campo INFORMAÇÃO AO CIDADÃO), seja para a comunicação de caráter comercial com os diversos segmentos de clientes institucional privado, interno e externo (opção FALE CONOSCO na barra de menu principal).

5.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Não existem, por enquanto, mecanismos específicos para medição científica do grau de satisfação dos clientes da IMBEL. Os gráficos e tabelas gerados a partir do acompanhamento das manifestações recebidas pelo SIMBEL, e-SIC, e Redes Sociais permitem a visualização da natureza e quantidade das demandas encaminhadas, além da interpretação subjetiva da satisfação do cliente IMBEL.

5.4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

A IMBEL se vale de diversas ferramentas que contribuem para a transparência da gestão da empresa por meio do Portal da Transparência nos Recursos Públicos Federais, bem como pelo site da IMBEL www.imbel.gov.br, onde são exibidos relatórios de gestão, documentos e informações de interesse da sociedade, os quais podem ser acessados seguindo o caminho:

A EMPRESA - QUEM SOMOS – TRANSPARÊNCIA

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

A maior alteração ocorrida na LOA 2016, em comparação com a LOA 2015, foi a redução de 27% nas despesas discricionárias. Este fato contribuiu para a diminuição de aquisição de material de produção. Além disso, ocorreu significativa queda nos investimentos, como máquinas para produção, atingindo uma redução de 37%. O pagamento de pessoal teve uma grande variação positiva. Ocorreu, também, queda na realização de licitações e contratações diretas, bem como, uma forte redução em utilização de diárias.

Como pontos positivos identificados no exercício pode-se destacar o atendimento parcial dos pedidos da área de defesa e ao atendimento básico da vida vegetativa da Empresa. Os negativos foram as aquisições de insumos abaixo da necessidade, a diminuição dos pedidos de compras pelo principal cliente, o Comando do Exército, e a queda real no investimento das plantas produtivas.

Para acompanhamento do desempenho econômico financeiro a IMBEL utiliza de indicadores, os quais estão demonstrados no Quadro 25 – Indicadores de Desempenho deste Relatório, tendo como principais objetivos atingir o crescimento das receitas, reduzir os custos operacionais e aumentar a capacidade de inovação tecnológica.

Contudo, o cenário macroeconômico prevê a continuação da crise para os próximos exercícios, o que influencia negativamente nos investimentos, dificultando o ciclo de recuperação da empresa estratégica de defesa.

6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

De acordo com a NBCT 16.9, que estabelece normas e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, a IMBEL contabiliza seu patrimônio da seguinte maneira:

a) Bens Tangíveis: A IMBEL registra seus bens pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzindo da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, aplicando-se as taxas que refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens, em obediência à IN 162/98, da Receita Federal do Brasil.

b) Bens Intangíveis: A IMBEL contabiliza seus ativos Intangíveis com base no custo de aquisição e/ou formação, deduzidas a amortização acumulada às taxas estabelecidas na IN 162/98, e possíveis perdas por redução ao valor recuperável.

c) Bens Exauríveis: A IMBEL não possui registros de bens que sofram exaustão em seu patrimônio.

Em consonância com a NBCT 16.10, norma que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, a IMBEL já adota todas as prerrogativas no consenso da norma (conforme notas explicativas constantes no item 5.6 deste relatório), com exceção à Reavaliação por estar em desacordo com a lei 11.638/07 que rege as sociedades de grande porte, que estabeleceu vedações às empresas diante da possibilidade de fazer, de forma espontânea, registros contábeis de reavaliação de ativos, de acordo com a extinção da “Reserva de Reavaliação” especificada na lei, e na qual a IMBEL se enquadra. O embasamento para o nosso seguimento está escrito nos Procedimentos Contábeis do Manual do SIAFI, item 2.5 “As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6404/76, devem embasar seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências em relação a essa norma, inclusive quanto aos códigos das situações contábeis a serem utilizadas”.

Por ser uma empresa pública dependente do orçamento federal, a Empresa encontra constantes dificuldades no que tange a conciliação entre os saldos dos sistemas SIAFI (Lei 4.320) e DATASUL (Lei 4.604) em virtude de lapso temporal os registros são realizados com defasagem de um mês, tendo em vista que o SIAFI dispõe de um prazo muito curto para inclusões e ajustes dentro do mês de referência. A Empresa vem buscando no decorrer dos últimos exercícios utilizar um plano de contas no SIAFI similar ao seu plano utilizado para a contabilização sob a lei 6.404/76, visando facilitar a análise e também utilizar os mesmos cálculos realizados pelo sistema comercial. Com a implantação do NOVO PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) em 2015 a situação ficou mais amenizada, posto que o plano passou a adotar a nomenclatura de contas mais aproximadas da realidade de uma empresa pública dependente.

6.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

A IMBEL, na qualidade de empresa pública de direito privado, regida pela lei 6.404/76, apura seus custos obedecendo às normas contábeis e tributárias estabelecidas para esse segmento, conforme a diversidade de produtos que possui. A metodologia aplicada para a avaliação de seus estoques é o custo médio mensal por unidade de produção. A Empresa está inserida num ramo de alta complexidade, pois industrializa, comercializa e presta serviços atinentes à indústria de defesa e segurança pública. Os custos de difícil mensuração de alocação são identificados por meio de rateio de número de funcionários, metragem de áreas e horas trabalhadas. O novo Sistema de Custos da Administração Pública (SIC) é adequado para registrar os custos de programas e serviços destinados à população, como é o caso das autarquias e fundações públicas. Apesar de ainda não integrar o SIC, a IMBEL está cumprindo, em sua totalidade, o Artigo 99 da Lei 4.320, que especifica “Os serviços públicos Industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou

autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum”.

A estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos é dividida da seguinte forma:

Unidade de Produção (UP)/ Unidade Administrativa (UA)	Estabelecimento	SETORIAL DE CUSTOS
168002 - SEDE ORÇAMENTÁRIA	99	168009
168003 - SEDE	99	168009
168004 - Fábrica Presidente Vargas (FPV)	1	168009
168005 - Fábrica de Itajubá (FI)	5	168009
168006 - Fábrica de Juiz de Fora (FJF)	2	168009
168007 - Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE)	4	168009
168008 - Fábrica da Estrela (FE)	6	168009

As subunidades administrativas das quais os custos são apurados estão assim divididas:

a) As unidades 168002 e 168003 são exclusivas da sede administrativa, e são compostas pela Presidência, Diretoria Industrial, Diretoria de Mercado, e Diretoria Administrativo-Financeira e uma Unidade Administrativa (UA).

b) A Unidade 168004 Fábrica Presidente Vargas é subdividida em centros de custos assim especificados:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	010001	Administração Geral
2	010008	Imobilizado
3	010009	Centro de Distribuição
4	010010	Administração DMA
5	010011	Manutenção Mecânica
6	010012	Manutenção Elétrica
7	010013	Manutenção Civil
8	010014	Manutenção de Instrumentos
9	010020	Administração DEQ
10	010021	Engenharia de Produtos
11	010022	Engenharia de Processos
12	010023	Engenharia de Projetos
13	010024	Laboratório Balístico
14	010025	Laboratório Químico
15	010026	DIQSM
16	010030	Administração da UUI
17	010031	Estação Trat. D`água
18	010032	Estação Trat. Desp. Ind.
19	010033	Vapor
20	010034	Lixívia
21	010040	Almoxarifado
22	010041	Preparação da Alimentação
23	010099	Administração da Produção
24	010100	DISAT
25	010101	Seção de Abrigos Temporários
26	010200	Administração da UF-2

27	010201	Linters Purificado
28	010202	Nitrocelulose
29	010300	Administração da UF-3
30	010301	Nitroglicerina
31	010302	Gelatinosa/Pulverulenta
32	010303	Desnitração
33	010404	Administração da UF-4
34	010401	Desidratação de NC
35	010402	Éter
36	010403	Pólvora BS
37	010404	Solução Nitrocelulose
38	010405	Retificação do Álcool Residual
39	010500	Administração da UF-5
40	010501	TNT
41	010600	Administração da UF-6
42	010601	Pólvora BD
43	010602	Massa Primária
44	010603	Inibição de Grão Propelente
45	010999	Custos Comuns p/ Distribuição

c) A Unidade 168005 Fábrica de Itajubá é subdividida em centros de custos assim especificados:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	050001	Administração Geral
2	050008	Patrimônio
3	050009	Centro de Distribuição
4	050011	Manutenção Mecânica
5	050012	Manutenção Elétrica
6	050013	Manutenção Civil
7	050020	Administração DEN
8	050021	Engenharia de Produtos
9	050022	Engenharia de Processos
10	050026	Garantia de Qualidade
11	050031	Estação Tratamento D'Água
12	050040	Almoxarifado
13	050041	Preparação da Alimentação
14	050042	Oficina de Ferramentas
15	050043	Almoxarifado de Ferramentas
16	050098	Rede Elétrica Piquete/Itajubá
17	050099	Administração da Produção
18	050101	Oficina de Usinagem
19	050102	Oficina de Metalurgia
20	050103	Tratamento Superficial
21	050104	Carpintaria
22	050105	Oficina de Montagem
23	050106	Embalagem

24	050107	Oficina de Cortes
----	--------	-------------------

d) A Unidade 168006 Fábrica de Juiz de Fora é subdividida em centros de custos assim especificados:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	020001	Administração Geral
2	020009	Centro de Distribuição
3	020011	Manutenção Mecânica
4	020012	Manutenção Elétrica
5	020013	Manutenção Civil
6	020020	Administração Engenharia
7	020021	Engenharia de Produtos
8	020022	Engenharia de Processos
9	020026	Garantia da Qualidade
10	020040	Almoxarifado
11	020041	Preparação da Alimentação
12	020042	Ferramentaria
13	020099	Administração da Produção
14	020100	Produção Mecânica
15	020101	Usinagem CNC
16	020102	Outras Usinagens
17	020103	Oficina Forjaria
18	020104	Oficina de Tratamento Superficial
19	020105	Oficina de Pintura
20	020106	Carregamento de Munições
21	020107	Oficina de Montagem
22	020108	Carpintaria
23	020109	Cutelaria
24	020999	Custos Comuns p/Distribuição

e) A Unidade 168007 Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica é subdividida em centros de custos assim especificados:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	040001	Administração Geral
2	040009	Centro de Distribuição
3	040010	Manutenção Geral
4	040021	Engenharia de Produto
5	040023	Engenharia de Processos
6	040026	Garantia da Qualidade
7	040040	Almoxarifado
8	040041	Preparação da Alimentação
9	040042	Oficinas de Apoio
10	040099	Administração da Produção
11	040101	Oficina Mecânica
12	040102	Oficina de Tratamento Superficial

13	040103	Oficina de Montagem
14	040999	Custos Comuns p/Distribuição

f) A Unidade 168008 Fábrica Estrela é subdividida em centros de custos assim especificados:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	060001	Administração Geral
2	060003	Rescisão a Pagar
3	060008	Patrimônio
4	060009	Centro de Distribuição
5	060011	Manutenção Mecânica
6	060012	Manutenção Elétrica
7	060013	Manutenção Civil
8	060015	Carpintaria
9	060020	Administração Engenharia
10	060021	Engenharia de Produtos
11	060022	Engenharia de Processos
12	060023	Engenharia de Projetos
13	060026	Garantia da Qualidade
14	060031	Vapor da UF1
15	060032	Vapor da UF2 (70% Estop/30% Pv. N)
16	060033	Vapor da UF3 (Carregamento)
17	060034	Vapor da UF3 (Iniciadores)
18	060040	Almoxarifado
19	060041	Preparação da Alimentação
20	060099	Administração da Produção
21	060100	Administração da UF-1
22	060101	RDX/Pentolite/Nitropenta/C
23	060200	Administração da UF-2
24	060201	Traçador
25	060202	Cordel Detonante
26	060203	Espoletim
27	060204	Estopim
28	060205	Pólvora Negra
29	060206	Retardo p/Cordel
30	060207	Não-Elétrico
31	060300	Administração de UF-3
32	060301	Booster
33	060302	Espoleta
34	060303	Estiramento
35	060304	Iniciadores
36	060305	Petardo
37	060400	Administração da UF-4
38	060401	Emulsão Explosiva
39	060402	Dinamite Granulada

40	060403	Booster
41	060405	Petardo
42	060999	Custos Comuns p/Distribuição

O sistema corporativo informatizado para apuração de custos que a IMBEL utiliza é o Datasul. Para o ano de 2016 não houve impactos significativos na gestão dos custos.

Os relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise dos custos e tomada de decisão são os Demonstrativos por centro de custos gerados pelo sistema corporativo Datasul juntamente com relatórios gerenciais das Diretorias Administrativo-Financeira e Industrial.

6.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 52221 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGÃO SUPERIOR 52121 - COMANDO DO EXERCITO
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 03/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	131.602.538,83	70.904.845,24	Despesas Orçamentárias	221.232.772,42	214.744.219,38
Ordinárias	3.034.867,75	2.685.163,59	Ordinárias	176.180.706,73	167.685.239,87
Vinculadas	135.875.500,03	72.573.768,55	Vinculadas	45.052.065,69	47.058.979,51
Alienação de Bens e Direitos	3.261.911,14		Operação de Crédito		5.540.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	132.613.588,89	72.573.768,55	Alienação de Bens e Direitos	55.101,25	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-7.307.828,95	-4.354.086,90	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	44.596.964,44	41.518.979,51
Transferências Financeiras Recebidas	626.055.770,27	622.102.619,49	Transferências Financeiras Concedidas	450.137.122,80	451.940.662,26
Resultantes da Execução Orçamentária	596.065.058,63	502.801.226,60	Resultantes da Execução Orçamentária	435.953.117,57	348.560.237,88
Repasse Recebido	160.195.074,56	154.555.923,53	Repasse Concedido	83.133,50	314.934,81
Sub-repasse Recebido	435.869.984,07	348.245.303,07	Sub-repasse Concedido	435.869.984,07	348.245.303,07
Independentes da Execução Orçamentária	29.990.711,64	119.301.392,89	Independentes da Execução Orçamentária	14.184.005,23	103.380.424,38
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	29.943.612,20	30.960.596,25	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	14.080.349,73	14.973.035,75
Demais	2.229,41		Movimento de Saldos Patrimoniais	103.655,50	88.407.388,63
Movimentação de Saldos Patrimoniais	44.870,03	88.340.796,64	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	42.587.023,08	26.547.248,15	Despesas Extraorçamentárias	41.950.872,29	45.288.595,85
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.544.158,04	3.863.776,62	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	5.641.997,16	1.480.216,14
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	26.613.524,37	22.494.220,69	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	21.878.104,34	43.613.796,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	66.824,46	171.735,54	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	75.268,25	184.294,88
Outros Recebimentos Extraorçamentários	14.362.516,21	17.515,30	Outros Pagamentos Extraorçamentários	14.355.502,54	10.288,07

Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	20,00		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		10.288,07
Arrecadação de Outra Unidade	14.362.496,21		Demais Pagamentos	14.355.502,54	
Demais Recebimentos		17.515,30			
Saldo do Exercício Anterior	51.506.775,65	43.925.540,26	Saldo para o Exercício Seguinte	138.431.340,32	51.506.775,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.506.775,65	43.925.540,26	Caixa e Equivalentes de Caixa	138.431.340,32	51.506.775,65
TOTAL	851.752.107,83	763.480.253,14	TOTAL	851.752.107,83	763.480.253,14



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGÃO
SUPERIOR 52121 - COMANDO DO EXERCITO
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 03/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	274.003.569,74	202.999.452,22	PASSIVO CIRCULANTE	61.970.807,95	38.782.132,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	138.431.340,32	51.506.775,65	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	522.211,90	539.590,01
Créditos a Curto Prazo	51.125.001,16	48.518.571,06	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Clientes	57.130.548,33	48.518.571,06	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	913.631,65	4.892.387,43
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-6.005.547,17		Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6.155.977,60	9.014.563,64	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Provisões de Curto Prazo	55.982.380,20	27.769.798,93
Estoques	78.291.250,66	93.959.541,87	Demais Obrigações a Curto Prazo	4.552.584,20	5.580.356,34
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	142.133.353,10	139.093.259,40	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.694.871,60	37.536.982,42
Ativo Realizável a Longo Prazo	11.509.565,34	6.009.950,65	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	11.509.565,34	6.009.950,65	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-

Investimentos	2.350.654,09	2.983.627,26	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	2.050.950,60	2.050.950,60	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	3.694.871,60	37.536.982,42
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	2.050.950,60	2.050.950,60	Provisões de Longo Prazo	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	115.016,64	115.016,64	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-115.016,64	-115.016,64	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	299.703,49	932.676,66	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	65.665.679,55	76.319.115,13
Propriedades para Investimento	299.703,49	967.518,15	-		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-34.841,49	Patrimônio Social e Capital Social	378.460.099,55	378.460.099,55
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	359.287,49	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	-28.348.143,75	-112.686.503,06
Imobilizado	126.900.816,21	128.276.645,77	Resultado do Exercício	85.989.797,62	29.223.864,26
Bens Móveis	61.469.036,63	63.078.252,23	Resultados de Exercícios Anteriores	-	-130.009.986,60
Bens Móveis	220.316.989,65	213.372.119,10	Ajustes de Exercícios Anteriores	112.686.503,06	-11.900.380,72
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-158.847.953,02	-150.293.866,87	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-

(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	65.431.779,58	65.198.393,54	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	350.471.243,29	265.773.596,49
Bens Imóveis	122.094.140,00	120.713.258,79			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-56.662.360,42	-55.514.865,25			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.372.317,46	1.823.035,72			
Softwares	1.372.149,71	1.822.804,96			
Softwares	3.799.983,22	3.737.047,38			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.427.833,51	-1.914.242,42			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	167,75	230,76			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.750.914,23	1.750.914,23			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-1.750.746,48	-1.750.683,47			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			

(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-			
Direito de Uso de Imóveis					
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	416.136.922,84	342.092.711,62	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	416.136.922,84	342.092.711,62

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	142.378.572,71	63.031.536,54	PASSIVO FINANCEIRO	30.555.372,33	30.951.292,90
ATIVO PERMANENTE	273.758.350,13	279.061.175,08	PASSIVO PERMANENTE	64.088.560,09	70.634.853,01
			SALDO PATRIMONIAL	321.492.990,42	240.506.565,71

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	105.758.309,35	100.331.473,71	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	23.946.231,11	21.148.972,61
Execução dos Atos Potenciais Ativos	105.758.309,35	100.331.473,71	Execução dos Atos Potenciais Passivos	23.946.231,11	21.148.972,61
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	810.767,79	670.309,05	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-

Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	6.547.175,09	5.595.704,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	98.400.366,47	94.065.460,66	Obrigações Contratuais a Executar	23.946.231,11	21.148.972,61
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	105.758.309,35	100.331.473,71	TOTAL	23.946.231,11	21.148.972,61

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-15.552.319,11
Recursos Vinculados	127.375.519,49
Alienação de Bens e Direitos	3.132.783,42
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	124.642.736,07
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-400.000,00
TOTAL	111.823.200,38



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA
COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGÃO 52121 - COMANDO DO EXERCITO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 03/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	836.430.525,68	1.288.553.979,89
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	129.055.018,68	87.135.121,17
Venda de Mercadorias	-	31.316.881,96
Vendas de Produtos	127.135.179,35	54.863.657,40
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.919.839,33	954.581,81
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	8.840.844,21	3.418.982,55
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Concedidos		
Juros e Encargos de Mora	2.161,77	879,78
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações	8.838.682,44	3.418.102,77
Financeiras		
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	680.900.128,56	1.144.185.213,54
Transferências Intragovernamentais	678.943.343,06	1.126.433.625,22
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.956.785,50	17.751.588,32
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de	17.164.651,68	50.694.104,30
Passivos		
Reavaliação de Ativos	2.873.617,86	4.001.951,73

Ganhos com Alienação	3.079.403,37	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.444.141,61	8.725.552,82
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.767.488,84	37.966.599,75
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	469.882,55	3.120.558,33
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	309.718,01	540.072,39
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	2.382.007,75
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	160.164,54	198.478,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	750.440.728,06	1.255.445.137,38
Pessoal e Encargos	82.382.158,48	86.465.311,71
Remuneração a Pessoal	58.875.790,63	60.534.670,67
Encargos Patronais	21.648.574,58	25.075.065,62
Benefícios a Pessoal	1.205.532,27	189.876,86
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	652.261,00	665.698,56
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	192.756,32	208.343,40
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	146.837,66	138.079,16
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	45.918,66	70.264,24
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	89.994.849,64	117.355.170,39
Uso de Material de Consumo	17.443.703,14	21.182.381,50
Serviços	54.826.791,76	60.320.813,66
Depreciação, Amortização e Exaustão	17.724.354,74	35.851.975,23
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	34.652,72	3.198,93
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Obtidos		
Juros e Encargos de Mora	30.612,54	1.794,90
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	4.040,18	1.404,03
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	493.436.293,89	974.509.414,06
Transferências Intragovernamentais	491.705.446,39	956.774.225,74
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.730.847,50	17.735.188,32
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de	7.265.456,59	18.113.642,17
Passivos		
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/	893.652,05	3.254.393,87
Perdas		
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	100.000,00
Desincorporação de Ativos	6.371.804,54	14.759.248,30
Tributárias	42.298.751,11	33.302.800,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.591.966,45	24.839.340,14

Contribuições	8.706.784,66	8.463.460,68
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	29.133.394,43	17.304.948,78
Custo das Mercadorias Vendidas	29.133.394,43	17.304.948,78
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.702.414,88	8.182.307,12
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	5.536.339,27	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	166.075,61	8.182.307,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	85.989.797,62	33.108.842,51



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGÃO 52121 - COMANDO DO EXERCITO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 03/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	74.194.046,00	74.194.046,00	128.414.654,16	54.220.608,16
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	3.905.967,00	3.905.967,00	10.053.636,64	6.147.669,64
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	808.307,00	808.307,00	893.202,83	84.895,83
Valores Mobiliários	3.097.660,00	3.097.660,00	9.148.400,45	6.050.740,45
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-

Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	12.033,36	12.033,36
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	70.172.547,00	70.172.547,00	117.418.513,09	47.245.966,09
Receitas de Serviços	-	-	804.260,00	804.260,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	804.260,00	804.260,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	115.532,00	115.532,00	138.244,43	22.712,43
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	115.532,00	115.532,00	137.822,68	22.290,68
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	421,75	421,75
RECEITAS DE CAPITAL	55.104,00	55.104,00	3.187.884,67	3.132.780,67
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	55.104,00	55.104,00	3.187.884,67	3.132.780,67
Alienação de Bens Móveis	55.104,00	55.104,00	17.027,20	-38.076,80
Alienação de Bens Imóveis	-	-	3.170.857,47	3.170.857,47
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-

RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	74.249.150,00	74.249.150,00	131.602.538,83	57.353.388,83
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	74.249.150,00	74.249.150,00	131.602.538,83	57.353.388,83
DÉFICIT			89.630.233,59	89.630.233,59
TOTAL	74.249.150,00	74.249.150,00	221.232.772,42	146.983.622,42
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	199.246.626,00	212.904.895,00	211.414.183,31	190.546.348,35	189.002.843,51	1.490.711,69
Pessoal e Encargos Sociais	80.650.057,00	85.918.060,00	85.207.723,08	81.228.347,00	80.571.943,34	710.336,92
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	118.596.569,00	126.986.835,00	126.206.460,23	109.318.001,35	108.430.900,17	780.374,77
DESPESAS DE CAPITAL	10.158.339,00	7.046.000,00	9.818.589,11	4.072.899,70	4.072.246,50	-2.772.589,11
Investimentos	10.158.339,00	7.046.000,00	9.818.589,11	4.072.899,70	4.072.246,50	-2.772.589,11
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-

Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29.513.723,00	29.513.723,00	-	-	-	29.513.723,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	238.918.688,00	249.464.618,00	221.232.772,42	194.619.248,05	193.075.090,01	28.231.845,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /	-	-	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	238.918.688,00	249.464.618,00	221.232.772,42	194.619.248,05	193.075.090,01	28.231.845,58
TOTAL	238.918.688,00	249.464.618,00	221.232.772,42	194.619.248,05	193.075.090,01	28.231.845,58

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.280.274,99	16.032.051,31	14.712.425,18	14.712.425,18	778.990,99	1.820.910,13
Pessoal e Encargos Sociais	101.904,76	136.998,25	119.913,70	119.913,70	12.551,84	106.437,47
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.178.370,23	15.895.053,06	14.592.511,48	14.592.511,48	766.439,15	1.714.472,66
DESPESAS DE CAPITAL	1.516.511,10	6.462.169,38	7.165.679,16	7.165.679,16	245.206,95	567.794,37
Investimentos	1.516.511,10	6.462.169,38	7.165.679,16	7.165.679,16	245.206,95	567.794,37
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.796.786,09	22.494.220,69	21.878.104,34	21.878.104,34	1.024.197,94	2.388.704,50

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	3.002.453,54	2.992.608,37	859,75	8.985,42
Pessoal e Encargos Sociais	-	763.645,97	753.800,80	859,75	8.985,42
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	2.238.807,57	2.238.807,57	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.649.388,79	2.649.388,79	-	-
Investimentos	-	2.649.388,79	2.649.388,79	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	5.651.842,33	5.641.997,16	859,75	8.985,42



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO
NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 52221 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
 ORGÃO 52121 - COMANDO DO EXERCITO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 03/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	97.623.994,45	25.274.739,61
INGRESSOS	768.899.745,10	693.144.723,57
Receitas Derivadas e Originárias	128.414.654,16	70.852.853,24
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.214.954,20	1.102.255,34
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	117.418.513,09	66.133.137,16
Receita de Serviços	804.260,00	-
Remuneração das Disponibilidades	8.838.682,44	3.418.102,77
Outras Receitas Derivadas e Originárias	138.244,43	199.357,97
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	640.485.090,94	622.291.870,33
Ingressos Extraorçamentários	66.824,46	171.735,54
Transferências Financeiras Recebidas	626.055.770,27	622.102.619,49
Arrecadação de Outra Unidade	14.362.496,21	-
Demais Recebimentos	-	17.515,30
DESEMBOLSOS	-671.275.750,65	-667.869.983,96
Pessoal e Demais Despesas	-150.658.649,48	-168.143.882,50
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-146.179.602,60	-164.637.076,58
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-146.837,66	-138.079,16
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-

Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-4.332.229,22	-3.358.438,69
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	20,00	-10.288,07
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-56.049.207,58	-47.601.144,32
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-56.049.207,58	-47.601.144,32
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-464.567.893,59	-452.124.957,14
Dispêndios Extraorçamentários	-75.268,25	-184.294,88
Transferências Financeiras Concedidas	-450.137.122,80	-451.940.662,26
Demais Pagamentos	-14.355.502,54	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.699.429,78	-17.693.504,22
INGRESSOS	3.187.884,67	51.992,00
Alienação de Bens	3.187.884,67	51.992,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-13.887.314,45	-17.745.496,22
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.890.918,43	-13.551.202,06
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.996.396,02	-4.194.294,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	86.924.564,67	7.581.235,39
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	51.506.775,65	43.925.540,26
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	138.431.340,32	51.506.775,65



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGÃO	52121 - COMANDO DO EXERCITO
SUPERIOR	
EXERCÍCIO	2016
PERÍODO	JAN (Fechado)
EMISSION	03/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

[illegible]

Capital Próprio									
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	378.460.099,55					107.114.760,98	-	-	271.345.338,57



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
 ORGÃO 52121 - COMANDO DO EXERCITO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO DEZ (Aberto)
 EMISSÃO 03/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	378.460.099,55	20.741,67	-	-	70.659.499,75	- 144.843.640,45	-	-	304.296.700,52
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	178.114.271,78	-	-	178.114.271,78
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-11.261.919,72	-	-	-81.921.419,47
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	70.659.499,75	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	33.108.842,51	-	-	33.108.842,51

Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	181.595.327,45	-	-	181.595.327,45
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	6.829.158,93	-	-	6.808.417,26
		20.741,67							
Saldo Final do Exercício 2015	378.460.099,55	-	-	-	-	-	-	-	265.773.596,49
						112.686.503,06			

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	378.460.099,55	-	-	-	-	-	-	-	265.773.596,49
						112.686.503,06			
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-10.682,71	-	-	-10.682,71
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-1.277.887,72	-	-	-1.277.887,72
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	359.287,49	-	359.287,49
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	85.989.797,62	-	-	85.989.797,62
Constituição/Reversão de	-	-	-	-	-	-362.867,88	-	-	-362.867,88

Reservas									
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	378.460.099,55	-	-	-	-	-28.348.143,75	359.287,49	-	350.471.243,29

6.4.1 Declaração do Contador

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa da UPC:		Código UG:	
Indústria de Material Bélico do Brasil		168002 168003 168004 168005 168006 168007 168008 168009	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão. Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília - DF	Data	26/04/2017
Contador Responsável	Ingrid Tiane Pimentel dos Santos	CRC nº	DF 012551/O-9

6.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS**1. BALANÇO PATRIMONIAL**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2016	2015	A.H %
Ativo Circulante		271.298	189.172	0,4341
Disponibilidades	7	138.428	51.502	169%
Clientes	8	31.774	33.440	-5%
Estoques	9	88.118	86.348	2%
Impostos a Recuperar	10	3.452	9.433	-63%
Despesas Antecipadas	11	2.016	442	356%
Outros Créditos	12	7.510	8.007	-6%
Ativo Não Circulante		133.721	135.374	-1%
Realizável a Longo Prazo		2.800	2.726	3%
Investimentos	13	2.303	2.303	0%
Imobilizado	14	127.246	128.705	-1%
Intangível	15	1.372	1.640	-16%
TOTAL DO ATIVO		405.019	324.546	25%
PASSIVO	Nota	2016	2015	A.H %
Passivo Circulante		86.862	68.692	26%
Fornecedores	16	4.089	7.553	-46%
Obrig.Trabalhistas, Tributárias e Contribuições	17	12.515	17.636	-29%
Adiantamentos de Clientes	18	6.122	2.778	120%
Provisões para Contingências	19	43.961	31.650	39%
Provisões Diversas	20	15.012	7.827	92%
Outras Obrigações	21	5.163	1.248	314%
Passivo Não Circulante		3.695	12.369	-70%
Obrig. Trabalhista, Tributárias e Contribuições	22	3.695	12.369	-70%
Patrimônio Líquido		314.462	243.485	29%
Capital Social	23	378.460	378.460	0%
Lucros/Prejuízos Acumulados	24	(63.998)	(134.975)	-53%
TOTAL DO PASSIVO		405.019	324.546	25%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Celso José Tiago
Diretor-PresidenteIngrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015				
(valores expressos em milhares de reais)				
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	Nota	2016	2015	A.H %
Receita Operacional Bruta		129.142	69.415	86%
Mercado Interno		122.569	69.397	77%
Mercado Externo		302		100%
Prestação de Serviços e Revenda		6.271	18	34739%
(-) Dedução da Receita		(56.942)	(22.233)	156%
Vendas Canceladas		(21.927)	(372)	5794%
Impostos Incidentes sobre Vendas e Serviços		(35.015)	(21.861)	60%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		72.200	47.182	53%
(-) Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços	25	(44.067)	(36.191)	22%
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		28.133	10.991	156%
Manutenção da Capacidade Estratégica	26	(42.352)	(48.801)	-13%
Despesas Administrativas	27	(63.389)	(62.915)	1%
Despesas Comerciais	28	(373)	(5.265)	-93%
Despesas Tributárias	29	(4.722)	(3.020)	56%
Despesas Diversas	30	(19.517)	(19.680)	-1%
Receitas Diversas	31	2.568	7.122	-64%
RESULTADO OPERACIONAL		(99.652)	(121.568)	-18%
Despesas Financeiras	32	(1.857)	(932)	99%
Receitas Financeiras	33	12.161	7.971	53%
Outras Despesas	34	(1.392)	(309.392)	-100%
Outras Receitas	35	6.020	315.813	-98%
Receita Orçamentária	36	175.975	170.169	3%
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		91.255	62.061	47%
Imposto de Renda e Contribuição Social	37	(20.279)	(11.353)	79%
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		70.976	50.708	40%
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				
Celso José Tiago Diretor-Presidente		Ingrid Tiane Pimentel dos Santos Contadora CRC-DF 012551/O-9		

3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	378.460	68.595	(185.683)	261.372
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Reserva de Reavaliação	-	(68.595)	-	(68.595)
Reserva de Capital	-	-	-	-
Resultado do Exercício Anterior	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	50.708	50.708
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	378.460	-	(134.975)	243.485
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-
Resultado do Exercício Anterior	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	70.976	70.976
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	378.460	-	(63.999)	314.461

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Celso José Tiago
Diretor-Presidente

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(valores expressos em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016	2015
Resultado do Exercício (antes do IRPJ e CSLL)	91.255	62.061
Depreciações e Amortizações	5.876	2.973
Valor residual de Investimentos/Imobilizados baixados	(6.185)	64.408
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.364	4.669
Provisão para Perdas no Estoque	-	(1.364)
Provisão para Contingências	12.311	7.395
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos	(8.674)	(11.166)
Provisões Diversas	7.185	122
Reservas	-	(79.761)
Outras despesas que não representam movimentação no Caixa	-	(49.983)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	(392)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.279)	(11.353)
Receita Orçamentária	(175.975)	(170.169)
Lucro Ajustado:	(91.122)	(182.560)
Clientes	(1.698)	4.124
Estoques	(1.770)	17.550
Impostos a Recuperar	5.981	1.906
Despesas Antecipadas	(1.574)	(648)
Créditos a Receber	(74)	320
Outros Créditos	498	1.027
DECRÉSCIMO / ACRÉSCIMO DE ATIVOS	1.363	24.279
Fornecedores	(3.464)	2.913
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	(5.121)	(7.380)
Adiantamento de Clientes	3.345	61
Outras Obrigações	3.914	11
ACRÉSCIMO / DECRÉSCIMO DE PASSIVOS	(1.326)	(4.395)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(91.085)	(162.676)
Compras de Ativo Imobilizado e Intangível	2.036	(246)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2.036	(246)
Receita Orçamentária	175.975	170.169
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	175.975	170.169
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQ. DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	86.926	7.247
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	51.502	44.255
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	138.428	51.502
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	86.926	7.247

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Celso José Tiago
Diretor-PresidenteIngrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao encerramento do exercício.

6. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

6.1. Disponibilidades

São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável, conforme demonstrado (nota explicativa nº 4).

6.2. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2016, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no Balanço Patrimonial, como Disponibilidades e Clientes, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado.

6.3. Clientes

São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos vencidos há mais de 180 dias, para o mercado interno, e 360 dias, para o mercado externo e para órgãos públicos (nota explicativa nº 8).

6.4. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à substituição da capacidade normal é debitado ao Resultado do período como Manutenção da Capacidade Estratégica. Os Estoques de Produtos em Elaboração e Acabados compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas na nota explicativa nº 9.

6.5. Impostos a Recuperar

São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, com exceção ao INSS, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

6.6. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

6.7. Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável, quando aplicável, bem como pela provisão para prováveis perdas dos investimentos sem expectativa de recuperação ou pelos rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

6.8. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido pela depreciação acumulada. A Depreciação do Ativo Imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas demonstradas na nota explicativa nº 14, as quais refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens, em obediência a IN 162/98, da RFB.

6.9. Intangível

Os Ativos Intangíveis são mensurados com base no custo de aquisição e/ou formação, deduzidas a amortização acumulada, se for o caso, e possíveis perdas por redução ao valor recuperável.

6.10. Adiantamento de Clientes

Correspondem aos adiantamentos recebidos dos clientes antes da entrega dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

6.11. Provisões de Férias

É calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os encargos sociais correspondentes.

6.12. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

6.13. Provisões para Contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos judiciais são reconhecidas com base nos laudos dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

6.14. Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas foram apuradas pelo Regime de Competência.

6.15. Receita Orçamentária

É disponibilizada pelo governo e reconhecida pelo Regime de Competência.

6.16. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

São calculados observando-se suas alíquotas nominais que totalizam 34% - Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Os prejuízos acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a até 30%, em anos futuros, do montante do lucro tributável de cada exercício.

6.17. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Perdas em Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em

valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.

7. DISPONIBILIDADES

	R\$ / mil	2016	2015
Aplicações Financeiras		126.724	48.035
Caixa e Bancos		-	-
Tesouro Nacional Fonte 250		5.700	1.206
Tesouro Nacional Fonte 0100		6.004	2.261
Total de Disponibilidades		138.428	51.502

A rubrica "Tesouro Nacional Fonte 250" é composta pelos recursos próprios que foram recolhidos através de Guia de Recolhimento da União (GRU) na Conta Única do Tesouro Nacional. A movimentação dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A IMBEL[®] realizou aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, obtendo, no período de janeiro a dezembro, rendimentos brutos de R\$ 3.789 e líquidos de R\$ 3.083 (deduzido do Imposto de Renda na Fonte no total de R\$ 706).

8. CLIENTES

	R\$ / mil	2016	2015
Clientes - Mercado Interno		37.433	42.463
Clientes - Mercado Externo		-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(5.659)	(9.023)
Total de Clientes		31.774	33.440

Composição dos Clientes		R\$ / mil				2016
Categoria	A Vencer	< 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	> 120 dias	TOTAL
Duplicatas Públicas	6.415	16.583	15	0	3.590	26.560
Duplicatas Privadas	2.169	3.934	27	31	3.404	9.565
Demais Títulos	771	215	0	0	321	1.308
Total a Receber	9.355	20.732	42	31	7.315	37.433

A rubrica "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" é constituída levando-se em consideração:

- computar como perda os créditos sem garantia de valor até R\$ 5 (cinco mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

- A provisão para todos os títulos que não possuem garantia com valor acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), vencidos há mais de um ano; os títulos sem garantia com valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), vencidos há mais de um ano, mas com os procedimentos judiciais para o seu recebimento; e os créditos pertencentes à empresas que já possuem declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário (de acordo com a Lei nº 9.430, de 1996, art. 9º e Decreto 3.000, de 1999, art. 340 e 341).

9. ESTOQUES

	R\$ / mil	Custo	Prov. p/ Perdas	Líquido 2016	Líquido 2015
Produtos Acabados		10.168	(268)	9.900	9.231
Mercadorias para Revenda		33	(33)	0	0
Produtos em Processo		39.245	(3.845)	35.400	34.929
Matérias-Primas		21.957	(3.205)	18.751	16.156
Materiais Auxiliares		14.998	(603)	14.395	16.859
Almoxarifado		3.822	(4)	3.818	2.039
Importações em Trânsito		5.029		5.029	43
Adiantamento a Fornecedores		41		41	6.308
Compra para Entrega Futura		783		783	783
Total de Estoques		96.076	(7.958)	88.118	86.348

A Empresa constitui provisão para perdas em Estoques referente aos itens que não tiveram movimentação nos últimos 360 dias e sem expectativa de movimentação.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	R\$ / mil	2016	2015
COFINS a Compensar		406	569
ICMS a Recuperar		62	374
IPI a Recuperar		1825	1.934
PIS a Compensar		381	110
CSLL a Compensar		-	760
Lei 10.833 a Compensar		2	-
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado		764	1.781
COFINS e PIS a Rec. Ativo Imobilizado		8	171
INSS a Compensar		4	281
IRPJ a Compensar		-	3.453
Total de Impostos a Recuperar		3.452	9.433

11. DESPESAS ANTECIPADAS

	R\$ / mil	2016	2015
Custos de Serviços a Apropriar		720	139
Manutenção a Apropriar		1155	272
Seguros a Apropriar		12	21
Custos a Apropriar		129	10
Total de Despesas Antecipadas		2.016	442

A rubrica "Custos de Serviços a Apropriar" é composta por serviços que estão sendo prestados a clientes e a rubrica "Manutenção a Apropriar" é composta por gastos com a manutenção de máquinas e equipamentos. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no Resultado do Exercício.

12. OUTROS CRÉDITOS

R\$ / mil	R\$/mil 2016			R\$/mil 2015		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamentos de Férias	2.751		2.751	1.885	-	1.885
Depósitos Judiciais	1.151		1.151	3.765	-	3.765
Causas Trabalhistas	3.346		3.346	2.031	-	2.031
Processo de Desapr. Imóveis	0	1.464	1.464	-	1.410	1.410
Outras	262	1.316	1.578	326	1.316	1.642
Total de Outros Créditos	7.510	2.780	10.290	8.007	2.726	10.733

O saldo da rubrica "Processo de Desapropriação de Imóveis" refere-se a imóvel localizado em Grajaú, Município do Rio de Janeiro/RJ, desapropriado pela Prefeitura em 2003. A Prefeitura realizou uma avaliação do imóvel naquele ano, com base no laudo PGM 176/2003 e esse valor sofreu uma atualização em 2016. As rubricas "Depósitos Judiciais" e "Causas Trabalhistas" são compostas por valores relativos a processos trabalhistas que se encontram em discussão judicial.

13. INVESTIMENTOS

	R\$ / mil	2016	2015
Terrenos		178	178
Edifícios		122	122
CBC - Cia. Brasileira de Cartuchos		2.003	2.003
Créditos Eletrobrás		-	163
(-) Provisão para Perdas			(163)
Total de Investimentos		2.303	2.303

O saldo de "Créditos Eletrobrás" refere-se a Empréstimo Compulsório instituído com o objetivo de expandir e melhorar o setor elétrico brasileiro. Foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000 kwh, através das "contas de luz" emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica. O valor anual destas contribuições, a partir de 1977, passou a constituir crédito escritural, nominal e intransferível em favor do contribuinte.

Os créditos do Empréstimo Compulsório da Eletrobrás foram atualizados monetariamente ao longo dos anos, na forma da legislação em vigor, com base na variação anual dos índices oficiais do Governo. Entretanto, no ano de 2015, por prudência, foi feita a provisão para perdas baseada em informações obtidas junto a instituição depositária de ativos escriturais (Banco Bradesco SA).

Em 2016, a medida subsequente apurada foi a confirmação do saldo e a baixa dos valores de acordo com o despacho da Advocacia Geral e decisão do Diretor Presidente da IMBEL®, em concordância fundamentada no Art. 1º da Lei 9.469, de 10 Jul 1997, com nova redação estabelecida pela Lei 11.941, de 27 Set 09.

14. IMOBILIZADO

R\$ / mil	Taxa Deprec.	Custo Histórico	Depr./Amort. Acumulada	Líquido 2016	Líquido 2015
Biblioteca	-	28	(26)	2	3
Computadores e Periféricos	20%	8.074	(5.156)	2.918	2.842
Edifícios	4%	70.476	(52.405)	18.071	15.645
Ferramental/Dispositivos	10%	16.826	(14.254)	2.572	3.026

Instalações Administrativas	10%	7.506	(3.664)	3.842	4.018
Máquinas e Equipamentos	10%	179.042	(128.270)	50.772	51.423
Móveis e Utensílios	10%	9.900	(5.917)	3.983	3.945
Museu	-	1		1	1
Terrenos	-	8.472		8.472	8.486
Veículos	20%	6.445	(5.226)	1.219	1.688
Benfeit. em Imóveis de Terceiros	10%	905	(592)	313	119
Imobilizações Técnicas		307.675	(215.510)	92.165	91.196
Adiant. p/ Aquisição de Imob.		7.342		7.342	7.342
Obras em Andamento		27.739		27.739	30.014
Imobilizado em Andamento		35.081		35.081	37.356
Total do Imobilizado		342.756	(215.510)	127.246	128.552

No Exercício de 2016, a IMBEL não submeteu seus bens registrados no Ativo Imobilizado ao Teste de Recuperabilidade (Impairment test), conforme orientação dada através do NBC TG-01. Entretanto, as aquisições ocorridas durante o Exercício estão devidamente registradas e as taxas de depreciação estão em conformidade com a IN 162/98 da RFB.

No quadro abaixo estão demonstrados o resumo das aquisições, baixas e transferências de itens do Imobilizado no exercício de 2016.

R\$ / mil	Saldo Inicial	Inclusões	Baixas/ Transfer.	Saldo Final
Biblioteca	28			28
Computadores e Periféricos	7.489	1.208	623	8.074
Edifícios	67.429	3.454	407	70.476
Ferramental/Dispositivos	16.532	295	1	16.826
Instalações Administrativas	7.193	313		7.506
Máquinas e Equipamentos	173.441	8.648	3.047	179.042
Móveis e Utensílios	9.286	725	111	9.900
Museu	1			1
Terrenos	8.486		14	8.472
Veículos	6.445		-	6.445
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	675	230	-	905
Adiant. p/ Aquisição de Imobilizado	7.342	3	3	7.342
Obras em Andamento	30.015	3.905	6.181	27.739
Total	334.362	18.781	10.387	342.756

Em conformidade com a resolução nº 04/2015, do Conselho de Administração da IMBEL[®], de 31 de março de 2015, que autorizou iniciar o processo de alienação de bens imóveis da Empresa, foi emitida a Instrução Normativa nº 01, de 07 de Janeiro de 2016, do Diretor Presidente, estabelecendo processos e definindo procedimentos para alienação de imóveis da IMBEL[®], excetuando os direcionados às atividades operacionais das unidades de produção, os localizados em áreas de segurança da Empresa e os considerados Unidades Residenciais Funcionais.

Em 2016, visando cumprir a determinação da resolução acima citada, foram concretizadas as seguintes vendas de imóveis não operacionais:

Descrição	Valor Patr. R\$/mil	Valor Venda R\$/mil	Ganho R\$/mil
Fábrica Presidente Vargas	31	757	726
Fábrica de Juiz de Fora	38	2.005	1967
Fábrica de Itajubá	23	409	386
Total	92	3.171	3.079

15. INTANGÍVEL

R\$ / mil	Taxa Amort.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Líquido 2016	Líquido 2015
Softwares	20%	3.800	(2.428)	1.372	1.640
Marcas e Patentes	10%	1.751	(1.751)	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	153
Total do Intangível		5.551	(4.179)	1.372	1.793

R\$ / mil	Saldo Inicial	Inclusões	Baixas/ Transf.	Saldo Final
Softwares	3.541	259	-	3.800
Marcas e Patentes	1.751	-	-	1.751
Total	5.292	259	-	5.551

16. FORNECEDORES

R\$ / mil	2016	2015
Fornecedores Nacionais	4089	7.226
Fornecedores Estrangeiros	-	327
Total de Fornecedores	4.089	7.553

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES

R\$ / mil	2016			2015		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais	6.317	3694	10.011	11.574	10.538	22.112
Estaduais e Municipais	4.594	-	4.594	4.472	1.831	6.303
Encargos e Contribuições	-	-	-	-	-	-
Obrigações Trabalhistas	1.598	-	1.598	1.590	-	1.590
Total	12.509	3.694	16.203	17.636	12.369	30.005

As obrigações de ordem tributária a curto prazo são oriundas de parcelamentos que foram feitos em períodos anteriores, os quais chegam a 180 meses e outros tributos inerentes à atividade da IMBEL®.

As obrigações tributárias de longo prazo são, em sua totalidade, oriundas de parcelamentos e estão distribuídas de acordo com o quadro abaixo:

R\$ / mil	Exigível a Longo Prazo		Término do Parcelamento
	2016	2015	
ICMS/SP - Dívida Ativa	-	1.654	2017

Débitos Federais - PAES/PAEX	1.899	7.758	2018
ICMS/MG - Dívida Ativa	-	177	2018
INSS - PAES	1.795	2.780	2018
Total	3.694	12.369	8.071

Em 2016, a IMBEL[®] quitou antecipadamente o ICMS/SP-Dívida Ativa e o ICMS/MG-Dívida Ativa, economizando desta forma com desembolsos futuros de juros a longo prazo.

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O valor de R\$ 6.122 (em R\$/mil) registrado na rubrica "Adiantamento de Clientes" origina-se de contratos mantidos com o Exército Brasileiro e Clientes Nacionais, para futuras aquisições de produtos e serviços.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	R\$ / mil	2016	2015
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FPV		21.461	20.242
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FJF		7.773	1.830
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FMCE		1.138	6
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FI		10.922	8.545
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FE		1.932	965
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – SEDE		735	62
Total de Fornecedores		43.961	31.650

Em 31 de dezembro de 2016, a IMBEL[®] estava sujeita a 598 ações judiciais de natureza cível, previdenciária, trabalhista e tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual. A Administração, baseada na análise individual dos processos e de acordos em andamento, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, registrou a Provisão para Contingências dos processos cuja probabilidade de perda foi julgada como provável. Em 2016, os valores dos processos judiciais avaliados com grau de risco de perda possível e não provisionados, em conformidade com o CPC 25, estão estimados em valor mínimo de R\$ 12.142 (em R\$/mil) classificados por natureza das causas, conforme a seguir:

	R\$ / mil	2016	2015
Cível		14	506
Previdenciária		-	32
Trabalhista		111	7.089
Tributária		15	2
Total Demanda		140	7.629

20. PROVISÕES DIVERSAS

	R\$ / mil	2016	2015
Provisão para férias		9.285	7.727
Provisão para Comissões		8	15
Provisão para Danos ao Meio Ambiente		188	85
Provisão Dissídio Coletivo (2016/2017)		5.531	-
Total de Provisões Diversas		15.012	7.827

Em conformidade com o CPC 25 (Passivos Contingentes), a IMBEL[®] provisionou na contabilidade o valor de R\$ 5.531 (em R\$/mil) referente à negociação do acordo coletivo trabalhista de 2016/2017 ainda não finalizada em 2016, e encontrada na época do Exercício Findo como dissídio na Justiça Trabalhista.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	R\$ / mil	2016	2015
Outras Contas a Pagar		3	110
Materiais de Terceiros		5.160	1.138
Total de Outras Obrigações		5.163	1.248

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E CONTRIBUIÇÕES

	R\$ / mil	2016	2015
Créditos da União (encargos)		1.795	2.780
Tributos Federais		1.900	7.757
Tributos Estaduais/Municipais	-		1.831
Total		3.695	12.368

23. CAPITAL SOCIAL

	R\$ / mil	2016	ORIGEM
Capital Realizado		378.460	100% UNIÃO
Total		378.460	

24. LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS

	R\$ / mil	2016	2015
Lucros/Prejs. Acumulados Exerc.		(134.975)	(185.683)
Resultado do Exercício		70.976	50.708
Total		(63.999)	(134.975)

25. CUSTOS

	R\$ / mil	2016	A.V. %
Custos Vendas Nacionais		41.379	93,9%
Custo das Vendas no Mercado Externo		151	0,3%
Custos Industrializações		2.160	4,9%
Custo Serviços Prestados		148	0,3%
Custos Revenda Mercadoria		602	1,4%
Recuperação de Custos		(373)	-0,8%
Total		44.067	100%

Custo por Filial	R\$/mil	A.V %
Fábrica Presidente Vargas (FPV)	8.662	20%
Fábrica de Juíz de Fora (FJF)	12.601	29%
Fábrica de Material de Com. e Eletrônica (FMCE)	3.150	7%
Fábrica de Itajubá (FI)	15.685	36%
Fábrica da Estrela (FE)	3.969	9%
Total	44.067	100%

No mês de agosto/2016 ocorreu uma explosão no Paiol nº 01 da Fábrica de Juiz de Fora. Como consequência:

I - Foram baixados do estoque da Fábrica entre insumos e produtos acabados um valor de 4.551 (em R\$/mil) para o custo da Unidade, em concordância com o Art.291 do Decreto nº 3.000, de 26/03/1999.

II - Não foi possível a realização do inventário de estoques em 2016, pelo fato de que a Fábrica precisou ser interditada para readequações de segurança em virtude da explosão do Paiol nº 01.

26. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA

O saldo registrado na rubrica no valor de R\$42.352 (valor em R\$/mil) compõe-se de gastos referentes à manutenção da infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização das Forças Armadas. Esses gastos incorrem mesmo não havendo processo produtivo, por ser de responsabilidade da Empresa a referida manutenção (inciso V, Parágrafo Único, Art. 4º do Decreto 5.338, de 12 de janeiro de 2005 - Estatuto Social da IMBEL®).

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ / mil	2016	A.V. %
Salários, gratif., benef. e enc. sociais		39.687	63%
Serviços de Terceiros PJ		6.839	11%
Despesas Legais e Judiciais		4.957	8%
Depreciações e Amortizações		2.771	4%
Manutenção e Conservação de Imóveis		1.297	2%
Mnt e Conserv. de Máq. e Eqp.		1.203	2%
Honorários da Diretoria		1.029	2%
Demais despesas administrativas		5.606	9%
Total de Despesas Administrativas		63.389	100%

28. DESPESAS COMERCIAIS

	R\$ / mil	A.V. %
Salários, gratificações, benefícios e encargos sociais Trabalhistas	925	247%
Provisão para devedores duvidosos	1.576	421%
Comissões de terceiros sobre vendas	1.676	448%
Perdas nos recebimentos de créditos	755	202%
Reversão de Provisão para devedores duvidosos	(4.929)	-1318%
Demais despesas comerciais	371	99%
Total de Despesas Comerciais	374	100%

O valor de R\$4.929 (valor em R\$/mil) é oriundo de uma reversão de duplicatas de clientes provisionadas no passado como perdas que a IMBEL® conseguiu recuperar através de ações de cobrança.

29. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ / mil	2016	A.V. %
Tributos Federais		1.572	33,3%
Tributos Estaduais		2.810	59,5%

Tributos Municipais	340	7,2%
Total de Despesas Tributárias	4.722	100%

30. **DESPESAS DIVERSAS**

	R\$ / mil	2016	A.V. %
Variação de Estoques		(145)	-0,7%
Refugos		2.343	11,9%
Garantia da Qualidade dos Produtos		810	4,1%
Despesa com Pesquisas		2.812	14,3%
Provisão para Perdas em Estoques		35	0,2%
Provisões Trabalhistas/Rescisórias/Apos.		12.351	62,8%
Provisão para Danos ao Meio Ambiente		103	0,5%
Despesas Indedutíveis		1.357	6,9%
Total de Despesas Diversas		19.666	100%

31. **RECEITAS DIVERSAS**

	R\$ / mil	2016	A.V. %
Outras Receitas Operacionais		218	8,49%
Reversão de Provisões		2.350	91,51%
Total de Receitas Diversas		2.568	100%

32. **DESPESAS FINANCEIRAS**

	R\$ / mil	2016	A.V. %
Descontos Concedidos		14	0,75%
Despesas Bancárias		1	0,05%
Juros Passivos		221	11,90%
Juros s/ Tributos		171	9,21%
Multas indedutíveis		1.323	71,24%
Variações Cambiais Passivas		127	6,84%
Total de Despesas Financeiras		1.857	100%

33. **RECEITAS FINANCEIRAS**

	R\$ / mil	2016	A.V. %
Descontos Obtidos		754	6,20%
Dividendos		310	2,55%
Juros Ativos		181	1,49%
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras		10.827	89,03%
Variações Cambiais Ativas		37	0,30%
Multas s/ Recebimentos		52	0,43%

34. **OUTRAS DESPESAS**

	R\$ / mil	2016	A.V. %
Perdas no Imobilizado		1.205,00	86,6%
Perdas nos Investimentos		163,00	11,7%
Total Despesas Eventuais		24,00	1,7%
Total de Outras Despesas		1.392	100%

35. OUTRAS RECEITAS

	R\$ / mil	2016	A.V. %
Ganhos no Imobilizado		3.325	55,23%
Ganhos nos Investimentos		67	1,11%
Alugueis		758	12,59%
Outras Receitas		1.870	31,06%
Total de Outras Receitas		6.020	100%

36. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

	R\$ / mil	2016	A.V. %
Receita Orçamentária de Custeio		164.606	94%
Receita Orçamentária de Investimento		11.369	6%
Total		175.975	100%

As receitas orçamentárias referidas no quadro acima são as subvenções econômicas recebidas da União, destinadas ao pagamento de despesas de pessoal e demais custeios (receita orçamentária de custeio) e para pagamento de despesas de capital como aquisições de imobilizado (receita orçamentária de investimento).

37. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA

Exercício	IRPJ		CSLL	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo/Lucro Líquido antes da CSLL/IRPJ	91.255	62.061	91.255	62.061
Total das Adições	15.502	11.227	16.137	11.227
Total das Exclusões	19.148	21.530	19.148	21.530
Base de Cálculo antes da Compensação	87.610	51.758	88.245	51.758
Compensações 30%: Prejuízo Fiscal/Base Negativa	26.283	15.527	26.473	15.527
Prejuízo/Lucro Real / CSSL Real	61.327	36.230	61.771	36.230
IRPJ/CSLL Apurado	15.308	9.034	5.559	3.261
(-)IRRF Retido/CSLL Retido/Antecipações	2.749	1.230	4.751	438
(-)Benefícios Fiscais (PAT / Vale Cultura / Lic. Maternidade)	590	220	-	-
IRPJ / CSLL a recuperar/devido	11.969	7.583	808	2.823
(-)Saldo Negativo de IRPJ/CSLL Períodos Anteriores	9.842	7.365	-	2.743
IRPJ / CSLL a Recolher	2.126	218	808	79
(-) Pagamento Antecipado Competência Dezembro	146	-	33	-
IRPJ / CSLL a Recolher	1.980	218	775	79

A IMBEL[®], em 2016, optou pelo método de apuração do IRPJ e CSLL o Regime do Lucro Real com pagamento por estimativa mensal, em concordância com a obrigatoriedade citada na Lei 10.637/02.

38. PARTES RELACIONADAS

A IMBEL[®] é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União e possui transações decorrentes dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo:

R\$ / mil	2016	2015
Com a União Federal		
Ativo Circulante		

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (fonte 100)	6.005	2.261
Passivo Circulante		
Obrigações empenhadas a pagar (restos a pagar)	59.101	80.646
Receita		
Receita – Subvenção para Custeio	164.606	161.221
Receita – Subvenção para Investimento	11.369	8.947
Despesas		
Honorários dos Administradores	(1.268)	(961)

39. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI

Em atendimento aos itens 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação entre o Balanço publicado conforme a Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e o obtido via SIAFI, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o quadro abaixo demonstra a conciliação efetuada:

R\$ / mil	Lei nº 6.404/76 Lei das S/A.	Lei nº 4.320/64 Contb Pública	Diferenças	Obs
Ativo Circulante	271.298	274.003	(2.705)	a)
Ativo Não Circulante	133.721	142.133	(8.412)	a)
Total do Ativo	405.019	416.136	(11.117)	
Passivo Circulante	86.862	61.971	24.891	a)
Passivo Não Circulante	3.695	3.695	-	
Capital Social	378.460	378.460	-	
Resultado Acumulado	(63.998)	(27.990)	(36.008)	b)
Total do Passivo	405.019	416.136	(11.117)	

a) Diferença de saldo apurado por conciliação, efetuada após a data de fechamento do SIAFI, tendo em vista o pouco tempo disponibilizado pelos órgãos da administração pública para efetuar os ajustes necessários.

b) Valor apurado no resultado entre o sistema da contabilidade societária e contabilidade pública.

A escrituração contábil de acordo com a Lei 6.404/76 ainda não se enquadra na sua totalidade às exigências do Sistema de Contabilidade do Governo Federal segundo a Lei 4.320/64 em questões de nomenclatura e função de contas. Como exemplo de função de conta, é utilizada a conta de Fornecedores a Pagar, que na contabilidade pública é lançada através da liquidação da despesa como ato emanado por autorização competente (Ordenador de Despesa) após o ateste da Obrigação e na contabilidade segundo a Lei 6.404/76, que rege as empresas privadas, as Obrigações com Fornecedores são lançadas na ordem cronológica de acordo com a entrada do produto ou serviço no Estabelecimento, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

A IMBEL®, como empresa pública de direito privado, se obriga à Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e utiliza um sistema corporativo de processamento de dados (ERP - Datasul E.M.S.) que lhe permite controlar seus Bens, Direitos e Obrigações e apurar o seu Resultado.

A IMBEL[®] ingressou no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 2008 e passou a ser uma Empresa Pública Dependente, devendo atender aos ditames da Lei nº 4.320/64 e está obrigada a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), para sua execução financeira e orçamentária.

Celso José Tiago
Diretor-Presidente

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU E DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

7.1.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU

O órgão na estrutura da IMBEL responsável pelo acompanhamento e controle dos processos em trâmite no TCU e das deliberações decorrentes é a Assessoria de Gestão de Controles Internos e Riscos (AGCIR). Esta Assessoria dispõe do sistema Protocolo Eletrônico (PROTWEB) para o encaminhamento formal das demandas do TCU e controle do seu cumprimento pelas áreas interessadas. Após análise e registro, a demanda do Tribunal é enviada para o setor responsável (Diretorias, Assessorias, Gabinete da Presidência e Unidades de Produção) para o cumprimento das determinações e/ou recomendações, que constam do quadro 45 a seguir.

7.1.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 28 – Comparativo de determinações e recomendações

Classificação	Recebido pelo TCU	Atendidas pela Unidade
Determinações	01	01
Recomendações	01	01
Deliberações na Área de Pessoal	02	02

7.1.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há deliberação pendente

7.1.2. Tratamento das Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

A AGCIR também é responsável pelo acompanhamento e controle das recomendações do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx), as quais, após análise e registro no Módulo de Controle Interno do Sistema de Informações da IMBEL (SIMBEL), são remetidas por intermédio do PROTWEB para o setor responsável (Diretorias, Assessorias, Gabinete da Presidência e Unidades de Produção) para o cumprimento solicitações e/ou recomendações, que constam do quadro 47 a seguir.

7.1.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) atendidas no exercício

Quadro 29 - Cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Descrição	Total
Número Total de Recomendações	85
Número de Recomendações Atendidas	79
Indicador de Recomendações Atendidas	99 %
Indicador de Recomendações Não Atendidas	1 %

7.1.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**Quadro 30 – Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	Data da ciência
1	RA Nº 01.005/2016	6. Gestão de Recursos Humanos	OF Nº 49-SAGEF/CCIEEx, de 03 de novembro de 2016	03 de novembro de 2016
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da Recomendação				
Fábrica Presidente Vargas (FPV) - IMBEL				
Descrição da Recomendação				
Definição do objeto e do escopo da auditoria Foi objeto de avaliação, também, verificar se a Instrução Normativa nº 55/2007-TCU está sendo fielmente cumprida pela empresa. Achado - Após o exame das rotinas, foi identificado o seguinte achado: Verificação dos atos de admissão no Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões (SISAC) em cumprimento da Instrução Normativa nº 55/2007-TCU: Em consulta ao SISAC foi verificado que os alguns empregados, não estão cadastrados no Sistema. O SERH/FPV informou que os processos referentes aos atos de admissão são confeccionados pela IMBEL/SEDE (Brasília-DF) e encaminhados ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx) para análise, emissão de parecer e encaminhamento ao Tribunal de Contas da União (TCU). Recomendações: Recomenda-se que a IMBEL/SEDE regularize as situações dos atos de admissão pendentes na IMBEL/FPV, com a finalidade de cumprir as determinações da Instrução Normativa nº 55/2007-TCU. Os atos deverão ser registrados no SISAC e enviados ao CCIEEx, até 30 de janeiro de 2017, para emissão de parecer e encaminhamento ao TCU.				
Providências Adotadas				
Dos 08 processos solicitados no relatório de Auditoria nº 01.005/2016, descrevo abaixo as providências adotadas: 01 processo, referente ao empregado de matrícula 476 já foi cadastrado no E-pessoal e está solucionado; 01 processo, referente ao empregado de matrícula 261, não possui a obrigatoriedade do cadastro, pois o EC faleceu em 30/05/2016 e o TCU não emite parecer de empregado que já foi desligado do quadro de empregados da empresa; 03 processos, referentes aos empregados de matrículas 3301, 3316 e 3317 não possuem a obrigatoriedade de serem cadastrados no E-pessoal, pois o cadastro deve ser realizado apenas para empregados concursados e empregados contratados por tempo determinado e esses são empregados comissionados/função gratificada por livre provimento. 03 processos, referentes aos empregados de matrículas 214, 276 e 254, ainda não foram cadastrados pois referem-se a empregados admitidos em 1992, sem prévia aprovação em concurso público. No ano de 2002, por determinação do TCU, a IMBEL realizou Concurso Público para que todos os empregados em situação semelhante participassem, e só poderiam permanecer no quadro de pessoal da IMBEL aqueles que obtivessem a devida aprovação. Esses 03 empregados fizeram o concurso público, foram aprovados e reclassificados em suas funções sem a interrupção de seus contratos de trabalho, porém, ao tentar cadastrá-los no E-pessoal, o processo não finaliza, pois a data de admissão é anterior a data de aprovação no Concurso Público. Em contato realizado com o TCU, via telefone, a IMBEL foi orientada a registrar a data de reclassificação do empregado no campo que solicita a data de admissão. O DPRH/IMBEL já entrou em contato com a FPV solicitando cópia da documentação que conste a data de reclassificação dos empregados e, tão logo a receba, serão efetuados os devidos cadastros.				
Setor Responsável pela Implementação				
Fábrica Presidente Vargas (FPV) e Diretoria Administrativa (DRADM-Sede)				
Justificativa para o seu não Cumprimento				

7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

No ano de 2016 foram instaurados 02 (dois) processos administrativos para apuração de responsabilidades por dano ao Erário.

Os processos administrativos que foram instaurados para apuração de dano ao Erário foram os seguintes:

Unidade	Processo	Início	Término
FJF	Sindicância nº 001/2016 Objeto da sindicância: apurar a responsabilidade pelo descumprimento do Art. 66 da CLT que causou multa à Fábrica de Juiz de Fora, expedida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais, em 17 de novembro de 2015, referente ao Processo nº 46.245.000787/2012-80 – Auto de Infração 22476466. Conclusão da sindicância: Foi constatado dano ao Erário, com ressarcimento via GRU, no valor de R\$ 2.012,67 (dois mil, doze reais e sessenta e sete centavos).	04/04/16	03/05/16
FPV	Sindicância nº ⁽¹⁾ Objeto da sindicância: Apurar o motivo da divergência de saldo entre a quantidade existente no almoxarifado e o saldo constante no relatório de saldo físico e se houve dano ao erário.	21/12/16	Ainda não concluído

Nota (1): Só é dado numeração ao processo de Sindicância, ao seu término. Portaria de instauração nº 210/2016-FPV.

7.3. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES (Art. 5º da Lei 8.666/93)

A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

7.4. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.

Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente.

7.5. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

7.5.1. Despesas com Publicidade

Quadro 31 - Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2108/2000	3.000,00	3.000,00
Legal	2108/2000	243.781,62	205.536,80
Mercadológica	2108/2000	186.564,93	186.564,93
Utilidade pública			

Fonte: SIAFI

7.5.2. Informações sobre Contratos Firmados com Agências Prestadoras de Serviços de Publicidade e Propaganda

- No ano de 2016, não houve contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

7.5.3. Análise Circunstanciada

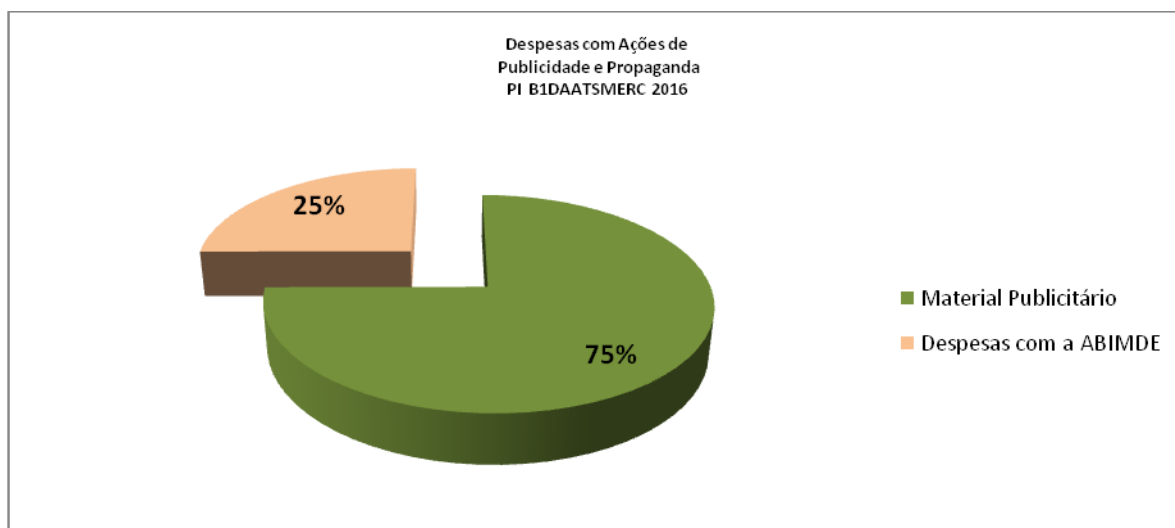
7.5.3.1 As despesas com ações de publicidade e propaganda são realizadas por intermédio do Plano Interno (PI) - B1DAATSDMER do orçamento empresarial. Estas ações contemplam três vertentes a seguir definidas:

7.5.3.1.1 O processo de confecção de embalagens, folder, banner, catálogos impressos e digitais, manuais técnicos e operacionais dos produtos constantes do portfólio da IMBEL® e material promocional.

7.5.3.1.2 O processo de participação em feiras e eventos de promoção comercial visa colimar os seguintes objetivos: promover a Empresa e a consolidação da Marca “IMBEL® - Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808”; promover e divulgar o portfólio de produtos e serviços IMBEL®; apresentar o portfólio de produtos e serviços IMBEL® aos públicos-alvo institucionais de Defesa e Segurança e privado, tanto dos mercados interno como do externo; ampliar a percepção do valor dos produtos e serviços IMBEL®; possibilitar aos clientes institucionais e privados maior contato com os produtos IMBEL®; estabelecer e aprofundar ligações com fabricantes, fornecedores, representantes autorizados e potenciais clientes nacionais e internacionais; estreitar laços comerciais e de confiança com os representantes comerciais da IMBEL®; efetuar atividades de *benchmarking*; contribuir com o Ministério da Defesa e com o Comando do Exército no exercício da diplomacia militar; e somar esforços com os demais agentes da Base Industrial de Defesa, no sentido da Defesa e Segurança do Mercado Interno Brasileiro - **Patrimônio Nacional** - como instituído no Art. 219 da Constituição Federal/1988. As participações poderão ocorrer nas seguintes modalidades: Feiras Internacionais de Defesa e/ou Segurança – FIDS; Feiras Nacionais de Defesa e/ou Segurança – FNDS; Eventos de Divulgação de Produtos IMBEL® – EDPI; Missões Comerciais de Divulgação de Produtos IMBEL® – MCDP; Missões Comerciais de Entrega de Produtos Novos – MCEPN; e Missões de Representação e Marketing – MRM.

7.5.3.1.3 O processo representativo/comercial referente à Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança - ABIMDE, comportando a anuidade e a emissão com economicidade de Declarações de Exclusividades dos Produtos IMBEL®, necessárias à comercialização dos citados produtos junto aos clientes institucionais, em especial dos segmentos de Defesa e de Segurança.

7.5.3.2 No ano de 2016, o dispêndio foi de R\$ 186.564,93, sendo que 75% para elaboração de material publicitário e 25% com processo representativo/comercial referente à Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança - ABIMDE.



7.5.3.3 Em 2016, tendo em vista a crise econômica brasileira, algumas feiras e eventos nacionais previstos foram cancelados pelos organizadores, comprometendo assim a participação da empresa. No que tange à participação em feiras internacionais, a IMBEL[®], devido às severas restrições orçamentárias deixou de participar da FIDAE 2016 (Feira de Defesa e Segurança em Santiago/Chile), ficando assim restrita a sua participação a exposições de Produtos de Defesa por ocasião de visitas de autoridades estrangeiras ao Comando do Exército e Missões Comerciais como abaixo mencionadas:

- Missão Comercial em Brasília, com tiro assistido;
- Annual Industry Day 16 - EUA;
- CSTM 2016 em Brasília, com tiro assistido;
- Treinamento Específico Manuseio e Manutenção do Fz Ass IA2;
- Competição de Tiro dos Adidos Militares acreditados no Brasil, com tiro assistido;
- Café com Tiro 2016, com tiro assistido;
- Exposição para o Comandante do Chile;
- Exposição para Oficiais Gerais da Bolívia;
- Missão Comercial com Explosivos da Fábrica Estrela;
- Missão comercial junto à Marinha do Brasil; e
- 4ª Mostra BID/Brasil - 2016, com tiro assistido.

8.RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

8.1 PARECER E RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA

PARECER

Nº 003/2017-AI-IMBEL

A Auditoria Interna da Indústria de Material Bélico do Brasil – AI/IMBEL, em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º, artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, e em conformidade com a Instrução Normativa – TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa – TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016 e Decisão Normativa - TCU nº 156, de 30 de novembro de 2016, com a Portaria – TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017, apresenta seu Parecer sobre a Prestação de Contas Anual - PCA da IMBEL referente ao exercício 2016.

Os exames da AI/IMBEL foram conduzidos de acordo com as orientações da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – IINTOSAI e as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores – ISSAI que estabelecem princípios fundamentais que são aplicáveis a todos os trabalhos de auditoria pública, independentemente de sua forma ou contexto nas auditorias financeiras, operacionais e de conformidade. Seguiram-se, ainda, os preceitos emitidos pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA que regula as Normas Internacionais para a prática profissional de auditoria interna.

A responsabilidade da AI é de manifestar-se sobre a composição do processo de PCA e expressar opinião sobre a regularidade da apresentação geral, forma e os conteúdos dos itens previstos no Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 154 de 19 de outubro de 2016, que apresenta a estrutura do Relatório de Gestão contemplada pelas peças: (i) visão geral, (ii) planejamento organizacional e resultados, (iii) governança, gestão de riscos e resultados, (iv) áreas especiais de gestão, (v) relacionamento com a sociedade, (vi) informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro, (vii) conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle, (viii) outras informações relevantes, (ix) anexos e apêndices, (x) outros itens de informação e (xi) informações complementares, elaborados sob a responsabilidade da administração da IMBEL.

Em síntese, o processo e as análises de auditoria abrangeram uma sequência de etapas de avaliações, verificações e exames documentais, conferência de cálculos, conciliações e análises de contas, visando obter evidências dos registros que suportam os valores e as informações orçamentárias e contábeis a fim de obter segurança razoável da não existência de distorções relevantes, bem como averiguar a aderência das informações apresentadas às normas e às regulamentações vigentes assegurando a conformidade.

No exame do processo de PCA referente ao exercício de 2016 da IMBEL verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente constituído com as peças de responsabilidade das unidades jurisdicionadas previstas no art. 13 da Instrução Normativa – TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa - TCU nº 156/2016, na Decisão Normativa – TCU nº 154/2016 e na Portaria – TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017. Em nossa opinião, não há empecilhos à apresentação ao Tribunal de Contas da União (TCU), pelo fato do mesmo cumprir os requisitos formais estabelecidos nos normativos aplicáveis.

Brasília-DF, 07 de abril de 2017.

Gabriella Urbietta Bermudez
Chefe da Auditoria Interna

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA 2016

a) APRESENTAÇÃO

Como resultado do exercício das competências conferidas à Auditoria Interna - AI da Indústria de Material Bélico - IMBEL, o presente Relatório tem por objetivo apresentar de forma sintética os trabalhos executados no exercício de 2016, os quais estão vinculados às atividades previstas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2016 e foram descritos analiticamente no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIINT 2016, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 15 de março de 2017, em atendimento à Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015 emitida pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – GCU.

Os aspectos operacionais dos trabalhos de auditoria retratados no presente Relatório tiveram como base a execução de análises e avaliações das respostas das áreas auditadas constantes dos relatórios de auditoria. Dessa forma, foram apresentadas todas as ações desenvolvidas e mediante a acuidade dos resultados obtidos, buscou-se demonstrar o empenho da AI em auxiliar a alta gestão no alcance das metas definidas no plano estratégico visando atingir uma estrutura organizacional de excelência.

b) AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Durante o exercício de 2016, a AI executou as ações definidas no PAINT 2016, aprovado pelo CA conforme Resolução nº 02/2016 CA/IMBEL. Foram efetuadas análises dos controles internos relevantes de cada grupo de contas ou atividades contempladas no escopo da auditoria e os achados e recomendações foram relatados nos respectivos relatórios emitidos.

Com base na consolidação das posições emitidas nos Relatórios de Auditoria RA, conclui-se que os controles internos estão parcialmente adequados às atividades desenvolvidas pela Empresa e ao risco inerente de cada grupamento. Alguns dos aspectos levantados foram: a falta de realização de capacitação adequada para alguns colaboradores que exercem as atribuições de fiscais de contrato, a necessidade de atualização de documentos oficiais junto aos órgãos de fiscalização do patrimônio ambiental da IMBEL, a efetiva integração das áreas responsáveis por elaborarem o controle das provisões de contingências e o controle efetivo dos documentos das pastas funcionais e dos exames periódicos.

Destaca-se que é necessário o aprimoramento da gestão de riscos aos quais a Empresa está exposta e o contínuo acompanhamento dos controles existentes, com o devido mapeamento dos processos e elaboração de normativos que instruem as operações das Unidades de Produção e a Sede, dado que a IMBEL encontra-se em um ambiente competitivo de negócios e que a exposição aos riscos deve ser sempre controlada.

No exercício de 2016, foi iniciado o processo de criação da política de gestão de risco, em atendimento ao art. 17 da IN conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016, da CGU/MP. A expectativa é que no próximo ano, esse instrumento seja finalizado com a constituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles, conforme estabelecido na art. 23 da referida IN e por determinação do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Com isso, acredita-se que seja possível atingir na IMBEL, uma gestão de riscos sistemática, estruturada e oportuna, estabelecendo níveis adequados de exposição a riscos alinhados ao planejamento estratégico da Empresa e agregando qualidade e eficiência aos processos e controles internos.

c) EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DA AUDITORIA INTERNA

Constaram no planejamento para o exercício de 2016, 21 (vinte e uma) ações/atividades de auditoria. Seguem detalhadas no quadro abaixo tais atividades executadas em cada unidade da empresa, especificando os RA correlatos emitidos, período de execução das atividades e origem da demanda.

PERÍODO	Nº	ATIVIDADES DO PAINT	ORIGEM DA DEMANDA	RA
1º SEM/2016	1	Processos Licitatórios, Conformidade de Registro de Gestão, Atuação dos Fiscais de Contratos	AI	- RA Nº 001/2016 - AI/IMBEL - SEDE - RA Nº 002/2016 - AI/IMBEL - FE - RA Nº 003/2016 - AI/IMBEL - FMCE - RA Nº 004/2016 - AI/IMBEL - FJF - RA Nº 005/2016 - AI/IMBEL - FPV - RA Nº 006/2016 - AI/IMBEL - FI
	3	Adiantamentos concedidos e Suprimento de Fundos ¹	AI	
	4	Meio ambiente	AI	
	6	Tributos	AI	
	8	Execução Orçamentária	AI/STN	
	10	Vendas, representação comercial, Clientes e Perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa	AI	
	11	Estoques, Inventário, Custo da Mercadoria Vendida e Manutenção da Capacidade Estratégica	AI	
	12	Investimentos em outras Empresas	AI	
	14	Auditoria das Demonstrações Contábeis	TCU	
	22	Atividade Complementar – Conferência das horas de compensação de greve	PRESI/IMBEL	
2º SEM/2016	2	Aquisição de bens de Informática	AI	- RA Nº 007/2016 - AI/IMBEL - FMCE - RA Nº 008/2016 - AI/IMBEL - FI - RA Nº 009/2016 - AI/IMBEL - FE
	3	Adiantamentos concedidos e Suprimento de Fundos	AI	
	5	Imobilizado e Intangível	AI	
	7	Provisões, ativos e passivos contingentes	AI	
	9	Folha de pagamento e diárias	AI/TCU	
2016	13	Acompanhamento, revisão e controle dos atendimentos das recomendações dos órgãos de controle interno e externo	Órgãos de Controle Interno e Externo	Acompanhamento da AGCI e monitoramento realizado pela AI em todos os RA de 2016.
1º SEM/2016	15	Relatório de Gestão	TCU/CGU/CCI Ex	Parecer ou Relatório da Unidade de AI.
1º SEM/2016	16	Parecer da Prestação de Contas Anual	TCU	Parecer ou Relatório da Unidade de AI.
1º SEM/2016	17	Parecer sobre as Demonstrações Contábeis	TCU	Parecer ou Relatório da Unidade de AI.
2º SEM/2016	18	Elaboração do Plano Anual de Auditoria	CGU/CCIEx	PAINT/2017

PERÍODO	Nº	ATIVIDADES DO PAINT	ORIGEM DA DEMANDA	RA
		Interna - PAINT 2017		
1º SEM/2016	19	Elaboração do Relatório Anual de Auditoria Interna - RAIN/2015	CGU/AI	RAIN/2015
2016	20	Revisão dos Relatórios da AI	CGU/AI	RA Nº 001,002, 003, 004, 005, 006, 007, 008 e 009/2016 AI/IMBEL
2016	21	Capacitação do corpo técnico	CGU/AI	Não se aplica.

Nota ¹ A atividade nº 03 foi realizada nas visitas do 1º semestre/2016 na Sede e FE e nas outras UP no 2º semestre/2016.

As auditorias foram planejadas em programas de trabalho previamente definidos, cujos objetos foram criteriosamente especificados, levando-se em conta, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles e criticidade. Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes a cada ação de auditoria.

As vulnerabilidades encontradas, além de terem sido objeto de recomendação nos relatórios de auditoria, também serviram de subsídio para a definição das novas ações de auditoria para o ano de 2017.

Também fizeram parte do objeto da AI, a auditoria contábil e financeira do exercício de 2016, tendo em vista as análises de integridade dos registros para a emissão dos pareceres sobre a Demonstração Contábil 2016 da IMBEL, para o Relatório de Gestão e sobre a Prestação de Contas Anual – PCA da IMBEL.

Dentre as 12 (doze) visitas programadas no PAINT 2016, apenas 1 (uma) foi cancelada, devido ao incidente ocorrido no 2º semestre/2016 na Unidade FJF com a explosão no paiol nº 01.

As atividades previstas para o primeiro semestre foram 100% executadas nas Unidades: FMCE, FE, FJF e SEDE, e parcialmente na FPV e FI. A atividade 12 - Investimentos em outras empresas foi executada apenas na SEDE em função da centralização do controle dessa conta. Já no 2º semestre/2016 foram executadas todas as atividades nas Unidades visitadas.

d) ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

A AI dispõe de Módulo de Auditoria dentro do Sistema de Informações da IMBEL (SIMBEL) no qual são inseridos todos os Relatórios emitidos. Por meio dele, é possível definir os prazos para que as áreas auditadas incluam seus Relatórios de Providências - RP que farão menção sobre as ações tomadas em relação a cada achado e recomendação de auditoria. Neste Módulo é possível, ainda, consultar, a qualquer tempo, tanto os RA quanto os RP.

Os Relatórios emitidos pela AI são encaminhados via Memorando Interno - MI à presidência, conforme previsto no Plano Anual de Controle Interno – PACI/2016. A Presidência se reúne com a Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos - AGCIR para discutir sobre o conteúdo do documento e encaminha às UP e SEDE. Os RP emitidos pelas UP e SEDE são encaminhados à AGCIR, que apresenta as tratativas a Presidência, inclui no SIMBEL e envia à AI. Esse fluxo garante que a alta gerência tome conhecimento das recomendações e providências, além de demonstrar o papel da AGCIR como órgão intermediador da AI com a IMBEL.

Adicionalmente, são incluídos no Módulo de Auditoria do SIMBEL os Relatórios de Auditoria realizadas pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx) e as recomendações emitidas pelo Conselho Fiscal - CF. No entanto, no exercício de 2016, com a intensificação da sua utilização, foram identificados vários pontos de aprimoramento no sistema, como a falta de acesso da AI ao módulo de acompanhamento das recomendações dos Órgãos de Controle, e que interferiram na execução das atividades de auditoria. As demandas foram geradas à CGTIC e a solução está em andamento.

Tendo em vista a disponibilização sem custo do sistema de auditoria interna (SIAUDI), desenvolvido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no Portal do Software Público do Ministério do Planejamento, a CGTIC iniciou em 2016 processo de análise do novo software e sua possível adequação à política e ao ambiente de sistemas de informação da empresa. Este sistema possibilita que os processos de auditoria e acompanhamento de pendências sejam totalmente digitais, proporcionando ganhos em eficiência, autonomia, celeridade e segurança de dados, geram economia e proteção ambiental, tendo em vista que dispensa a impressão de documentos e será de grande valia para a AI.

A AI emitiu 9 (nove) RA em 2016, sendo que 5 (cinco) foram respondidos via RP (RA nº 001, 002, 003, 004 e 005) e 4 (quatro) estão dentro do prazo estabelecido para resposta.

Com base nos RP recebidos e no monitoramento/controle realizado pela AI referente ao atendimento das recomendações emitidas em 2016, foi elaborada a tabela abaixo:

STATUS DOS ACHADOS	TOTAL	%
IMPLEMENTADOS	82	42%
PARCIALMENTE IMPLEMENTADA	10	5%
EM IMPLEMENTAÇÃO	40	21%
NÃO IMPLEMENTADA	54	28%
NÃO APLICÁVEL	9	5%
TOTAL	195	100%

Fonte: Relatório de providências/SIMBEL

A AI emitiu 195 recomendações em seus 5 (cinco) RA emitidos, sendo que 82 (42%) foram implementadas, 10 (5%) parcialmente implementadas, 40 (21%) estão em fase de implementação, 54 (28%) não implementadas e 9 (5%) não aplicáveis. Observa-se que a maior parte das recomendações foi implementada, representando 42% do total. Quanto aos RA com prazo de resposta vigente, foram emitidas 136 recomendações.

e) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2016

A AI realizou o exame das Demonstrações Contábeis da IMBEL referentes ao Exercício de 2016, no sentido de confrontar as informações nelas apresentadas com os registros contábeis e com as verificações obtidas ao longo da realização dos trabalhos de auditoria. Não foram identificadas inconsistências materiais que possam impactar de forma significativa as Demonstrações Contábeis. Contudo, esta Auditoria Interna reforça que, para que os saldos continuem a apresentar o mais próximo possível a realidade da Empresa, é fundamental que as recomendações emitidas pela AI e Órgãos de Controle sejam integralmente atendidas, após superados os óbices da Empresa relativos aos meios necessários.

As Demonstrações Contábeis da IMBEL de 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas em conformidade com: a Lei 4.320, de 17.03.1964; a Lei nº 6.404, de 15.12.1976; e alterações promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28.12.2007 e nº 11.941, de 27.5.2009; além de serem observados os Princípios Contábeis e Pronunciamentos Contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aplicáveis a empresas públicas de direito privado.

Quanto às contas que compõem as Demonstrações Contábeis, os aspectos mais significativos em nosso julgamento, foram descritos a seguir:

1. a obrigação de atender a legislação tanto para empresas de direito privado (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), quanto para entidades de direito público (Lei nº 4.320/64), gera a necessidade de 02 (dois) sistemas (SIAFI e DATASUL), que vem apresentando problemas de conciliação em algumas contas do Balanço; e

2. os procedimentos adotados pela Empresa para o cálculo de estimativas contábeis para o rateio de custos incorridos, para o cálculo da provisão para perdas de liquidação duvidosa e provisão para contingências necessita ser aprimorado.

f) CONCLUSÃO

Considerando que a AI desempenha suas funções com independência e objetividade e, com base nas atividades desenvolvidas tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu-se que:

- a) os sistemas de controle interno estão em processo de adequação tendo em vista as necessidades de melhorias identificadas e as novas legislações vigentes;
- b) não foram observadas ações que pudessem comprometer a independência da Auditoria;
- c) as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Por fim, reforça-se a necessidade de que os apontamentos dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e demais Órgãos de Controle ao longo do exercício sejam plenamente atendidos e que, as diferenças entre as demonstrações contábeis elaboradas segundo a Lei nº 6.404/76 e a Lei 4.320/64 sejam alvo de avaliações rotineiras a fim de reduzir as distâncias entre os dados gerenciais produzidos por estes demonstrativos.

Vale ressaltar que os administradores da IMBEL são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerirem os riscos, manter sistema de controle interno efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

Brasília-DF, 07 de abril de 2017.

GABRIELLA URBIETA BERMUDEZ
Chefe da Auditoria Interna

8.2 PARECER DE COLEGIADO

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL

O Conselho Fiscal da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver tomado conhecimento e examinado o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa; as Notas Explicativas e, ainda, o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Com base nos documentos apresentados pela IMBEL, nas análises procedidas em reuniões ocorridas mensalmente e nos esclarecimentos obtidos, e ainda com base nos pareceres da Auditoria Independente da empresa Aguiar Feres Auditores Independentes S/S, de 27 de fevereiro de 2017 e da Auditoria Interna, de 15 de março de 2017, os membros do Conselho Fiscal, cujos pronunciamentos encontram-se registrados nas atas de reuniões ocorridas durante o exercício, são de opinião, por unanimidade, que as Demonstrações Contábeis acima mencionadas estão refletindo, adequadamente, a situação financeira e patrimonial da Empresa.

Gen Div EXPEDITO ALVES DE LIMA
Presidente do CF/IMBEL

Coronel R/1 Edson PIEROBON
Representante do Ministério da Defesa

RENATO DA MOTTA ANDRADE NETO
Representante do Ministério da Fazenda

WILSON RODRIGUES DE SOUZA
Secretário do CF/IMBEL

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL**

PARECER Nº01-CA, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O Conselho de Administração da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, em sua 291ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, cumprindo o que determina o inciso V, do Art.15 do Decreto 5.338, de 12 de janeiro de 2005, tomou conhecimento do Relatório Anual da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2016 e, considerando as conclusões apresentadas nos Pareceres de AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S (CVM 9555 - CRC-2SP 022486/0-4), de 27/02/2017 e da Auditoria Interna da IMBEL, de 21/03/2017, manifesta-se, favoravelmente, à aprovação da Prestação de Contas da Empresa.

Brasília, 15 de março de 2017

General de Exército R/1 SINCLAIR MAYER
Presidente do Conselho de Administração da IMBEL

8.3.RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

O Sistema de correição da IMBEL é descentralizado em sua execução. As Unidades de Produção e o Gabinete da Presidência têm o poder de apuração de quaisquer indícios de fatos desabonadores por parte dos empregados e da consequente punição, caso seja necessária. Os procedimentos administrativos seguem o modelo de sindicância interna da Empresa (Regulamento de Sindicância, aprovado pela Portaria 307-PRESI, de 8 de dezembro de 2014) e é dado, neste momento, ao empregado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Apesar do sistema de correição ser descentralizado nas Unidades de Produção, a IMBEL/SEDE mantém o controle dos procedimentos de correição instaurados em suas unidades fabris por meio do Departamento de Recursos Humanos, além disso, acompanha os processos disciplinares desde a instauração da portaria, até a solução da sindicância e aplicação das penalidades, caso isso se faça necessário. Contudo, os processos ainda não foram cadastrados no Sistema CGU-PAD. A Empresa está em fase de treinamento para devida implantação dos processos no sistema para o ano de 2017.

No ano de 2016, foram instaurados 02 (dois) processos administrativos para apuração de responsabilidades por dano ao Erário. São eles:

Unidade	Processo	Início	Término
FJF	Sindicância nº 001/2016 Objeto da sindicância: apurar a responsabilidade pelo descumprimento do Art. 66 da CLT que causou multa à Fábrica de Juiz de Fora, expedida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais, em 17 de novembro de 2015, referente ao Processo nº 46.245.000787/2012-80 – Auto de Infração 22476466. Conclusão da sindicância: Foi constatado dano ao Erário, com ressarcimento via GRU, no valor de R\$ 2.012,67 (dois mil, doze reais e sessenta e sete centavos).	04/04/16	03/05/16
FPV	Sindicância nº (1) Objeto da sindicância: Apurar o motivo da divergência de saldo entre a quantidade existente no almoxarifado e o saldo constante no relatório de saldo físico e se houve dano ao erário.	21/12/16	Ainda não concluído

Nota (1): Só é dado numeração ao processo de Sindicância, ao seu término. Portaria de instauração nº 210/2016-FPV.

8.4..RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Gestores da
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
Brasília (DF)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Indústria de Material Bélico do Brasil, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os chamados “Principais assuntos de auditoria” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses temas foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

A seguir, relatamos os principais assuntos tratados:

1. Para o exercício de 2016, a IMBEL não submeteu seus bens registrados no ativo imobilizado ao teste de recuperabilidade (*impairment test*), conforme orientação dada através da NBC TG 01. Entretanto, observamos que, em 2015, todos os bens passaram pelo crivo de empresa especializada neste tipo de trabalho e as aquisições ocorridas durante o exercício de 2016, estão adequadamente registradas e conseqüentemente, sofrendo a devida depreciação;
2. Foram realizados o envio de solicitação para atestar os saldos existentes nas contas: **i)** Bancos; **ii)** Clientes e **iii)** Fornecedores, entretanto, até o término dos nossos trabalhos, não acusamos o recebimento de nenhum documento. Diante do exposto, foram realizados testes alternativos, onde os saldos encontrados estão registrados de forma adequada.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas demais informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da IMBEL em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da IMBEL são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos desta Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros

Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por nossa firma, cujo relatório foi emitido em 29/02/2016 o qual não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 27 de fevereiro de 2017.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O “S” DF

8.5.DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

8.5.1.Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal da Indústria de Material Bélico do Brasil, devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília-DF, 26 de abril de 2017

Ádila Michele Galvão Ruela da Silva
CPF 023.510.861-80
Chefe da Divisão de Administração de Pessoal
Indústria de Material Bélico do Brasil

Foi retirado da declaração o termo "e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal", pois a IMBEL é uma Empresa Pública e seus empregados são regidos pela CLT. Assim sendo, os atos referentes à concessão de aposentadoria e pensão são regulamentados e processados diretamente pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que é uma Autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Essa Autarquia recebe as contribuições dos empregados para a manutenção do Regime Geral da Previdência Social e é responsável pelo pagamento da aposentadoria e demais benefícios aos trabalhadores brasileiros, com exceção de servidores públicos.

8.5.2. Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

Os Diretores, Conselheiros, Empregados Comissionados de Livre Provisão e os Empregados de Carreira Comissionados têm a opção de entregar a Declaração de Imposto de Renda anualmente ou a Declaração de Autorização de Acesso prevista no anexo II da IN-TCU nº 67, de 06 de julho de 2011.

A Seção de Recursos Humanos de cada Unidade de Produção e da Sede é responsável pela cobrança, recebimento e guarda das declarações.

A entrega das declarações de imposto de renda ocorre na contratação de Empregados Comissionados, na designação de Empregados de Carreira para função gratificada ou emprego comissionado, bem como anualmente, enquanto o empregado permanecer no exercício do emprego.

O empregado que opta pela entrega da DBR, deve entregá-la no setor de pessoal da sua unidade em envelope lacrado e assinado, até 30 dias após o prazo estipulado pela Receita Federal.

Àqueles que optam pela declaração de autorização de acesso, entregam-na apenas no ato da contratação/designação.

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os empregados da Indústria de Material Bélico do Brasil obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 26 de abril de 2016

Ádila Michele Galvão Ruela da Silva
CPF 023.510.861-80
Chefe da Divisão de Administração de Pessoal
Indústria de Material Bélico do Brasil